



Angele da Silva Fernandes

**O trabalho dos assistentes sociais no campo
educacional: incidências das mudanças do
mundo do trabalho na atuação dos assistentes
sociais do Núcleo de Apoio Psicopedagógico de
Ensino Municipal de Itaboraí/ RJ**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Serviço Social da PUC-Rio como requisito parcial para a
obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Orientador: Prof^a Inez Terezinha Stampa

Rio de Janeiro
Julho de 2015



Angele da Silva Fernandes

**O trabalho dos assistentes sociais no campo
educacional: incidências das mudanças do
mundo do trabalho na atuação dos assistentes
sociais do Núcleo de Apoio Psicopedagógico de
Ensino Municipal de Itaboraí/ RJ**

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-
Graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço
Social do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada
pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof^a. Inez Terezinha Stampa

Orientador
Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Prof. Marcio Eduardo Brotto

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Prof. Ney Luiz Teixeira de Almeida

UERJ

Prof^a. Simone Eliza do Carmo Lessa

UERJ

Prof^a. Mônica Herz

Vice-Decana de Pós-Graduação do
Centro de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 02 de julho de 2015

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Angele da Silva Fernandes

Graduou-se em Serviço Social pela Universidade Unigranrio, Duque de Caxias/RJ em 2011. Realizou curso de Pós-graduação em Políticas Sociais na mesma universidade em 2013. Participa do grupo de pesquisa: Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de serviço social, educação e assistência social.

Ficha Catalográfica

Fernandes, Angele da Silva

O trabalho dos assistentes sociais no campo educacional: incidências das mudanças do mundo do trabalho na atuação dos assistentes sociais do Núcleo de Apoio Psicopedagógico de Ensino Municipal de Itaboraí/ RJ / Angele da Silva Fernandes; orientadora: Inez Terezinha Stampa. – 2015.

144 f.; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2015.

Inclui bibliografia.

1. Serviço social – Teses. 2. Trabalho. 3. Política de educação. 4. Itaboraí/RJ. I. Stampa, Inez Terezinha. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

CDD: 361

Agradecimentos

Foram muitas as pessoas que compartilharam deste percurso, e participaram, diretamente ou não, da “produção” deste trabalho. Contudo, não poderia deixar de agradecer a algumas em especial:

À minha mãe, mulher guerreira, que sempre lutou para que tivéssemos tempo para estudar.

Aos meus irmãos queridos, Valéria e Jones, pelo incentivo, carinho e apoio durante todo o tempo. Aos tios, tias e primos que sempre vibram com as minhas conquistas.

Ao Gerson, que sempre me incentivou a estudar, entendeu minhas ausências e que caminhou comigo no percurso desta dissertação.

Ao professor Marcio Eduardo Brotto, que foi o primeiro a me incentivar a fazer o mestrado, quando essa realidade era um pensamento distante.

Aos Profs. Ney Luiz Teixeira de Almeida e Simone Eliza do Carmo Lessa, pelas valiosas contribuições na qualificação do projeto de dissertação e pela disponibilidade em participarem da banca examinadora desta dissertação.

Aos trabalhadores da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e do Napem Nancilândia, de Itaboraí/RJ, pelo acesso aos documentos, dependências físicas, pela atenção e disponibilidade com que sempre me receberam.

À PUC-Rio e a Capes, pela oportunidade e auxílio financeiro.

E, especialmente, à Prof^a Inez Terezinha Stampa, que exerceu uma orientação eficiente e, sobretudo, solidária, pela dedicação e paciência. Obrigada pela sua preocupação, zelo e valiosas contribuições para o desenvolvimento desta dissertação.

Resumo

Fernandes, Angele da Silva; Stampa, Inez Terezinha. **O trabalho dos assistentes sociais no campo educacional: incidências das mudanças do mundo do trabalho na atuação dos assistentes sociais do Núcleo de Apoio Psicopedagógico de Ensino Municipal de Itaboraí/RJ**. Rio de Janeiro, 2015. 144p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O presente estudo buscou conhecer e refletir sobre o trabalho do assistente social no campo educacional, evidenciando as incidências das mudanças “no mundo do trabalho” na atuação desses profissionais no Núcleo de Apoio Psicossocial de Ensino Municipal de Itaboraí (Napem) Estado do Rio de Janeiro. A pesquisa realizada pauta-se nos eixos trabalho, serviço social e educação, buscando entender como esses elementos se relacionam e se apresentam na sociedade brasileira atual e no trabalho dos assistentes sociais no campo educacional, tomando o município de Itaboraí como campo de pesquisa empírica. Assim, aborda o trabalho no processo de produção capitalista dos séculos XX e XXI, situa o serviço social na divisão social e técnica do trabalho e sua legitimação na sociedade brasileira, bem como as influências das mudanças do “mundo do trabalho” para estes profissionais. A pesquisa de campo esteve voltada para a atuação dos assistentes sociais no Napem, onde realizam trabalho com os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, evidenciando cotidiano profissional, a articulação como outras políticas públicas e o trabalho com as famílias, bem como as possibilidades de respostas para as demandas apresentadas, foram objeto de análise. Para a execução da pesquisa utilizou-se de levantamento bibliográfico, a pesquisa documental realizada na Secretaria Municipal de Educação de Itaboraí e de documentos do Napem. Outros elementos importantes que possibilitaram informações para a coleta de dados foram a observação participante e a entrevista semiestruturada com os assistentes sociais, o que permitiu relacionar os elementos teóricos com o trabalho desses profissionais no campo da educação no município estudado.

Palavras-chave

Trabalho; Serviço Social; Política de Educação; Itaboraí/RJ.

Abstract

Fernandes, Angele da Silva; Stampa, Inez Terezinha (Advisor). **The work Social Workers in education: implications of changes the world of work in the performance of social workers of the Center for Municipal Education Psychopedagogical Itaboraí / RJ.** Rio de Janeiro, 2015. 144p. MSc. Dissertation - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This study aimed to know and reflect on the work of the social worker in the educational field, showing the impact of changes "in the workplace" in the performance of these professionals in Psychosocial Support Center for Municipal de Itaboraí Education (Napem) State of Rio de Janeiro . The survey is guided on track work, social work and education, seeking to understand how these elements interact and are presented in current Brazilian society and in the work of social workers in the educational field, taking the Itaboraí as empirical research field. Thus, discusses the work in the capitalist production process of XX and XXI, puts the social service in the social division and work technique and its legitimacy in Brazilian society as well as the influences of changes in the "world of work" for these professionals. Field research has focused on the role of social workers in Napem where do work with students who have learning difficulties, showing daily work, the articulation with other public policies and working with families as well as the possibilities for answers to the demands presented were object of analysis. For the implementation of research used is literature, documentary research conducted at the Municipal Itaboraí Education and Napem documents. Other important elements that enabled information to data collection were participant observation and semi-structured interviews with social workers, allowing relate the theoretical elements with the work of these professionals in the field of education in the city studied.

Keywords

Work; Social Work; Education Policy; Itaboraí/RJ.

Sumário

1.	Introdução	12
2.	Trabalho e Serviço Social	20
2.1.	Trabalho no processo de produção capitalista dos séculos XX e XXI: considerações introdutórias	20
2.2.	Serviço Social e Trabalho	33
2.3.	O trabalho sob o impacto das novas formas de produção e reprodução social nos séculos XX e XXI: incidências sobre o serviço social	42
3.	Serviço Social no campo educacional brasileiro	54
3.1.	Panorama da educação básica no Brasil nos séculos XX e XXI	54
3.2.	Serviço Social e educação básica no Brasil	66
4.	O Serviço Social na Política de educação básica no Município de Itaboraí/RJ	97
4.1.	Considerações sobre o Napem Nancilândia	97
4.2.	O trabalho dos assistentes sociais no Napem Nancilândia	108
5.	Considerações Finais	127
6.	Referências Bibliográficas	132
7.	Anexos	140
7.1.	Anexo 1 – Carta de apresentação Secretaria de Educação e Cultura de Itaboraí	140

7.2.	Anexo 2 – Carta de apresentação Polo Napem Nancilândia	141
7.3.	Anexo 3 – Roteiro de entrevistas	142
7.4.	Anexo 4 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	143

Lista de abreviaturas e siglas

ANDE - Associação Nacional de Profissionais de Administração da Educação

ANDES - Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior

ANPED - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação

BNH - Banco Nacional de Habitação

CBP - Confederação dos Professores do Brasil

CEDES - Centro de Estudos de Educação e Sociedade

CEPLAR - Campanha de Educação Popular

CF/88 - Constituição Federal de 1988

CFAS - Conselho Federal de Assistentes Sociais

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CGT - Confederação Geral dos Trabalhadores

CNBB - Conferência Nacional de Bispos do Brasil

COMPERJ - Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro

CONEP - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

CONLESTE - Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar

CPC - Centro Popular de Cultura

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DSM-5 - Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais 5ª edição

EJA - Educação de Jovens e Adultos

FENOE - Federação Nacional dos Orientadores Educacionais

FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

FUNRURAL - Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
FUSABRA - Federação das Associações dos Servidores das
Universidades Brasileiras
INPS - Instituto Nacional de Previdência Social
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
LBA - Legião Brasileira de Assistência
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS - Linguagem Brasileira de Sinais
MCP - Movimento de Cultura Popular
MEB - Movimento de Educação de Base
MEC - Ministério da Educação e Cultura
MEC - Ministério da Educação (após março de 1985)
MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização
MPAS - Ministério da Previdência e Assistência Social
NAPEM - Núcleo de Apoio Psicopedagógico de Ensino Municipal
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
OIT - Organização Internacional do Trabalho
ONG - Organização Não Governamental
OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PBF – Programa Bolsa Família
PCFM - Plano de Combate à Fome e à Miséria
PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais
PDD-NOS - Transtorno Generalizado do Desenvolvimento Não-
Especificado
PIS - Programa de Integração Social
PRONAM - Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e
Emprego
PROUNI - Programa Universidade para Todos
SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso e Ciência
SEAF - Sociedades de Estudos e Atividades Filosóficas
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem da Indústria

SINPAS - Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social

TEA - Transtornos do Espectro Autista

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UAB - Universidade Aberta do Brasil

UBES - União Brasileira de Estudantes Secundários

UNE - União Nacional dos Estudantes

1

Introdução

Esta dissertação tem como objetivo central refletir sobre o trabalho dos assistentes sociais no campo educacional, evidenciando as incidências das mudanças do “mundo do trabalho” na atuação desses profissionais no Núcleo de Apoio Psicopedagógico de Ensino Municipal (Napem) no município de Itaboraí/RJ.

A atuação na área da educação é marcada pela inserção dos assistentes sociais neste campo desde a institucionalização da profissão no Brasil. Neste sentido, buscou-se abordar as demandas que hoje são postas para este campo de atuação.

O estudo foi desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio, no âmbito da linha de pesquisa “Trabalho, Política Social e Sujeitos Coletivos”, abordando o trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais no Napem Nancilândia, em Itaboraí/RJ, durante o ano de 2014. Adotou-se o ano de 2014, tendo em vista o prazo exíguo para a realização da pesquisa e o interesse em conhecer e refletir sobre os impactos recentes para o trabalho dos assistentes sociais naquele espaço sócio-ocupacional.

Assim, a reflexão aqui apresentada se baseia na trajetória das mudanças recentes no “mundo do trabalho” e suas implicações para a atuação profissional do serviço social na atualidade, considerando a compreensão das políticas sociais como uma mediação necessária à concretização do trabalho do assistente social, que se situa numa dupla implicação para os assistentes sociais: o seu reconhecimento enquanto espaço privilegiado da sua profissionalização e atuação e como aporte importante ao trabalho profissional, ou seja, como meio de operacionalização efetivo de sua atividade laborativa, de forma a identificar sua atuação nos diversos espaços de trabalho, e aqui, enfatizando a sua atuação na política de educação frente às propostas neoliberais que influenciam a organização política e econômica da sociedade brasileira.

O pressuposto básico desta dissertação é de que a inserção dos assistentes sociais no campo da política de educação não é um elemento novo para os

profissionais, mas a sua relação e contribuição para a garantia de uma educação escolarizada constituída como direito social, gratuito e laico pela Constituição Federal de 1988 é um dado fundamental para o exame do trabalho desses profissionais. A inserção dos assistentes sociais no campo da política de educação, a partir dos anos de 1980, adquire tendências que ampliam suas possibilidades de atuação neste espaço sócio-ocupacional, tais como o enfrentamento da pobreza a partir das políticas públicas condicionadas à educação escolarizada, a interface de diferentes políticas sociais e o alargamento da compreensão da educação como direito humano (Almeida, 2007).

Pensar a inserção dos assistentes sociais no campo educacional é pensar este profissional atuando nas expressões da questão social que são identificadas nestes espaços e, muitas vezes, traduzidas como dificuldades de aprendizagem. Desta forma, implica em buscar conhecimentos que possam contribuir para chamar a atenção dos profissionais que atuam neste campo para a constante interlocução com outras políticas sociais e outros profissionais, visando fortalecer a discussão sobre esta atuação e mesmo o confronto da realidade aqui apresentada com outras propostas no campo da política educacional.

Dessa forma, para este estudo, é importante considerar as significativas mudanças no modo de produção capitalista contextualizadas nos séculos XX e XXI e suas particularidades na sociedade brasileira, suas incidências para os trabalhadores e, conseqüentemente, para os assistentes sociais, bem como seus rebatimentos no campo de atuação da educação. Nesta dinâmica cabe a identificação e compreensão das expressões da questão social e suas configurações na escola, que proporcionarão importantes aportes para a atuação do conjunto de profissionais que desenvolvem suas atividades no campo da educação.

Ressalto que o interesse pelo debate da atuação dos assistentes sociais no campo da educação teve início através da minha experiência de estágio na graduação, realizado na Escola Rosa Rasuk, instituição privada e filantrópica, na cidade de São João de Meriti, no Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2010, que influenciou na elaboração do meu Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço

Social na Universidade do Grande Rio, no ano de 2011¹, cuja temática também se inseria no campo da educação, abordando a compreensão de educação dos responsáveis pelos alunos de uma escola de educação infantil em Duque de Caxias/RJ. Além disso, atuei como professora do ensino fundamental (5º ao 9º ano) entre os anos de 2003 a 2011 em uma escola em Duque de Caxias (escola privada). Importa ressaltar que nas escolas referidas havia a atuação de assistentes sociais. Ambas eram instituições filantrópicas de caráter religioso. Ao mesmo tempo em que me preparava academicamente no curso de serviço social, atuava como professora do ensino fundamental e, diante dos vários desafios postos para o professor em relação ao próprio fazer profissional e sua relação com a política de educação, várias inquietações eram levantadas: a educação vai além da formalização dos conhecimentos e que, diante das diversas transformações sociais, exigências políticas e econômicas que atrofiam o desenvolvimento da educação como direito social é necessária a articulação com outros setores da própria política de educação dos diversos entes da federação; necessidade de interlocução de políticas públicas para atender os desafios que se manifestam no âmbito da escola e a inserção de outros profissionais para a constituição de equipes interdisciplinares.

Nas escolas em que realizei o estágio acadêmico e atuei como professora, ambas tinham assistentes sociais no quadro de funcionários. Nessa realidade percebia que a atuação das mesmas era restrita aos estudos socioeconômicos, avaliação de bolsas de estudos, visitas domiciliares. Com essas observações, um questionamento me inquietava: como se manifesta, de fato, a atuação dos assistentes sociais na escola e na política de educação?

Impulsionada por esse questionamento iniciei, no curso de mestrado, a pesquisa sobre essa temática, e o local escolhido para o estudo que ora apresento se deu pelo meu retorno a cidade de Itaboraí, após 12 anos de afastamento e da qual sou originária. O retorno a Itaboraí me fez perceber a ênfase que estava sendo dada pela Secretaria de Municipal de Educação daquele município para as atividades do Núcleo de Apoio Psicopedagógico de Ensino Municipal (Napem)

¹ Trabalho de Conclusão de Curso elaborado em 2011, intitulado **A visão de educação infantil dos responsáveis das crianças atendidas no Centro Franciscano Santa Luzia**. Universidade do Grande Rio, Campus Duque de Caxias.

para os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem. Neste núcleo há a presença de profissionais de serviço social.

Antes da criação dos Napem(s) a atuação se dava através de uma assistente social que ficava na Secretaria Municipal de Educação Municipal e atuava nas escolas diante de demandas relacionadas a questões de comportamento agressivo dos alunos, evasão escolar, e/ou descumprimento das famílias em relação às condicionalidades dos programas de transferência de renda, em especial do Programa Bolsa Família.

A partir de 2008, os profissionais de serviço social são convocados para atuarem em situações mais específicas com os alunos com dificuldades de aprendizagem por meio de sua inserção nos Núcleos de Apoio Psicopedagógico de Ensino Municipal (Napem), desenvolvendo ações com profissionais de diferentes áreas para atuar com os alunos da rede municipal que apresentam grandes dificuldades no processo de aprendizagem.

Hoje, o município de Itaboraí/RJ tem três Núcleos de Apoio Psicopedagógico de Ensino Municipal atendendo as 86 escolas do município. Os alunos têm atendimentos semanais com os diversos profissionais, de acordo com sua necessidade.

Portanto, buscar entender a atuação dos assistentes sociais no Napem, requer percebê-lo no conjunto da classe trabalhadora que sofre com o reordenamento da ordem societária capitalista atual, como mencionado anteriormente. Devem-se considerar as relações de trabalho, o serviço social no processo de reprodução das relações sociais e as implicações das mudanças no mundo do trabalho dos séculos XX e XXI diante da crise do capital, pois são elementos basilares para o desenvolvimento da análise sobre a atuação dos assistentes sociais nos diversos espaços ocupacionais, e aqui, em especial, no campo da educação.

É na dinâmica da sociedade capitalista atual que as condições de trabalho que a mesma impõe sobre os trabalhadores se refletem na intensificação da exploração do trabalhador, nas expressões da questão social e na execução das políticas públicas. Relacionar a ação do Estado no processo de acumulação capitalista que corrobora com esse mesmo sistema, pois ora responde às demandas da classe trabalhadora minimizando os efeitos do próprio sistema sobre ela, ora respondem aos interesses do capital para o seu processo de acumulação.

Evidencia-se aqui o caráter de classe do Estado, que reproduz contradições próprias do capitalismo.

A partir dessas considerações e partindo do pressuposto que a profissão de serviço social se constitui e se legitima na sociedade capitalista, identificamos a atuação desse profissional na escola diante de elementos que ganharam novas configurações, como a evasão escolar e problemas de aprendizagem, as estratégias de sobrevivência das famílias, tráfico e uso de drogas, programas de transferência de renda, a perda do atrativo social da escola e da precarização dos espaços escolares. Esses elementos, entretanto, não se constituem uma justificativa para a inserção dos assistentes sociais na educação. Sua justificação se dá como estratégia de enfrentamento das expressões da questão social e como uma organização do trabalho coletivo na esfera da política educacional, no planejamento e execução da política de educação, na interface com outras políticas (Almeida, 2005).

Este estudo propõe estabelecer contribuições para refletir sobre a realidade da inserção do assistente social no contexto escolar, ressaltando a sua atuação profissional frente à complexidade dos desafios apresentados. Várias são as possibilidades que se refere à inserção e relações de trabalho do assistente social na educação. Entretanto, há a necessidade de uma maior visibilidade das estratégias de atuação desse profissional neste campo e os seus desdobramentos na realidade dos alunos, e mesmo no cotidiano escolar, a partir das demandas apresentadas pelas novas configurações do mundo do trabalho, elucidando a dinâmica societária atual com seus desafios demandando também possibilidades da intervenção para a efetivação do direito à educação de qualidade, gratuita e laica.

Neste sentido, este estudo poderá contribuir para ampliar as reflexões sobre a inserção dos assistentes sociais no campo educacional, discutindo sua atuação com os familiares dos alunos fora do ambiente escolar. Partindo de alguns pressupostos teóricos e empíricos que abordaremos no corpo desta dissertação e levantando outros questionamentos, tais como: por que o assistente social não está inserido, de fato, na escola? Qual o aporte legal que legitima o assistente social na escola e no município de Itaboraí? Quais os interesses que permeiam essas implicações? Questionamentos estes que são refletidos no desenvolvimento da análise realizada

Para a execução da pesquisa utilizou-se de levantamento bibliográfico de autores que discutem trabalho, serviço social e educação, bem como de pesquisa documental realizada na Secretaria Municipal de Educação de Itaboraí e de documentos do Núcleo de Apoio Psicopedagógico de Ensino Municipal, além de legislação sobre a educação básica no Brasil e, em particular, no município de Itaboraí/RJ. Outros elementos importantes que possibilitaram informações para a coleta de dados foram a observação participante nos Napem(s) do município no ano de 2014 para uma maior aproximação com os demais profissionais e usuários, de forma a contribuir com a análise das informações e as entrevistas semi-estruturadas com os assistentes sociais do Napem Nancilândia. Assim, para o ingresso nos espaços mencionados, foi solicitada prévia permissão para a realização do estudo mediante Carta de Apresentação (anexo nº 1), endereçada aos responsáveis dos respectivos setores.

A observação participante permitiu a interação da pesquisadora com as famílias e alunos no campo de pesquisa, bem como com os demais profissionais que compunham a equipe multidisciplinar e, através das notas de campo, quando foram descritas as atividades, o desenvolvimento dos trabalhos profissionais e a rotina do campo estudado.

As entrevistas foram realizadas, tendo como base no Roteiro de Perguntas previamente formulado (anexo nº 2), com os três assistentes sociais do Napem Nancilândia, mediante assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (anexo nº 3), pois são esses os sujeitos da atuação profissional que este estudo se propõe a examinar. A realização das entrevistas considerou os aspectos éticos de não identificação dos participantes e de sua contribuição para a pesquisa, previstos na Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2013 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) do Conselho Nacional de Saúde. Considerando estes aspectos, nesta dissertação os assistentes sociais entrevistados foram denominados “assistente social “a” “assistente social b” e “assistente social c”.

Tais procedimentos permitiram relacionar os elementos teóricos estudados com o trabalho desenvolvido no Napem pela equipe multidisciplinar, das questões específicas dos assistentes sociais, da organização da política de educação da cidade de Itaboraí diante das mudanças no “mundo do trabalho” na ordem societária atual.

Assim, a presente dissertação está estruturada em quatro capítulos (incluindo a introdução) pautados nos eixos trabalho, serviço social e educação que conduzirão a análise sobre as incidências das mudanças no mundo do trabalho para os assistentes sociais nos Núcleos de Apoio Psicopedagógico de Ensino Municipal da cidade de Itaboraí, além das considerações finais e referências.

O primeiro capítulo é constituído pela introdução. O segundo capítulo aborda o trabalho no processo de produção capitalista dos séculos XX e XXI, suas características e implicações nas relações sociais e situa o serviço social na divisão social e técnica do trabalho, sua legitimação na sociedade brasileira, bem como as influências das mudanças do “mundo do trabalho” para estes profissionais.

O terceiro capítulo apresenta o panorama da educação básica no Brasil nos séculos XX e XXI, a inserção dos assistentes sociais nesse contexto e destaca alguns programas da política de educação básica nesse período.

E, finalmente, no quarto capítulo, é apresentada a cidade de Itaboraí com suas características históricas e sua configuração atual, além de abordar aspectos da educação básica no município e a inserção do assistente social na política de educação desta cidade, que se dá nos Núcleos de Apoio Psicopedagógico de Ensino Municipal (Napem). Ainda neste capítulo aborda o trabalho dos assistentes sociais no Napem Nancilândia, onde é desenvolvido um trabalho com os alunos da rede municipal de ensino que apresentam dificuldades de aprendizagem, evidenciando as características deste cotidiano profissional, a articulação com outras políticas públicas, o trabalho com as famílias, as relações de trabalho, bem como as possibilidades de respostas para as demandas apresentadas pelas escolas e famílias dos alunos.

Portanto, pensar a inserção dos assistentes sociais no campo educacional é pensar este profissional para além da atuação nas expressões da questão social que são identificadas nestes espaços e, muitas vezes, traduzidas como dificuldades de aprendizagem. Nesta perspectiva, a presença dos assistentes sociais deveria se dar em todos os níveis das políticas de educação, ou seja, no conjunto dos profissionais que atuam neste campo e na constante interlocução com outras políticas sociais e demais agentes das mesmas. Contudo, não é este o quadro que se delineia na realidade brasileira, conforme procurei demonstrar.

Buscando também fortalecer a discussão sobre este campo de atuação e da luta por uma educação gratuita e de qualidade, para além das exigências do capital, esta pesquisa reflete sobre uma atuação que não é nova para o assistente social, mas considera as novas configurações que essa inserção apresenta em cada contexto histórico específico. O trabalho dos assistentes sociais deve contemplar, portanto, a elaboração de novas respostas para as antigas e novas demandas que são apresentadas no ambiente escolar, para o conjunto dos trabalhadores da política de educação, considerando as mudanças no “mundo do trabalho”, do Estado e suas implicações no cotidiano profissional.

Nesse sentido, este estudo não pretende esgotar a reflexão, mas buscar evidenciar a atuação do profissional de serviço social em uma realidade específica, apresentando as suas possibilidades e desafios na dinâmica da ordem societária no município de Itaboraí. Além de identificar questões que possam servir para aprofundamento, no futuro sobre a inserção dos assistentes sociais no campo da escola e na política de educação como um todo.

2 Trabalho e Serviço Social

2.1. **Trabalho no processo de produção capitalista dos séculos XX e XXI: considerações introdutórias**

O trabalho não se reduz a simples transformação da natureza para a satisfação de uma demanda humana ou apenas para a atividade econômica. O trabalho é uma categoria central para a compreensão da humanidade, para a constituição do ser social.

O trabalho realizado por outras espécies animais atendem as necessidades de sobrevivência, entretanto esta atividade é determinada geneticamente, por mais complexa que a atividade possa ser. Mas essas espécies de animais realizaram a mesma atividade por várias gerações, e o modelo será o mesmo, a forma de fazer será a mesma, a exemplo das abelhas, dos roedores, dos pássaros, que são programados para realizarem as atividades sempre da mesma maneira (Netto e Braz, 2012).

Quando pensamos no ser humano esta atividade já difere pelo fato de ir além da sobrevivência. Para a realização desta atividade o ser humano utiliza a sua capacidade teleológica, ou seja, a capacidade de idealizar o objeto, de planejar a ação, de visualizá-lo antes mesmo de sua concretização. Esse elemento, por si só, supera a atividade dos outros animais, os quais são programados para realizar a atividade por mais complexa que seja.

Outro aspecto que o trabalho exige do ser humano é a necessidade de instrumentos para a realização da atividade. Esses instrumentos também são idealizados de acordo com a atividade desenvolvida e sofrem transformação à medida que entram em contato com a natureza e o ser humano, para se adequarem, da melhor maneira possível, para que o objetivo seja alcançado.

É nessa dinâmica que o trabalho humano ganha habilidade e conhecimento através das várias experimentações e repetições, vai se aperfeiçoando, atividade que se transforma em aprendizado, podendo ser transmitido. Desta forma o ser

humano atende as suas necessidades básicas de sobrevivência de maneira variada e ao mesmo tempo apresenta novas necessidades que vão impeli-lo a criar novas formas de satisfazê-las.

É através da atividade produtiva que o homem visa a um objetivo determinado, tornando o trabalho uma condição da existência humana independente de qual seja a forma de sociedade. O trabalho torna-se uma necessidade externa que media o metabolismo entre o homem e a natureza sendo, portanto, a própria vida humana.

Assim, o trabalho é parte fundamental do ser social. A ação transformadora que o homem exerce sobre a natureza o possibilita a aquisição da consciência através do trabalho. Ou seja, o trabalho é uma atividade fundamental que permite a expansão e o aperfeiçoamento do conhecimento humano ao longo da história da humanidade. Pois à medida que a satisfação das necessidades sociais se torna mediatizada pelo mercado, ou seja, pela produção, troca e consumo de mercadorias (Iamamoto, 2007) há um crescente aumento da divisão do trabalho social nos vários aspectos da organização da sociedade, tais como: na cidade e no campo, na agricultura, indústria, na relação entre os países, desde as formas particulares dos ramos da produção, distribuição e consumo.

E, ainda, como nos apresenta Iamamoto (2007), a divisão do trabalho na sociedade determina a vinculação de indivíduos em órbitas profissionais específicas tão logo o trabalho assume um caráter social, executado na sociedade e através dela.

E, ainda, segundo a mesma autora:

Com o desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho sob a égide do capital, o processo de trabalho passa a ser efetuado sob a forma de cooperação de muitos trabalhadores livres e de máquinas no interior da fábrica. Verifica-se, ao mesmo tempo, um parcelamento das atividades necessárias à realização de um produto, sem precedentes em épocas anteriores, agora executado por diversos trabalhadores diferentes e por um sistema de máquinas. Cria-se o trabalho parcial efetuando-se o parcelamento do próprio indivíduo no ato da produção (Iamamoto, 2007, p. 55).

Com esse breve panorama sobre a gênese da atividade trabalho, passo a tecer considerações sobre o contexto do trabalho nos séculos XX e XXI. Cabe dizer, o desenvolvimento da atividade trabalho ao longo da história da humanidade não é o objeto desta dissertação, mas vale ressaltar que a leitura sobre

o aperfeiçoamento desta atividade, suas primeiras consequências, a criação e desdobramentos dos modos de produção são indispensáveis para compreender as suas fases², que constitui o ser social e o desenvolvimento das sociedades.

Abordando o contexto do século XX, no que diz respeito à atividade trabalho, resgato um rápido panorama do “mundo do trabalho”³ nesse século, refletindo sobre suas consequências para o século XXI.

As mudanças que ocorreram no mundo do trabalho no século XX são originárias da Revolução Industrial (século XVIII e início do século XIX) na Europa, especificamente na Inglaterra, que introduz no cenário da produção artesanal e agrícola as máquinas, e causa aumento na produção em grande escala e em menor tempo. Essa mudança se reflete nas esferas econômicas e sociais. O trabalho artesanal e, em grande parte, o agrícola são substituídos pelo fabril. Essa nova forma de produção incentiva os proprietários dos meios de produção, identificados como burgueses, a aumentar os lucros e a submeter os trabalhadores (proletariado) a uma nova forma de trabalho.

A segunda fase da revolução, que se dá a partir da metade do século XVIII até o início do século XX, é caracterizada pela difusão dos princípios de industrialização na França, Alemanha, Itália, Bélgica, Holanda, Estados Unidos e Japão. Cresce a concorrência e a indústria de bens de produção. Nessa fase a principal mudança no processo produtivo assenta-se na utilização de novas formas de energia como a eletricidade e as derivadas do petróleo.

O surgimento de grandes fábricas modifica as relações de trabalho anteriores, em que o trabalhador tinha controle sobre sua produção. Com a nova função em controlar máquinas, perde o controle sobre o seu processo, ficando restrito à produção que vai resultar em mais ganhos para os que detêm os meios de produção, aumentando a sua relação de exploração através do trabalho. Assim, o objetivo era aumentar o desempenho dos operários, subdividindo a produção em várias operações, onde cada trabalhador executava uma parte, sempre da mesma

² O desenvolvimento do trabalho enquanto atividade e desenvolvimento dos modos de produção podem ser encontrados em Netto e Braz (2012).

³ O termo “mundo do trabalho” é aqui utilizado com base em Ianni (1994), para caracterizar as mudanças quantitativas e qualitativas que afetam não só os arranjos e a dinâmica das forças produtivas, mas também a composição e a dinâmica da classe operária. São intensas mudanças em escala global, considerando as particularidades nacionais e regionais que envolvem a intensificação do desemprego em escala global, flexibilização das leis trabalhistas, terceirização dos contratos de trabalho, intensificação das expressões da questão social e desmobilização dos movimentos sociais. A partir desta observação, utilizaremos a temo sem as aspas no restante desta dissertação.

maneira. Enquanto na manufatura o trabalhador produzia uma unidade completa e conhecia todo o processo, agora passa a fazer apenas parte dele, limitando seu domínio técnico sobre o próprio trabalho.

A consolidação desse modelo de produção resultou no capitalismo. Este marco histórico também possibilita a identificação de duas classes sociais: burguesia/capitalistas (aqueles que detêm os meios de produção) e proletariado/trabalhadores (que vendem sua força de trabalho para sua reprodução material e social).

Essas duas classes que se evidenciam nesse modo de produção são interligadas e antagônicas, como nos apresenta Iamamoto:

É indissociável das relações sociais que na era do capital têm como agentes fundamentais os capitalistas e trabalhadores assalariados, considerados não apenas individualmente, mas como representantes de classes sociais antagônicas. O antagonismo de interesses que permeia tais relações, independente das elaborações ideológicas que se façam do mesmo é objetivo, dado pelo caráter cada vez mais social da produção contrapondo à apropriação privada dos meios e dos produtos do trabalho alheio. Em outros termos, a lei geral da acumulação supõe a acumulação da riqueza, monopolizada por uma parte da sociedade – a classe capitalista – inseparável da acumulação da miséria e da pauperização daqueles que produzem a riqueza como riqueza alheia, como poder que os domina, enfim, como capital (Iamamoto e Carvalho, 2008, p. 65 e 66).

Essa relação antagônica e inseparável dessas duas classes são princípios fundantes do modelo de produção capitalista. Esse antagonismo e interdependência faz emergir outros aspectos para a consolidação desse modelo de produção, sua reprodução e expansão mundial.

O estudo em questão não vai aprofundar o desenvolvimento histórico da sociedade capitalista, entretanto, alguns elementos importantes inerentes a ela merecem considerações, a fim de nos ajudar a compreender *conceitos, expressões, e significados*⁴ já citados e que serão utilizados ao longo da presente dissertação.

Sociedade civil é a esfera onde se dão as relações sociais, ou seja, onde se dá a produção e reprodução da vida material, base econômica e social.

Estado é uma instituição que emerge das relações de produção. O Estado é moldado pelo modo dominante de produção e das relações de produção inerentes a esse modo, orientado a garantir os fundamentos da acumulação do capital (a

⁴ Os conceitos, expressões e significados, ora apresentados, são pautados em Montañó e Duriguetto (2011).

propriedade privada, a exploração, o controle capitalista sobre o destino da riqueza socialmente produzida e a repressão a todo ato que ameaça a estabilidade social); promover a legitimação da ordem social vigente (tanto garantindo o envolvimento e o respeito às leis quanto criando a vinculação e o compromisso dos cidadãos com um ideológico Estado neutro e um também ideológico sistema de liberdade e igualdade de oportunidade para todos), ao mesmo tempo em que responde as demandas das classes trabalhadoras, desde que não atrofie o processo de acumulação do capital. O Estado ganha novas funções determinadas pela dinâmica histórica que o modo de produção ganha ao longo dos séculos (outros aspectos serão incorporados ao longo deste estudo).

O Estado Liberal atende os anseios e desejos da classe burguesa, inicialmente. As ideias liberais que fomentam o Estado liberal são as de que os indivíduos, sob a mesma ordem política, são livres e iguais perante as leis; livres para expandir seus empreendimentos e a obtenção dos lucros, onde o desenvolvimento do capitalismo não deve sofrer intervenções do Estado; as consequências da relação capital *versus* trabalho devem ser reguladas pela dimensão do próprio modo de produção (mercado). Este Estado se consolida a partir da Revolução Francesa, em 1789.

Capital é a categoria peculiar ao modo de produção capitalista, compreendida em duas dimensões: econômico-político e relação social. Econômico-político: não é apenas o volume de dinheiro (maquinaria, salários, bens, dinheiro entesourado, etc.), mas a extração do valor excedente da força de trabalho do trabalhador e do valor inicial de um produto. Na dimensão da relação social, há interdependência entre trabalhador e capitalista, ou seja, entre os que necessitam vender sua força de trabalho para os que detêm os meios de produção (capitalista), relação contraditória e inseparável.

A relação de exploração no modo de produção capitalista refere-se à apropriação privada, pelo capital, do trabalho excedente produzido pelo trabalhador. O que leva à noção de classe social no modelo de produção capitalista, há duas classes sociais principais: proletariado (trabalhadores) e burguesia (capitalistas), ou seja, a divisão da sociedade a partir do tipo de propriedade que possuem para atividade produtiva; as relações de produção que estabelecem entre si no processo de produção; e as formas de enfrentamento que, a partir dos interesses diversos, colocam sujeitos de uma classe em contraposição.

A compreensão desses elementos nos auxilia identificar na dinâmica do capitalismo nos séculos XX e XXI, a incorporação de novos arranjos no seu desenvolvimento e suas complexidades na organização da sociedade nesses períodos históricos.

Portanto, a forma em que a sociedade se organiza através desse modo de produção (capitalista) acarreta modificações nas esferas social e econômica, tais como o aumento do pauperismo, não causado por catástrofes naturais, mas pela apropriação das riquezas nas mãos de poucos, o acirramento da contradição entre capitalistas e trabalhadores, ou seja, entre capital *versus* trabalho.

Assim, a percepção da situação em que os trabalhadores vivem e se reconhecem como grupo socialmente explorado pelos capitalistas, faz com que comecem as primeiras iniciativas de luta contra as consequências desse modo de produção, a partir de coligações dos trabalhadores, comissões, sindicatos, movimentos sociais organizados e partidos políticos (Montaño e Duriguetto, 2011). As características das diversas formas de lutas se expressam a partir dos objetivos de curtos e longos prazos, da gênese reivindicatória, questões ligadas ao campo da política, cultura e economia, almejando alcanças níveis mais amplos da emancipação humana, aqui entendida como, superação das desigualdades sociais, da exploração dos trabalhadores, considerando a liberdade e a igualdade perante a lei, conforme salientam Montaño e Duriguetto (2011).

A partir do momento em que os trabalhadores têm consciência da real situação de exploração que vivem, sua capacidade de organização e lutas é intensificada e pressionam os capitalistas a reagirem, de maneira a responder satisfatoriamente, (o que, no primeiro momento, pouco acontecia), as reivindicações por eles apresentadas.

As características do modo de produção, no que diz respeito à exploração do trabalhador e sua não apropriação da riqueza socialmente construída, desperta a consciência dos trabalhadores sobre a situação de exploração, levando-os a se organizarem para buscar melhores condições de trabalho, aumento salariais, e, conseqüentemente, da vida.

Nesse momento, os trabalhadores percebem sua situação de exploração, que se dá no cotidiano das fábricas e/ou outros espaços ocupacionais, onde todos que vendem a força de trabalho, ainda apresentam dificuldade para a sua subsistência e de suas famílias. Este despertar da consciência perpassa por um caminho de

identificação individual e coletiva e da posição que se ocupa na sociedade capitalista, como elucidado anteriormente. Montañó e Duriguetto expõem essa perspectiva:

Na vida cotidiana, na fábrica ou outro espaço coletivo, ao relacionarem entre si e constituírem grupos, os indivíduos percebem a identidade das suas situações. A situação percebida como individual, agora é vista como coletiva, comum. Ao identificarem as semelhanças nas condições de vida, ou algum aspecto dela os indivíduos podem desenvolver uma *identidade* e uma *consciência reivindicatória*, que deriva numa *ação grupal reivindicatória* (Montañó e Duriguetto, 2011. p.103).

Essa consciência e organização dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e aumento de salários, provoca nos capitalistas estratégias para conter a classe trabalhadora, ora com mecanismos de coerção, ora com a concessão de direitos trabalhistas, direitos esses que são resultados das lutas dos movimentos operários. Todas as concessões (direitos) aos trabalhadores resultam também em novas formas de exploração, inseridas nos direitos conquistados. Com o objetivo de manter certo equilíbrio em relação às reivindicações e organizações dos trabalhadores frente às explorações a eles impostas, as estratégias de manutenção da ordem capitalista ganham novas roupagens. As características se dão mediante o arrocho salarial, liquidação do direito à greve, a desarticulação das estruturas sindicais e partidárias e ampliação da jornada de trabalho (Iamamoto, 2007), elevando as taxas de produtividades, implicando em um ambiente de aparente satisfação dos trabalhadores, uma vez que foram atendidas mínimas reivindicações dos trabalhadores.

O Estado também corrobora para essa aparente tranquilidade na relação capital *versus* trabalhos quando intervém com políticas sociais caracterizadas como doações, e não como direitos conquistados, (Iamamoto e Carvalho, 2008), desvinculando, assim, as políticas sociais das lutas dos trabalhadores.

Entretanto, só a partir das reivindicações da classe trabalhadora é que o Estado de fato intervisse na questão social, a partir da luta organizada dessa classe:

A mobilização e a organização da classe trabalhadora foram determinantes para a mudança da natureza do Estado liberal no final do século XIX e início do século XX. Pautada na luta pela emancipação humana, na socialização da riqueza e na instituição de uma sociabilidade não capitalista, a classe trabalhadora conseguiu assegurar importantes conquistas na dimensão dos direitos políticos, como o direito

ao voto, de organização em sindicatos e partidos, de livre expressão e manifestação (Barbalet, 1989). Tais conquistas, contudo, não conseguiram impor ruptura com o capitalismo. (Behring e Boschetti, 2008, p. 63)

Considerando as lutas da classe trabalhadora, a ampliação dos direitos, políticos, sociais, ganham expressividade no final do século XIX e início do século XX na Europa, graças à organização dos trabalhadores, que, ao tensionar e questionar o Estado (Behring e Boschetti, 2008), conquistam mudanças significativas. Desta forma, um leque de políticas sociais é desenvolvido gradualmente em meio às tensões da correlação de forças no âmbito do próprio Estado, no final do século XIX, favorecendo a sistematização das ações, do planejamento e com caráter de obrigatoriedade, conforme as autoras anteriormente citadas.

Ainda, segundo as mesmas autoras, as particularidades das reivindicações resultaram em políticas sociais orientadas pela lógica do seguro social (Alemanha, a partir de 1883), intervenção estatal no contexto da presença marcante da social-democracia alemã no parlamento (Behring e Boschetti, 2008. p.64-65). Incorporando o reconhecimento de que a incapacidade para trabalhar deveria ser protegida, como idade avançada, doenças e desemprego, acidentes de trabalho, por exemplo. Na França foi aprovada uma lei que cobria os acidentes de trabalho e se estendem aos familiares dos trabalhadores mediante contribuição prévia dos operários e empregadores (Behring e Boschetti, 2008. p. 66).

Essas iniciativas em alguns países da Europa incorporam mudanças na relação do Estado com os trabalhadores e com os que não estão inseridos no mercado de trabalho, como nos apresentam as autoras anteriormente citadas, a partir do autor Pierson (1991):

a) O interesse estatal vai além da manutenção da ordem, e incorpora preocupação de atendimento às necessidades sociais reivindicadas pelos trabalhadores; b) os seguros sociais implantados passam a ser reconhecidos legalmente como conjunto de direitos e deveres; c) a concessão de proteção social pelo Estado deixa de ser barreira pra a participação política e passa a ser recurso para exercício da cidadania, e d) ocorre um forte incremento de investimentos públicos nas políticas sociais, com crescimento do gasto social: os Estados europeus passam a comprometer em média 3% de seu Produto Interno Bruto (PIB) a partir do início do século XX. (Pierson, 1991, p.107 *apud* Behring e Boschetti, 2008, p. 64-65)

As políticas sociais implementadas nesse período se estendem não só a uma categoria profissional, mas na intervenção das expressões da questão social. As intervenções não eram de fato para mudar a ordem social, que amenizam suas repercussões na sociedade.

No Brasil, o surgimento das políticas sociais⁵ está ligado ao processo histórico de colonização e escravidão até a sua independência. As políticas sociais no Brasil não acompanham o mesmo tempo histórico do seu surgimento na Europa e suas primeiras iniciativas surgem a partir de 1889 com os funcionários da Imprensa Nacional e dos ferroviários, com os direitos às pensões e 15 dias de férias. Em 1892 os funcionários da Marinha também adquirem o direito à pensão (Behring e Boschetti, 2008). E a partir de 1903 e 1907, respectivamente, começam as organizações dos trabalhadores da agricultura e dos trabalhadores urbanos, que conquistam o direito da organização sindical e redução das jornadas de trabalho, que de fato não foi assegurada. Com a aprovação da Lei Eloy Chaves (1923), institui-se a obrigatoriedade da criação de Caixas de Aposentadoria e Pensão para algumas categorias profissionais (ferroviários e marítimos, em especial).

As reivindicações dos trabalhadores são, em alguns momentos, atendidas com programas assistenciais implementados pelo Estado, como forma de regular o conflito social em nome da ordem pública e da segurança nacional (Iamamoto, 2007).

A partir do governo de Getúlio Vargas (1930-1945 e de 1951-1954), importantes ações foram implementadas, como por exemplo, a criação do Ministério do Trabalho (1930); a criação da carteira de trabalho (1932); a expansão dos institutos de aposentadoria e pensão, que se estende a várias categorias profissionais (1930); ainda neste ano foram criados os Ministérios da Educação e Saúde; a criação da Legião Brasileira de Assistência (1942), e a Consolidação das Leis Trabalhistas em 1943, foram as principais iniciativas desse período. Todas, muito influenciadas pelo que acontecia na Europa e nos Estados Unidos da América⁶.

⁵ O surgimento e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil podem ser aprofundados em Behring e Boschetti (2008).

⁶ Período da Segunda Guerra Mundial, momento em que o Brasil apoia os Estados Unidos, mediante pressões relacionadas aos investimentos do país na nação brasileira. Além da organização das políticas sociais organizadas nesses países.

No período de 1946 até 1964, em meio a intensas lutas de classes, e mesmo de distintos projetos societários, expressos a partir dos diversos partidos políticos, representando o interesse da burguesia, fragmentada neste momento, devido os diferentes interesses político contidos nesses projetos, que ora beneficiava um grupo, ora outro, além da sua relação com o poder estatal. O período, então, foi marcado por lentas e seletivas iniciativas no campo das políticas sociais: a separação do Ministério da educação e Saúde em 1953; criação de novos Institutos de Aposentadoria e Pensão e no final, a aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social (1960) e da Previdência Rural (1963).

No período da ditadura militar no Brasil (1964-1985) a conjuntura política e social do país foi completamente transformada. O favorável crescimento da luta dos trabalhadores é agora arbitrariamente impedido com repressão a toda forma de organização e manifestação dessas lutas e dos movimentos sociais.

Entretanto, algumas iniciativas foram implementadas nesse período, que são reivindicações anteriores a esse contexto histórico. Por exemplo, temos a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) em 1967, do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) em 1974 e do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (Sinpas) em 1977, bem como alguns programas assistenciais também foram implementados, tais como o Banco Nacional de Habitação (BNH), o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (Pronan), desenvolvido no período de 1972 a 1989, o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural) criado em 1971, a reestruturação da Previdência Social, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, criado em 1966, o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), ambos de 1970. Esses investimentos tinham dupla função: manter o nível de exploração do trabalhador, porém lhe possibilitando benefícios, como também manter a expansão e acumulação do capital, mantendo assim o mínimo de conflito entre trabalhadores e capitalistas (Behring e Boschetti, 2008).

A luta dos trabalhadores nos diversos momentos do desenvolvimento e consolidação do capitalismo fez com que o capital se reinventasse para manter a sua hegemonia, explorar ao máximo o trabalhador para a ampliação e acumulação de capital. Ao mesmo, tempo essas reivindicações e organizações da classe trabalhadora resultaram em benefícios e políticas sociais, não só para si, mas também para os que não estavam inseridos no mercado de trabalho.

A consolidação do capitalismo traz para o século XX a necessidade de criar novos modelos de organização do trabalho, capazes de reduzir o tempo gasto na produção e aumentar a capacidade produtiva e, conseqüentemente, os lucros.

Quanto a esses modelos de produção temos o fordismo, o taylorismo e o toyotismo. O primeiro sistema, disseminado no início do século XIX através das ideias de Frederick Taylor (norte-americano, 1856-1915) que, em resumo, consistia em fragmentar o trabalho industrial, onde cada trabalhador exercia uma atividade específica, e o tempo da produção passa a ser cronometrado. A organização hierárquica e a sistematização do trabalho aperfeiçoaram a divisão técnica do trabalho, onde o conhecimento do processo produtivo era responsabilidade do gerente e aos outros trabalhadores cabia a padronização e realização de atividades repetitivas e simples. Assim, para reduzir custos, a produção deveria ser em massa e com tecnologia capaz de desenvolver ao máximo a produtividade de cada trabalhador.

Este modelo de organização da produtividade influenciou a elaboração de outro sistema: o fordismo, idealizado por Henry Ford (norte-americano, 1863-1947). As ideias de Ford consistiam no aprimoramento do sistema taylorista e na intensificação do trabalho, pois a matéria-prima deveria ser trabalhada sem interrupção até o resultado final, onde a produção era distribuída ao longo de uma esteira e os trabalhadores acoplavam as peças de maneira a garantir a padronização do produto. Nesse sistema é introduzida a carga horária de 8 horas diárias e aumentos salariais, ampliação de direitos trabalhistas e sociais que, temporariamente, suavizaram a contradição da relação capital *versus* trabalho. A empresa de Ford, *Ford Motor Company*, fundada na segunda década do século XX, liderava na fabricação de carros a partir deste sistema de produção.

Esses modelos foram difundidos internacionalmente e seus efeitos são percebidos não só no sistema de produção, como na vida do trabalhador que sofre com os efeitos nocivos devido às condições precárias de trabalho e da própria intensificação da exploração do sistema capitalista.

Esses sistemas de organização do trabalho entraram em declínio, não sendo possível manter o escoamento da produção e a imparcialidade dos trabalhadores a essa exploração. Com isso, alternativas foram desenvolvidas, ficando em destaque o toyotismo, na década de 1950, planejado por Taiichi Ohno, engenheiro industrial da Toyota. Ao contrário do fordismo, o toyotismo é caracterizado pela

flexibilização da produção, introduzindo modificações no sistema de produção através da produção conforme a demanda.

Com a utilização de máquinas capazes de identificar os defeitos sem a necessidade da supervisão humana, de reunir várias funções em um mesmo trabalhador e de montagem de equipe de trabalho com horários alternados, forma esta que dificulta a articulação entre os trabalhadores, enfraquecendo a capacidade organizativa e a resistência dos mesmos.

Apesar das novidades tecnológicas que este sistema gerou, também fragilizou os direitos trabalhistas, os vínculos entre empregados e empregadores, além de contribuir para o aumento do desemprego e das disparidades socioeconômicas, ao mesmo tempo em que incentiva os trabalhadores a buscarem aperfeiçoamento profissional através de exigência de capacitação constante e aprofundamento da especialização (o que não significa qualificação real, antes desqualifica ainda mais o trabalhador).

Segundo Ianni:

A flexibilização dos processos de trabalho e de produção implica uma acentuada e generaliza potenciação da capacidade produtiva da força de trabalho. As mesmas condições organizatórias e técnicas da produção flexibilizada permitem a dinamização quantitativa e qualitativa da força produtiva do trabalho. No lugar da racionalidade característica dos padrões manchesteriano, taylorista, fordista ou sthakanovista, adota-se a racionalidade mais intensa, geral e pluralizada da organização toyotista ou flexível do trabalho e produção. (Ianni, 1994, p. 4)

Os modelos de produção anteriores não são extintos, mas a conjuntura econômica e social, exigindo maior qualidade e produtos personalizados, levam as indústrias a se adaptarem à nova realidade e incorporar novas estratégias para se manterem no mercado e continuar o processo de acumulação do capital. É possível observar aspectos dos três modelos apresentados convivendo nos dias atuais, embora o modelo pautado na flexibilização da organização da produção seja o mais evidente na fase atual do capitalismo, sobretudo a partir da década de 1970.

De acordo com Antunes (2000), o modelo capitalista de produção adquiriu nas últimas décadas aspectos antes não observado, mudanças intensas e radicais na produção e na realidade social como a flexibilização das relações de trabalho, o modelo de regulação social-democrático, que deu sustentação ao chamado estado

de bem estar social, em vários países centrais, recebe forte interferência da (des)regulação neoliberal, privatizante e anti-social.

E, ainda, segundo o mesmo auto:

Trata-se, portanto, de uma aguda destrutividade, que no fundo é a expressão mais profunda da crise estrutural que assola a (des)sociabilização contemporânea: destrói-se força humana que trabalha; destroçam-se os direitos sociais; brutalizam-se enormes contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho; torna-se predatória a relação produção/natureza, criando-se uma monumental “sociedade do descartável”, que joga fora tudo que serviu como “embalagem” para as mercadorias e o seu sistema, mantendo-se, entretanto, o circuito reprodutivo do capital. (Antunes, 2000, p. 38)

Todas as transformações implementadas pelo modo de produção capitalista têm como ponto principal elevar as taxas de lucros e reverter o que poderia levar à sua queda, criando condições renovadas para explorar a força de trabalho. À medida que a produção capitalista se internacionalizava, também as contradições existentes neste processo também ganham características particulares de acordo com os países, regiões, aumentando de maneira global as consequências desta reestruturação produtiva para o trabalhador, como salienta Ianni:

A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego “estrutural” (em oposição a “ficcional”), rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais e o retrocessos do poder sindical – uma das colunas políticas do regime fordista. O mercado de trabalho, por exemplo, passou por uma radical reestruturação. Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão- de- obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalhos mais flexíveis. (Ianni, 1994, p.4)

Contribuindo com a citação ora apresentada, Antunes e Pochmann acrescentam o entendimento de flexibilidade como “liberdade da empresa”, que se refere:

Desempregar trabalhadores, sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuem; para reduzir o horário de trabalho ou para recorrer a mais horas de trabalho; para ter a possibilidade de pagar salários reais mais baixos do que a paridade de trabalho exige; para poder subdividir a jornada de trabalho em dias ou semanas segundo as conveniências das empresas, mudando os horários e as características do trabalho (por turno, por escala, em tempo parcial, horário flexível, etc.), entre tantas outras formas de precarização da força de trabalho. (Antunes e Pochmann, 2007, p.202-3)

Desta forma, as mudanças no mundo do trabalho, além de incidirem intensamente sobre a organização e formas de trabalho, desmobilizam as lutas contraditórias, a garantia dos direitos do trabalho e, conseqüentemente sociais, e aumento do lucro, elementos contraditórios, interdependente que e que se relacionam no desenvolvimento do projeto societário capitalista atual.

Harvey (1992) reafirma que o capitalismo é, por necessidade, tecnológica e organizacional, dinâmico. Decorrente de das leis coercitivas, que impelem os capitalistas individuais a inovação em busca do lucro. Mas as mudanças são imperativos importantes para modificação da dinâmica da luta de classes, movida por ambos os lados, no domínio dos mercados de trabalho e do controle do trabalho. Dessa necessidade, deriva a ideologia de que o “progresso” é inevitável como bom, perpetuando, assim a ordem societária capitalista.

Assim, o capitalismo, em seu processo de desenvolvimento e permanente evolução de seus meios de produção carrega em seu interior constantes transformações nas relações de produção e, conseqüentemente nas relações de trabalho, transformando-as em meios para a obtenção máxima do lucro. Sendo inerente ao modo de produção capitalista, a acumulação é parte processual de seu desenvolvimento e crise.

2.2. Serviço Social e Trabalho

O serviço social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, onde se desenvolve em diversos espaços sócio-ocupacionais, tendo em vista responder as demandas apresentadas pelos usuários, as quais são geradas a partir da relação capital *versus* trabalho.

O assistente social, ao se inserir na divisão social e técnica do trabalho coletivo (Iamamoto, 2010), torna-se responsável por uma utilidade social que permite ao profissional vender sua força de trabalho numa relação mercantilizada.

O desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo estabeleceu na sociedade a existência de duas classes fundamentais, os proprietários dos meios de

produção e os trabalhadores, através de relação social no processo de produção. Essas classes são antagônicas na sua origem, ou seja, possuem interesses diferentes, contraditórios. Como mencionado anteriormente, é esta relação contraditória que gesta a questão social⁷ e se manifesta diariamente na relação dessas duas classes, com vários desdobramentos para a classe trabalhadora.

De acordo com Iamamoto e Carvalho (2008), no conjunto das condições e relações sociais capitalistas que o serviço social se insere, é uma especialização do trabalho coletivo ao ser expressão de necessidades sociais a partir de práticas históricas das classes sociais na forma de produzir e reproduzir os meios de sobrevivência e do trabalho de maneira socialmente determinada. Nesse contexto, o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais exigem novos profissionais específicos e qualificados para atuarem nas novas necessidades sociais e novos impasses engendrados nesse processo, segundo a lógica de racionalidade e eficiência da sociedade capitalista (Iamamoto e Carvalho, 2008).

Ainda, conforme os mesmos autores:

O serviço social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o *desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana*, processos aqui apreendidos sob o ângulo das novas classes e da burguesia industrial - e das modificações verificadas na composição dos grupos e frações de classes que compartilham o poder de Estado em conjunturas históricas específicas. É nesse contexto, em que se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro, que emerge sob novas formas a chamada “questão social”, a qual se torna base de justificação desse tipo de profissional especializado. (Iamamoto e Carvalho, 2008, p.77)

É, portanto, no momento em que o Estado passa a intervir diretamente na relação capital *versus* trabalho, estabelecendo não apenas regulamentação jurídica do mercado de trabalho através de legislação trabalhista e social específicas, como também no gerenciamento dos serviços sociais, como uma nova forma de enfrentamento da “questão social”, para além da caridade e a repressão, que o serviço social ganha também expressividade. Sua legitimação se dá como elucida Netto (2007), a partir da ordem societária capitalista que gera condições históricas para que, na divisão social e técnica do trabalho, constitua-se um espaço favorável

⁷Segundo Iamamoto, a questão social pode ser definida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (Iamamoto, 2010, p.27).

á práticas profissionais como a do assistente social, que passa a ter sentido para a reprodução das relações sociais, inserindo este agente profissional no mercado de trabalho. Nesta mesma perspectiva Raichelis (2011) reafirma que o processo de profissionalização do assistente social e institucionalização da profissão na divisão social e técnica do trabalho que circunscreve as condições concretas para que o trabalho do assistente social ingresse no processo de mercantilização e no universo do valor e da valorização do capital deste modo de produção capitalista.

Diante das consequências intrínsecas ao modelo de produção capitalista, ações são necessárias para o enfrentamento das expressões da questão social, ora pelos setores privados, ora pelo Estado, que se gestam condições para a especialização de um profissional para intervir complexa e contraditória relação capital *versus* trabalho, a partir da execução das respostas, tipificadas nas políticas sociais.

Assim, em conformidade com Iamamoto e Carvalho:

O Estado passa a ser, num certo lapso de tempo, uma das molas propulsora e incentivadora desse tipo de qualificação técnica, ampliando seu campo de trabalho, conforme estratégias estabelecidas pelos setores dominantes para o enfrentamento da questão social, consolidada em medidas de política social. (Iamamoto e Carvalho, 2008, p.83)

Considerando o surgimento do serviço social no Brasil, na década de 1930, onde a atuação dos agentes sociais pautava-se nos princípios cristãos de caridade e moralização, segundo a doutrina da Igreja Católica - período em que Getúlio Vargas (1930-1945) viabilizava as leis trabalhistas, numa tentativa de conter a insatisfação da crescente massa trabalhadora, num conjunto de concessões de direitos, caridade e repressão, a profissão se estabelece como ação de controle social, por meio de instrumentos de assistencialismo e doutrinação moral. Visto que, sua vinculação, ainda está no âmbito das iniciativas da Igreja Católica, almejando uma qualificação do laicato, especialmente, do gênero feminino.

E, ainda, a profissão:

Configura-se, assim, um caráter missionário à atividade profissional, como meio de fazer face aos imperativos da justiça e da caridade, dentro da perspectiva de profissionalização do apostolado social segundo parâmetros técnicos e modernizadores, numa sociedade secularizada, ameaçada pelo liberalismo e pelo consumismo. (Iamamoto e Carvalho, 2008, p 83)

Considerar as particularidades da gênese da profissão no Brasil, auxiliar a compreensão dos seus movimentos de ruptura com práticas vinculadas a organização da caridade, à racionalização da filantropia e da prática da ajuda, e ainda, suas determinações de ordem religiosa.

A funcionalidade da intervenção do serviço social, na ordem societária capitalista ganha expressividade e vai sendo, cada vez mais, convocado pelo Estado para contribuir na contenção das problemáticas inerentes à expansão do capital. Mesmo o serviço social sendo uma profissão liberal, de acordo com Iamamoto e Carvalho (2008), este profissional não detém os meios necessários para sua concretização, como profissional liberal, uma vez que os mecanismos e instrumentos através dos quais exerce sua atividade são disponibilizados pelas instituições empregadoras: Estado, empresas privadas e instituições religiosas e/ou não governamentais.

O contato direto com os usuários dos serviços é uma das características da profissão, que se configura num espaço de atuação técnica com distintas possibilidades de intervenção, e, conseqüentemente, de reorientação do exercício profissional diante da função atribuída pela instituição que o emprega (Iamamoto e Carvalho, 2008).

Estando o serviço social situado na divisão social e técnica do trabalho e atuando diretamente com a classe trabalhadora, vale dizer que é uma profissão que participa ativamente do processo de reprodução das relações sociais⁸. A partir do momento em que atua na criação de estratégias favorecedoras da reprodução da força de trabalho, através da viabilização dos serviços sociais regulamentados pelo Estado, também contribui para a manutenção da ordem societária estabelecida pelo capital. A compreensão dessa contradição na qual o serviço social é chamado a intervir possibilita também, uma atuação que mantenha a ordem vigente ou uma atuação que busque alternativas para apoiar a organização e luta dos trabalhadores, frente às imposições do capital.

⁸ Reprodução das relações de indivíduos, grupos e classes sociais, não reduzidas estritamente à dimensão econômica. Relações sociais estas que envolvem poder, sendo relações de luta e confronto entre classes e segmentos sociais, que têm no Estado uma expressão condensada da trama do poder vigente na sociedade. Mas a produção/reprodução das relações sociais abrange, também, “formas de pensar, isto é, formas de consciência, através das quais se apreende a vida social” (Iamamoto, 2010, p.26).

O profissional do serviço social incide efeitos na sociedade, a partir do momento em que atua no campo do conhecimento, dos valores, dos comportamentos, da cultura, que porventura, influenciarão a vida dos usuários dos serviços viabilizados por esses profissionais. Sendo assim, um profissional que interfere na reprodução da vida social, contribuindo com vários outros intelectuais, que também como ele, contribui na criação de consensos na sociedade (Iamamoto, 2010).

A própria autora, ao falar do trabalho intelectual exercido pelos assistentes sociais, busca em Gramsci a sua fundamentação:

A análise sociológica da profissão e de seus agentes não pode limitar-se a considerar o serviço social e o assistente social desvinculados dos organismos institucionais, cujo caráter e função condicionam o significado dessa prática profissional no processo de reprodução das relações sociais. Tal premissa remete a um aprofundamento da concepção de intelectual, apoiada em Gramsci, visto que possibilita superar a consideração dos aspectos puramente profissionalizantes, atrelando-os à sua significação política, dando prioridade à função e ao lugar ocupados por essa camada nas relações sociais. (Iamamoto, 2007, p.43)

E, ainda conforme, a mesma autora:

Gramsci apresenta uma noção ampla de intelectual, e lhe confere significado histórico-sociológico, definindo-a a partir do *lugar da função que este ocupa na estrutura social e no processo histórico*. Refutando a mera divisão do trabalho manual e trabalho intelectual, Gramsci considera que todos os homens são intelectuais, já que, em graus diferenciados, sempre utilizam sua capacidade cerebral. Sustenta, no entanto, que nem todos exercem, no conjunto das relações sociais, a função de intelectual. É esta função que cumpre ressaltar. (Iamamoto, 2007, p.51)

Iamamoto (2007), ainda fundamentada em Gramsci, ressalta que os intelectuais representam interesses econômicos, corporativos e políticos de uma classe, e não apenas interesses individuais, direcionando suas funções à posição e a função que as classes fundamentais do modo de produção capitalista ocupam na sociedade. Sendo papel importante dos intelectuais a homogeneização da consciência de classe, a partir do grupo que representam, nas dimensões da economia, da cultura, da política, da educação e da coerção (Iamamoto, 2007, p.44).

Para Iamamoto e Carvalho (2008) a atuação do assistente social é, portanto, polarizada pelos interesses das classes sociais, podendo ser cooptada pela classe que possui maior poder. Nesse sentido, o trabalho do assistente social:

Reproduz também, pela mesma atividade, interesses contrapostos que vivem em tensão. Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação do seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história. (Iamamoto e Carvalho, 2008, p.75)

Diante disso, é necessário que o assistente social se perceba histórica e criticamente dentro desta dupla função, pois isso lhe permite, no fazer profissional, conhecimento amplo da realidade social na qual está inserido e o desdobramento de sua atuação junto a população usuária beneficiária dos serviços ofertados, tendo em vista os interesses e necessidades da classe trabalhadora, que pode contribuir, inclusive, para sua legitimação e o fortalecimento dos trabalhadores na luta de classes.

O processo histórico do serviço social brasileiro apresenta vários momentos⁹ de conservadorismo, ruptura e renovação, e na atualidade brasileira se apresenta, segundo Iamamoto, com:

Uma feição acadêmico-profissional e social renovada, voltada à defesa do trabalho e dos trabalhadores, do amplo acesso a terra para a produção de meios de vida, ao compromisso com a afirmação da democracia, da liberdade, da igualdade e da justiça social no terreno da história. Nessa direção social, a luta pela afirmação dos direitos de cidadania, que reconheça as efetivas necessidades e interesses dos sujeitos sociais, é hoje fundamental como parte do processo de acumulação de forças em direção a uma forma de desenvolvimento social inclusiva para todos os indivíduos sociais. (Iamamoto, 2010, p.5)

Essas características apresentadas pela autora no processo de renovação críticas do serviço social, é fruto de um amplo movimento de luta pela (re)democratização da sociedade, principalmente, na ascensão dos movimentos políticos das classes sociais, das lutas em torno da elaboração e aprovação da Carta Constitucional de 1988 e da defesa do Estado de Direito. Impulsionou, desta forma, um questionamento para a categoria dos assistentes sociais, no interior de

⁹ Para aprofundamento desses momentos do serviço social brasileiro, ver Netto (2006).

suas práticas, um processo de ruptura com o tradicionalismo profissional e seu ideário conservador.

Essa postura que o serviço social apresenta, alarga o horizonte de preocupações emergentes no âmbito do serviço social, exigindo novas respostas profissionais, o que derivou em significativas alterações¹⁰ nos campos do ensino, da pesquisa, da regulamentação da profissão e da organização político-corporativa dos assistentes sociais (Iamamoto, 2010, p.6).

De acordo a mesma autora:

O Serviço Social brasileiro construiu um projeto profissional radicalmente inovador e crítico, com fundamentos históricos e teórico-metodológicos hauridos na tradição marxista, apoiado em valores e princípios éticos radicalmente humanistas e nas particularidades da formação histórica do país. (Iamamoto, 2009, p. 4-5)

Como já mencionado, o serviço social participa do processo de produção e reprodução das relações sociais na sociedade capitalista, entendendo esse processo para além da relação da vida e do trabalho no cotidiano, mas as suas implicações para à reprodução das forças produtivas sociais do trabalho e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo sujeitos e suas lutas sociais, as relações de poder e os antagonismos de classes. Envolve aspectos da vida material, espiritual, social, ou seja, nas dimensões da formação da consciência social, jurídica, políticas, econômicas religiosa, artísticas, filosóficas e científicas (Iamamoto, 2009, p.10).

Diante do exposto, é possível afirmar que as mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho, na contemporaneidade, requerem que o serviço social constantemente atualize seu processo investigativo e sua ação propositiva na construção de respostas às expressões da questão social. Nesta perspectiva é também possível afirmar que este profissional, que está inserido nas relações sociais estabelecidas na sociedade capitalista, também é atingido pelos novos reordenamentos que o trabalho impõe na conjuntura atual.

As mudanças no mundo do trabalho não interferiram apenas na forma da organização da produção. Os novos ordenamentos antes mencionados trazem

¹⁰ Essas significativas alterações são percebidas, principalmente, no Código de Ética do Assistente Social (1993), na Lei da Regulamentação da Profissão (1993) e nas Diretrizes Curriculares norteadoras da formação acadêmica (2001).

mudanças na vida das pessoas, inclusive no mundo do trabalho¹¹. A flexibilidade, antes aludida, se dá nas relações de trabalho, nas contratações e, conseqüentemente, na vida do trabalhador. Tais modificações implicam em novos arranjos no mundo do trabalho, pois antes, o modelo era mais rígido, hoje se tornam flexíveis às demandas do capital. Dessa forma, há uma tendência dos contratos trabalhistas tornarem-se mais precarizados (sem carteira assinada e outras garantias trabalhistas), ganhando formas terceirizadas, ou seja, de prestação de serviços de uma empresa para outra, contratos de meio expediente, temporários ou de outra forma que atenda a demanda do empregador, sempre com prejuízo para o trabalhador.

Os novos ordenamentos para o mundo do trabalho acentuam os elementos destrutivos que presidem a lógica do capital, ou seja, quanto mais aumentam a competitividade e a concorrência intercapitais, interempresarias e interpotências políticas, mas nefastas são suas conseqüências (Antunes, 2002). Resultando nas intensificações da precarização e desregulamentação da proteção do trabalho, desemprego, poucos investimentos em políticas públicas, desmonte dos movimentos sociais e agravamentos das expressões da questão social em escala global.

Para o serviço social, esses rebatimentos também são percebidos e intensificam os processos de terceirização, de subcontratação de serviços individuais dos assistentes sociais por parte de empresas de serviços ou de assessoria, de "cooperativas" de trabalhadores, na prestação de serviços aos governos e organizações não governamentais, contratação temporária, por projeto, por tarefa, em função das novas formas de gestão das políticas sociais. Outro aspecto da dinâmica de flexibilização/precarização do trabalho é falta de perspectiva de progressão e ascensão na carreira, ausência de políticas de capacitação profissional (Raichelis, 2011).

¹¹ Essas mudanças são percebidas como, por exemplo, a diminuição de contratos formais e outras garantias trabalhistas, com o crescimento da terceirização, ou seja, prestação de serviço de uma média ou pequena empresa especializada a outra, geralmente maior; ou parcial, que se caracteriza por uma forma de contrato de meio expediente ou parte do horário convencional de acordo com o desejo do empregador; ou temporário que se trata de um vínculo sazonal de trabalho e corresponde às necessidades do empregador de acordo com os picos do mercado, mais utilizado em épocas do ano como o natal; ou ainda, o doméstico que diz respeito a um sistema de contrato de trabalho em que a empresa encomenda e, às vezes, organiza o trabalho de pessoas que produzem em seus próprios domicílios, mas sem vínculos empregatícios.

Questões essas, relacionadas ao discurso da “modernização da produção”, ou seja, na recriação de formas de trabalho familiar, em domicílio, o não reconhecimento de direitos trabalhistas, além do índice de desemprego estrutural, são elementos contraditórios de uma de um mesmo discurso. E ainda, a introdução de novas tecnologias e a alta qualificação da força de trabalho nos setores de ponta da economia, implica numa redução da demanda de trabalhadores e expulsão de mão-de-obra (Iamamoto, 2010, p.32).

Neste contexto, o serviço social também é permeado por essas questões e vê-se compelido a se apropriar de informações, pesquisa, conhecimento, indicadores que possibilitem identificar as expressões da questão social em suas particularidades, sem desconsiderar a sua totalidade engendrada na relação capital *versus* trabalho.

Iamamoto é bastante clara ao indicar que o assistente social

[...] tem também efeitos na sociedade como um profissional que incide no campo do conhecimento, dos valores dos comportamentos, da cultura que, por sua vez, têm efeitos reais interferindo na vida dos sujeitos. Os resultados de suas ações existem e são objetivos, embora nem sempre se corporifiquem como coisas materiais autônomas, ainda que tenham objetividade social (e não material), expressando-se sob a forma de serviços. (Iamamoto, 2010, p.68)

Pelas razões expostas, infere-se que o serviço social é um trabalho especializado, inserido na divisão social e técnica do trabalho, que lida com políticas sociais públicas e privadas, expressas sob a forma de serviços, que tem produtos, ou seja, interfere na reprodução da força de trabalho e no processo de reprodução sociopolítica ou ideopolítica dos usuários. Ademais, na atualidade, enfrenta um grande desafio: desenvolver a capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano (Iamamoto, 2010, p.20). Ou seja, ser um profissional que vá além da execução, mas que esteja à frente da elaboração das respostas para o enfrentamento das expressões da questão social e a viabilização dos direitos sociais nos diversos espaços que os direitos se configuram.

2.3.

O trabalho sob o impacto das novas formas de produção e reprodução social nos séculos XX e XXI: incidências sobre o serviço social

O século XX se apresenta como período de consolidação das sociedades industriais centrais entre a Primeira Guerra Mundial e a década de 1970. Na Europa, os diversos eventos que políticos, sociais e econômicos (I e II Guerra Mundiais (1914-1918 e 1939-1945), respectivamente; Revolução Russa (1917); a crise de 1929 e a depressão de 1929-1933, por exemplo, proporcionaram, até meados desse século, graves desdobramentos para a vida social e política, como exclusão social, desemprego, miséria, crises econômicas e políticas, mobilizações sociais e políticas. Todos esses fatores levaram a várias investidas do poder público em adotar medidas para a saída destas situações, entre elas a organização de um Estado de Bem Estar Social (*Welfare State*)¹² que, na verdade, é uma iniciativa do próprio capital pra a superação da crise) incentivos fiscais, políticas trabalhistas e previdenciárias, regulação macroeconômica (políticas agrícolas e industriais, etc.). Ainda, entre os anos de 1944 e 1972, nos EUA e na Europa nos anos entre 1950 e 1970, foi criado um sistema monetário internacional para controlar os fluxos de capital e evitar as grandes crises (Franco, 2011, p.174).

Retomando o que havíamos apresentado sobre os modelos de produção, iniciamos o século com o modelo fordismo e taylorismo, que vão sendo mesclados até, aproximadamente, a década de 1970. Esses modelos consistiam na divisão entre o trabalho de concepção, planejamento, direção e controle, realizado pela gerência e o trabalho de execução, pela massa operária, onde há a fragmentação do trabalho e criação de funções e salários diferenciados.

A análise do tempo e movimentos do trabalhador são controlados para otimizar o tempo gasto na fabricação do produto e padronizar as formas de trabalho, bem como para incentivar a competitividade entre os trabalhadores na quantidade de peças (produtos) produzidos, onde o salário era de acordo com a produtividade individual. Além do estímulo à identificação com a empresa, a

¹² Estado de Bem Estar Social, refere-se ao estabelecimento de políticas keynesianas com vistas a gerar pleno emprego e crescimento econômico num mercado capitalista liberal, instituição de serviços e políticas sociais com vistas a criar demandas e ampliar o mercado de consumo e um amplo acordo entre esquerda e direita, entre capital e trabalho. Mais sobre as características dessas políticas keynesianas podem ser vistas em Behring e Boschetti (2008).

cooperação e harmonia impostas, resultavam em controles de atitudes, trabalhador controlado, sem consciência crítica e sem criatividade, em algumas dessas características desse modelo.

Em contrapartida, esses modelos mesclados (taylorismo-fordismo) viabilizavam uma grande escala na produção (produção em série), intensificando cada vez mais o ritmo e a pressão sofrida pelos trabalhadores, ao mesmo tempo em que se viam ganhos reais nos salários dos mesmos (Franco, 2011, p.175).

Na primeira metade do século XX, na Europa Ocidental e nos EUA, com a mescla desses modelos de produção capitalista, há um real aumento no fortalecimento do mercado interno e expansão da massa salarial, com aumento da empregabilidade que vai até a década de 1960. O fortalecimento das políticas públicas de saúde, educação e habitacionais fortalecem o Estado de Bem Estar Social e eleva o padrão de vida da população.

A intensificação do ritmo de trabalho gerou também outros fenômenos para a vida do trabalhador. Ao mesmo tempo em que se investe na erradicação de algumas doenças infecciosas, há o aparecimento de outras, os transtornos mentais, acidentes de trabalho, traumatismos, por exemplo, que, fizeram os movimentos dos trabalhadores (sindicatos) se colocarem contra a intensificação dos ritmos de trabalho, a desqualificação profissional e demissões voluntárias, uma das principais reivindicações desses movimentos sociais (Franco, 2011, p.176).

Entretanto, vale ressaltar que no período taylorista-fordista, empreendeu grande investimento em tecnologias, transformando conhecimento em força produtiva, concentração e centralização do capital, a utilização de energia a partir de recursos naturais não renováveis (petróleo) e, conseqüentemente a devastação dos recursos naturais, como também a produção de resíduos tóxicos, antes nunca vistos, causadores de inúmeras doenças crônicas, contaminações nos ambientes de trabalho, doenças essas que, não estavam restritas ao espaço da fábrica, mas ao seu entorno (Franco, 2011).

A organização dos trabalhadores começa a ficar enfraquecida com o advento do novo modelo de produção: o toyotismo (flexibilização do trabalho e das relações de trabalho), a partir da década de 1950, onde a produção estava ligada diretamente com a demanda. Com o investimento em tecnologias capazes de diminuir a presença do homem nas fábricas, ao mesmo tempo em que se gesta um trabalhador capaz de realizar várias funções. Entretanto, este modelo fragiliza as

relações de trabalho, os vínculos empregatícios e a relação entre os próprios trabalhadores, desarticulando, assim, o movimento dos trabalhadores e, conseqüentemente, dos outros movimentos sociais.

A partir da década de 1970, se percebe o esgotamento desse modelo de produção, e das políticas keynesianas, favorecidos pela crise na Europa e nos EUA, com profundas alterações na dinâmica internacional do capital e da concorrência intercapitalista, implicando em uma reestruturação dos Estados nacionais e sua relação com as classes sociais. Essas transformações incidem diretamente na inflexão dos investimentos estatais nas políticas sociais e diminuição do emprego, na política salarial, alterando assim, as relações de trabalho (Iamamoto, 2010).

Esses modelos de produção são aos poucos substituídos, numa dinâmica de rupturas e continuidades. Na década de 1980 para enfrentar a crise do capital iniciada em 1970 (capacidade produtiva desproporcional aos mercados, deslocamento do capital produtivo para a esfera das finanças e ciranda especulativa – manifestam-se problemas sociais e ambientais), novas medidas sejam tomadas a partir de uma mudança na organização do Estado sob a hegemonia do capital financeiro.

Essas medidas vão ao encontro às ideias neoliberais¹³ que vinham sendo difundidas fortemente na Inglaterra e nos EUA, ideias e políticas essas que se baseavam no afastamento do Estado, da regulação econômica e investimentos em políticas sociais, deixando para o mercado as medidas para a regulamentação da economia; incentivo ao merecimento pessoal através do trabalho, focalização das políticas sociais; flexibilidade nos contratos de trabalho e desarticulação dos movimentos sociais e fomentaram inúmeras mudanças em escala mundial. Essas

¹³ As ideias neoliberais são um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do Estado na economia. De acordo com este ideário, deve haver total liberdade de comércio (livre mercado), pois este princípio garante o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país. As principais características destas ideias são: mínima participação estatal nos rumos da economia de um país; pouca intervenção do governo no mercado de trabalho; política de privatização de empresas estatais; livre circulação de capitais internacionais e ênfase na globalização; abertura da economia para a entrada de multinacionais; adoção de medidas contra o protecionismo econômico; desburocratização do estado: leis e regras econômicas mais simplificadas para facilitar o funcionamento das atividades econômicas; diminuição do tamanho do Estado, tornando-o mais eficiente; posição contrária aos impostos e tributos excessivos; aumento da produção, como objetivo básico para atingir o desenvolvimento econômico; contra o controle de preços dos produtos e serviços por parte do Estado, ou seja, a lei da oferta e demanda é suficiente para regular os preços; a base da economia deve ser formada por empresas privadas. Fonte: <<http://www.suapesquisa.com/geografia/neoliberalismo>>. Acesso em 12 mar. 2015.

medidas sustentam a redefinição do modo de desenvolvimento do capital, inaugura-se um novo momento histórico do sistema capitalista, onde se combinam a globalização do capital¹⁴ e a financeirização do capital¹⁵, as políticas neoliberais e uma radical reestruturação produtiva do trabalho e do emprego. Essas medidas são tomadas para a superação de mais uma crise do capital, como apresenta Iamamoto:

As dificuldades de conter as contradições ao capitalismo são, nos termos de Harvey, apreendidas, na superfície, nos questionamento à *rigidez* do capital fixo, dos mercados, do controle do trabalho, dos investimentos do Estado, esses denunciados pela crise fiscal e de legitimidade do Estado. Explicitando: a redução dos índices de produtividade e rentabilidade do grande capital acompanhada da capacidade ociosa das grandes corporações com excedente inutilizável decorrente das restrições à produção implicaram, por sua vez, na redução dos fundos fiscais necessários à sustentação do chamado “Estado de providência”, encarregado de implementações sociais que remediasssem a exclusão social, pela oferta de bens coletivos nas áreas de saúde, educação, seguridade, etc. – condição da própria legitimação do Estado. (Iamamoto, 2010, p.175)

A reestruturação produtiva que incide diretamente na vida do trabalhador, pode ser definida como um fenômeno dinâmico e complexo. Então, entendendo esse fenômeno como transformações no âmbito da produção e do trabalho (Filgueiras, 1997). No âmbito da produção o aumento do lucro se dá via crescimento da produtividade intermediada pelo uso de novas formas de tecnologias de base microeletrônicas (automação informatizada) mediada por grandes investimentos nos setores de informática, química, materiais novos, biotecnologia (Filgueiras, 1997). No âmbito do trabalho, introdução de novos padrões de gestão e organização, fragilização das condições de segurança no trabalho precarização dos vínculos contratuais, ampliação do ritmo e extensão da jornada de trabalho, rotatividade dos trabalhadores (Raichelis, 2011).

Essas significativas transformações das relações de trabalho em suas distintas formas, partir da década de 1980, na Europa e EUA (no Brasil são implementadas a partir de 1990), apresenta como característica fundamental a

¹⁴ O mercado em sua plenitude enfatiza a globalização da concorrência, abertura das fronteiras sobre o crescimento do intercâmbio de bens e serviços e as virtudes crescentes dos fluxos internacionais de capital de curto prazo.

¹⁵ Por acumulação financeira, ou financeirização do capital, entende-se a centralização em instituições especializadas de lucros industriais não reinvestidos e de rendas não consumidas, que têm por encargo valorizá-los sob a forma de aplicação em ativos financeiros – divisas, obrigações e ações – mantendo-os fora da produção de bens e serviços (Chesnais, 2005, p. 37).

precarização do trabalho. Característica esta que sempre esteve presente no mundo do trabalho no sistema capitalista, só que agora com dimensões mundiais.

No final desse século XX um encontro foi realizado para discutir algumas orientações para a superação da crise do capital, orientações essas que já estavam sendo implementadas. Entretanto, essas orientações para a América Latina causaram impactos significativos e mudanças profundas. Uma reunião, portanto, foi realizada em Washington (EUA, 1989), onde se definiu um pacote de medidas¹⁶ denominadas Consenso de Washington e propôs algumas decisões que tornaram medidas universais.

E, ainda, essas orientações sustentam as transformações no mundo do trabalho na América Latina e, conseqüentemente, reduzem o enfrentamento da “questão social”, que cada vez mais se torna focalizado e restrito, esvaziando o sentido das políticas sociais, que apresentam caráter de direito, adquiridos a partir da luta dos movimentos sociais ao longo da história da sociedade capitalista.

Na última década do século XX as transformações no mundo do trabalho se dão em escala mundial são intensas. Os sinais de desestruturação do mercado de trabalho assumiram maior destaque, consolidando a tendência de redução de salários, desestabilização do emprego, a expansão do desemprego, aumento da empregabilidade informal e terceirização dos serviços, além da diminuição dos seguros sociais (Franco, 2011). A precarização nas relações e condições de trabalho, que sempre estiveram presentes no mundo do trabalho nas sociedades capitalistas, nesse momento sua dimensão é ampliada e se tornam centro dessa dinâmica societária.

Assim, o século XXI inicia com grandes mudanças no mundo do trabalho e em suas relações, como também com uma nova crise do capitalismo¹⁷, que tem

¹⁶ Para a concessão de créditos internacionais suas exigências eram: 1) Disciplina fiscal, através da qual o Estado deve limitar seus gastos à arrecadação, eliminando o déficit público; 2) Focalização dos gastos públicos em educação, saúde e infraestrutura; 3) Reforma tributária que amplie a base sobre a qual incide a carga tributária, com maior peso nos impostos indiretos e menor progressividade nos impostos diretos; 4) Liberalização financeira, com o fim de restrições que impeçam instituições financeiras internacionais de atuar em igualdade com as nacionais e o afastamento do Estado do setor; 5) Taxa de câmbio competitiva; 6) Liberalização do comércio exterior, com redução de alíquotas de importação e estímulos à exportação, visando a impulsionar a globalização da economia; 7) Eliminação de restrições ao capital externo, permitindo investimento direto estrangeiro; 8) Privatização, com a venda de empresas estatais; 9) Desregulação, com redução da legislação de controle do processo econômico e das relações trabalhistas; 10) Propriedade intelectual (Negrao, 1998).

¹⁷ Sobre essa crise do capitalismo, principalmente percebida nos Estados Unidos em 2006, como também na Islândia e parte da Europa, com falência de bancos, fechamento de fábricas e aumento

suas origens nas últimas décadas do século anterior. Em um sentido geral, as relações de trabalho são transformadas para enfrentar essa nova dinâmica do capital; produzir com maior eficiência e menor custo, isto é, com elevação dos níveis de produtividade e aperfeiçoar a qualidade dos produtos, tendo em vista a concorrência internacional. Tal dinâmica é materializada em programas de “qualidade total” (Iamamoto, 2010, p.176).

Segundo a mesma autora:

A rápida destruição/reconstrução de habilidade, com marcantes mudanças nos requisitos da demanda da *força de trabalho*, geralmente acompanhadas do rebaixamento dos salários reais. Multiplicam-se as tarefas requeridas de um mesmo trabalhador – instaura-se a *polivalência* - implicando a intensificação do trabalho, sem alterações de salários. (Iamamoto, 2010, p.177)

Ressalto ainda, que Iamamoto tece importantes considerações sobre essas mudanças e suas implicações para o serviço social, que ora já apresentadas e que farão parte da análise. As consequências dessas mudanças podem ser percebidas nas formas de gestão da força de trabalho com um discurso de defesa da “autonomia” dos trabalhadores na execução de tarefas, com estímulos à “participação”, do trabalho em equipe e a consequente mobilização da adesão às metas da produção e qualidade, acentua a competitividade entre os trabalhadores. É a partir desse mesmo discurso que há cooptação dos trabalhadores para processo de intensificação da exploração do trabalho com a introdução a “jornada de trabalho modular”, exigindo que o trabalhador cumpra uma jornada de trabalho flexível, definida consoante as exigências da empresa, de acordo com as oscilações da produção (Iamamoto, 2010, p.177-178).

As transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho, mesmo que se apresentem em escala global, estão engendradas nas relações políticas, sociais, econômicas, religiosas, nas lutas dos trabalhadores com as características de cada país ou região. Dinâmica esta que interfere na negociação dos trabalhadores com o capital, dificulta a organização desses trabalhadores pelo fato de terem diferentes contratos de trabalho. Outro elemento é a mudança de fábricas/indústrias para locais de pouca tradição na organização dos trabalhadores e/ou para países ou regiões em que estruturalmente são consideradas carentes (pobres). E ainda,

de desemprego. Essa crise ainda é vivenciada na atualidade. Sobre esta temática, ver Harvey (2011); Antunes (2002).

outras características desse processo é a diminuição dos postos de trabalho, aumento do desemprego e competitividade dos trabalhadores pela busca do emprego e sua permanência.

O conjunto desses elementos na dinâmica do mundo do trabalho na contemporaneidade faz emergir grandes efeitos nas relações sociais, característica do processo de acumulação flexível na órbita das políticas sociais, a partir de diretrizes de focalização, descentralização, desfinanciamento e regressão do legado dos direitos do trabalho (Iamamoto, 2009).

E, ainda segundo a mesma autora:

Verifica-se uma ampla investida ideológica por parte do capital e do Estado voltada à cooptação dos trabalhadores, agora travestidos em “parceiros” solidários aos projetos do grande capital e do Estado. Essa investida é acentuada pela “assistencialização” da pobreza *contra* o direito ao trabalho, transversal às políticas e programas sociais focalizados, dirigidos aos segmentos mais pauperizados dos trabalhadores, com marcantes incidências na capacidade de mobilização e organização em defesa dos direitos. (Iamamoto, 2009, p.14-15)

No Brasil, essas novas orientações e percepções são aplicadas a partir do governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), onde há reduções dos investimentos na área social, das garantias dos direitos dos trabalhadores, serviços públicos são transferidos para o poder das empresas (políticas de privatizações de empresas estatais) e ampliação da liberdade dos proprietários privados. Outras consideráveis medidas foram tomadas, como o “enxugamento” e sucateamento dos serviços públicos, a seletividade dos atendimentos¹⁸, e se confrontam com a universalização dos direitos sociais e dos serviços conquistados com a Constituição Federal de 1988.

Essas implementações continuaram no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), e, concomitantemente, cresce o mercado de trabalho informal, precário, subcontratado, temporal, terceirizado, dentre outras formas de subempregos. E, assim, registrou-se um processo de desestruturação do mercado de trabalho na América Latina, de acordo com a Organização

¹⁸ Além das medidas apresentadas, percebemos uma *refilantropização no campo da prestação dos serviços assistenciais*, pelo estímulo à participação de entidades privadas, a iniciativa do “voluntariado”, fortalecendo o jogo de interesses provados na implementação dos serviços sociais, afetando seu caráter público (Iamamoto, 2010, p.159).

Internacional do Trabalho¹⁹ a justificativa para esses processos era que todas as instituições do mundo do trabalho ao instituírem uma forma de rigidez, esta deveria ser eliminada para possibilitar a criação de novos postos de emprego formal.

E, ainda, segundo o mesmo documento:

No entanto, depois de uma década, a experiência de vários países mostra que, apesar dessas reformas, em lugar do aumento do emprego formal, o que se produziu foi um incremento do desemprego e da informalidade, acentuando-se ainda a precarização dos empregos, associada à insegurança das remunerações, à menor proteção social, à maior rotatividade da força de trabalho etc. Argumentou-se que os maus resultados se deviam ao fato de as reformas não terem sido completadas, ficando na metade do caminho. (OIT, 2006, p.7)

Com as informações deste documento, se confirma o cenário dos países da América Latina e Caribe quanto às orientações neoliberais. Quanto ao Brasil, as mudanças do mundo do trabalho atingem não só as regiões menos desenvolvidas, mas as regiões com maior índice de fábricas e indústrias, com maior oferta de emprego, quanto às regiões/cidades com formas tradicionais de trabalho informal; a precarização do trabalho envolve os trabalhadores, menos qualificados, quantos os que apresentam alto nível de qualificação (Druck, 2009).

Todas essas transformações trazem também consequências para o serviço social, uma vez que o profissional também é um trabalhador, que sofre os mesmos rebatimentos como os demais trabalhadores. Como salienta Iamamoto (2010), essas transformações alteram as demandas de qualificação profissional, exigindo que a formação profissional dos assistentes sociais, possibilite a compreensão crítica das tendências do atual estágio da expansão capitalista. Pois essas transformações se inscrevem no cotidiano do profissional a medida que o exercício

¹⁹ No plano social e do mercado de trabalho, os resultados das reformas da década de 1990 foram bastante decepcionantes na América Latina e no Caribe. O produto por trabalhador cresceu a uma taxa muito baixa (0,21% ao ano entre 1990 e 2005), e, ao mesmo tempo, se observou um incremento do desemprego e do emprego informal. Em alguns países (os casos mais notáveis são Argentina, Colômbia e Peru), efetuaram-se reformas que flexibilizaram a contratação e a demissão, e, em muitos casos, foram abandonados mecanismos solidários de proteção social, tanto relativos às aposentadorias e pensões como à saúde e à proteção a acidentes e enfermidades profissionais, sem que houvesse um aumento da cobertura do sistema. Produziu-se, ainda, um enfraquecimento de algumas das instituições do mundo do trabalho, em particular a negociação coletiva (em termos de cobertura e conteúdos), e dos mecanismos tradicionais de solução de conflitos, que se tornaram insuficientes e tiveram sua eficácia questionada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2006).

da profissão é tensionado pela compra e venda da força de trabalho especializada, na condição de trabalhador assalariado (Iamamoto, 2010).

O mundo do trabalho, com suas configurações intensificadas na atualidade, estabelece para os trabalhadores e, nessa categoria, os assistentes sociais, condições para a realização do fazer profissional, mesmo com a relativa autonomia que confere esses profissionais, determinações como a intensidade, jornada, salário, controle do trabalho, índices de produtividade e metas a serem cumpridas (Iamamoto, 2009).

Sob essa perspectiva, as exigências impostas pelos distintos empregadores, no quadro da organização social e técnica do trabalho, também materializam requisições, estabelecem funções e atribuições, impõem regulamentações específicas ao trabalho a ser empreendido no âmbito do trabalho coletivo, além de normas contratuais, que condicionam o conteúdo do trabalho realizado e estabelecem limites e possibilidades à realização dos propósitos profissionais (Iamamoto, 2009. p.32).

A compreensão do atual estágio da expansão capitalista e suas consequências para o Brasil, dentre elas o crescimento da pressão na demanda por serviços, diante do aumento de sua pauperização, em contrapartida, a diminuição dos investimentos nas políticas públicas (Iamamoto, 2010), traz para o profissional de serviço social também angústias e questionamentos sobre sua atuação diante de programas e projetos regidos pela dinâmica do sistema econômico. Angústias e questionamentos que devem levar os profissionais a repensar, recriar e implementar propostas de atuação onde a viabilização dos direitos superem as amarras burocráticas dos atendimentos desses programas e projetos, sejam na esfera estatal, empresarial e em organizações não governamentais. Como salienta Raichelis:

Intensificam-se os processos de terceirização, de subcontratação de serviços individuais dos assistentes sociais por parte de empresas de serviços ou de assessoria (empresas do *eu sozinho* ou *PJs*), de “cooperativas” de trabalhadores, na prestação de serviços aos governos e organizações não governamentais, acenando para o exercício profissional privado (autônomo), temporário, por projeto, por tarefa, em função das novas formas de gestão das políticas. (Raichelis, 2011, p.431)

Como já mencionado, da mesma forma que os demais trabalhadores assalariados, os assistentes sociais também enfrentam as mesmas exigências impostas pelos distintos empregadores, no quadro da organização social e técnica do trabalho (Iamamoto, 2009), também materializam requisições, estabelecem funções e atribuições, impõem regulamentações específicas ao trabalho a ser empreendido no âmbito do trabalho coletivo, além de normas contratuais (salário, jornada, entre outras), que condicionam o conteúdo do trabalho realizado e estabelecem limites e possibilidades à realização dos propósitos profissionais.

Em meio ao quadro imposto pela ordem do capitalismo contemporâneo, o processo de privatização das políticas públicas vem adquirindo uma nítida ofensiva, principalmente no campo da assistência social, com a inserção de grandes empresas oligopolistas na esfera da “filantropia social”. Assim qualificam-se administradores de empresas para a gestão de recursos públicos e privados no campo da “filantropia do capital²⁰” (Iamamoto, 2010. p.182).

Desta maneira, diversas organizações sociais, as parcerias do Estado como entidades filantrópicas, na esfera empresarial e mesmo a atuação nas organizações não governamentais, se tornam espaços para a atuação profissional (que não é uma novidade), mas que intensificam as exigências do mercado de trabalho que, requerem, além do conhecimento teórico, a habilidades e qualidades pessoais tais como: experiência, criatividade, versatilidade, iniciativa, liderança, capacidade de negociação, apresentação em público, habilidade no relacionamento, capacidade de sintonizar-se com as rápidas mudanças do mundo dos negócios, como também, o conhecimento em informática e línguas estrangeiras (Iamamoto, 2010). Cada vez mais, essas exigências, se confrontam com o Código de Ética da Profissão que, em seus princípios fundamentais, estão ligados à defesa da classe trabalhadora, o que muitas vezes, para os empregadores, são princípios que se chocam com as intenções dos que contratam os assistentes sociais.

Ainda no campo empresarial, os assistentes sociais estão sendo solicitados para atuarem nas áreas de recursos humanos, nas funções de recrutamento, seleção, treinamento, desenvolvimento de pessoal, administração de salários,

²⁰ A partir dos anos de 1980, a filantropia é reatualizada sob a orientação neoliberal como modalidade de atendimento social em face ao agravamento da questão social em que a ampliação da pobreza é uma expressão. Esses atendimentos se dão mediante a oferta de serviços, por exemplo, educacionais, assistencialistas, no âmbito da cultura e do lazer patrocinados por uma organização empresarial sob a lógica de responsabilidade social frente a sua taxa de lucro. Estreitando as parcerias do público e privado na execução das políticas sociais.

avaliação de desempenho e benefícios, no desenvolvimento de programas voltados à saúde do trabalhador, em coordenações de programas de escolarização, de atenção à saúde, inserção em equipes interdisciplinares, etc. (Iamamoto, 2010).

Outro elemento que adentra as exigências é a cultura da qualidade que as empresas vêm implantando em seus ambientes, com foco na satisfação do empregado em trabalhar na empresa (Iamamoto, 2010). Satisfação esta que diminui a organização das lutas dos trabalhadores e compromete o empregado como “colaborador” da empresa e não simples funcionário. Qualidade no ambiente de trabalho, nos atendimentos, nos produtos, nos relacionamentos interpessoais no trabalho, favorece de fato a satisfação dos trabalhadores, executa também o controle dos mesmos ao mesmo tempo.

Diante das diversas demandas e exigências postas para o assistente social, Iamamoto (2009), ao falar da relativa autonomia do profissional que é inerente a sua atuação e que é resguardada pela legislação profissional, também é elemento que possibilita imprimir em seu fazer profissional a direção social da profissão:

Todavia, as atividades desenvolvidas sofrem outro vetor de demandas: as necessidades sociais dos cidadãos, que, condicionadas pelas lutas sociais e pelas relações de poder, se transformam em demandas profissionais, reelaboradas na óptica dos empregadores no embate com os interesses dos usuários dos serviços profissionais. É nesse terreno denso de tensões e contradições sociais que se situa o protagonismo profissional. (Iamamoto, 2009. p.33)

O assistente social, portanto, atua na relação contraditória do capital *versus* trabalho, junto aos usuários dos serviços, nas esferas pública e privada. Essa linha tênue em que o serviço social está colocado apresenta dupla possibilidade: de um lado, a atuação do assistente social pode representar uma “invasão da privacidade” através de condutas autoritárias e burocráticas, como extensão do braço coercitivo da instituição empregadora. De outro lado, ao desvelar a vida das pessoas, pode, em contrapartida, abrir possibilidades para o acesso das pessoas e/ou famílias a recursos e serviços, além de acumular um conjunto de informações sobre as expressões contemporâneas da questão social, através de estudos e pesquisas (Iamamoto, 2009).

Muitos são os desafios para o profissional, mas destaco a compreensão da realidade capitalista contemporânea e suas imposições para o trabalhador, entendendo a barbárie que este mesmo sistema impõe para a classe trabalhadora,

não só no campo da atividade laboral, mas no aspecto da cultura e no campo ideológico e suas consequências para a sociedade como um todo.

Esta compreensão possibilita uma competência crítica capaz de decifrar a origem dos processos sociais, suas desigualdades e a elaboração de estratégias para enfrentar as expressões da questão social, junto com os demais profissionais que desenvolvem suas atividades nos mesmos espaços de trabalho. Esta dimensão favorece a preocupação com a qualidade dos serviços ofertados e respeito aos usuários (respeito que é princípio ético da atuação profissional).

Ainda nessa dimensão, a compreensão da realidade social e suas implicações para o profissional permite uma reflexão crítica de sua atuação, impulsiona a elaboração e negociação de propostas de trabalho junto à população usuária para respostas mais eficazes e eficientes para a satisfação de suas demandas. Com visão crítica sobre o exercício profissional, as respostas são livres de aspectos de ingenuidade e manipulação dos usuários e dos empregadores sobre o profissional. Sem deixar que a profissão se resuma em mero cumprimento de tarefas, Iamamoto alerta que os assistentes sociais formam uma categoria que tem ousado sonhar, que tem ousado ter firmeza na luta, que tem ousado resistir aos obstáculos, porque aposta na história, construindo o futuro no presente (Iamamoto, 2010, p.80).

3

Serviço Social no campo educacional brasileiro

3.1.

Panorama da educação básica no Brasil nos séculos XX e XXI

A atuação dos assistentes sociais no campo educacional brasileiro está ligada a própria atuação desses profissionais no país. Desde a década de 1930, quando são instituídas as primeiras escolas de serviço social, os assistentes sociais são convocados para atuarem nas escolas ou espaços ligados às escolas, instituições de caridade e filantrópicas, vilas operárias e no próprio ambiente escolar.

Os assistentes sociais são convocados à medida que as expressões da questão social interferem objetivamente no desenvolvimento econômico do Brasil, com o processo de desenvolvimento industrial da década de 1930.

Nesse contexto, situa-se o panorama da educação básica brasileira do século XX, que traz elementos importantes para entender a atuação dos assistentes sociais neste campo, pois a educação foi dimensionada de acordo com o processo de desenvolvimento do país nos aspectos econômicos, culturais, sociais e ideológicos. Com a necessidade de manter a estratificação social no Brasil, própria do desenvolvimento do capitalismo, a educação escolar foi instrumento, não raro, para reforçar e manter as desigualdades sociais, ou seja, manter os privilégios da classe dominante.

Entretanto, a educação no Brasil não foi inicialmente realizada pelo Estado, mas pela Companhia de Jesus (jesuítas)²¹ e até a primeira metade do século XVIII havia sido organizada, especialmente, por esse grupo de religiosos. Com a

²¹ A Companhia de Jesus foi fundada por Santo Inácio de Loyola, na França, no ano de 1534. Chegaram ao Brasil no ano de 1549 e começaram a desenvolver um trabalho de catequização do povo (índios, imigrantes africanos e imigrantes europeus). Foram também eles os primeiros a iniciar o trabalho de educação do povo, tendo criado muitos estabelecimentos educacionais. A Companhia de Jesus foi criada com a finalidade de combater o movimento protestante, e tinha como lema “Para a Maior Glória de Deus” (“*Ad Majorem Dei Gloriam*”). Tinham como prioridade a atividade missionária e a educação religiosa. Disponível em <www.infoescola.com/educacao/companhia-de-jesus>. Acesso em 23 mar. 2015.

reforma pombalina²², o Estado passa a assumir, então, este campo com o intuito de preparar homens capazes de assumir cargos administrativos não só na Metrópole, como nas colônias (Seco e Amaral, 2014, p. 4).

A reforma educacional pombalina culminou com a expulsão dos jesuítas precisamente das colônias portuguesas, tirando o comando da educação das mãos destes e passando para as mãos do Estado. Os objetivos que conduziram a administração pombalina a tal reforma, foi assim, um imperativo da própria circunstância histórica. Extintos os colégios jesuítas, o governo não poderia deixar de suprir a enorme lacuna que se abria na vida educacional tanto portuguesa como de suas colônias.

Não foi por espírito libertador e igualitário que Pombal empreendeu a reforma educacional por meio de mestres e professores seculares, mas pela necessidade, além de preencher o extenso vazio deixado pela expulsão dos jesuítas, preparar homens suficientemente capazes para assumir postos de comando no Estado absolutista. Através do Alvará Régio de 28 de junho de 1759, o Marquês de Pombal, suprimia as escolas jesuíticas de Portugal e de todas as colônias ao expulsar os jesuítas da colônia e, ao mesmo tempo, criava as aulas régias ou avulsas de Latim, Grego, Filosofia e Retórica, que deveriam suprir as disciplinas antes oferecidas nos extintos colégios jesuítas.

As aulas régias instituídas por Pombal para substituir o ensino religioso constituíram, dessa forma, a primeira experiência de ensino promovido pelo Estado na história brasileira. A educação a partir de então, passou a ser uma questão de Estado. Desnecessário frisar que este sistema de ensino cuidado pelo Estado servia a uns poucos, em sua imensa maioria, filhos das incipientes elites coloniais (Seco e Amaral 2014, p. 5-7).

Lembrando que a reforma não aconteceu da mesma forma na metrópole e colônias. No Brasil, o controle total do ensino se deu aproximadamente a partir da metade do século XVIII (Romanelli, 2014, p.36). Mesmo com novos métodos e

²²No final da primeira metade do século XVIII, Portugal nomeia o então ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, que caminha no sentido de recuperar a economia através de uma concentração do poder real e de modernizar a cultura portuguesa, reforçando o Pacto Colonial, iniciando assim, uma tentativa de transformação no século XVIII com as Reformas Pombalinas. Tais reformas visavam transformar Portugal numa metrópole capitalista, seguindo o exemplo da Inglaterra, além de adaptar sua maior colônia o Brasil a fim de acomodá-la a nova ordem pretendida em Portugal. A ideia de pôr o reinado português em condições econômicas tais que lhe permitissem competir com as nações estrangeiras era talvez a mais forte razão das reformas pombalinas. Disponível em <<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/>>. Acesso em 23 mar. 2015.

livros, pouco se avançou. No latim, a orientação era apenas de servir como instrumento de auxílio à língua portuguesa, o grego era indispensável a teólogos, advogados, artistas e médicos, mas efetivamente nada de novo aconteceu devido, principalmente, às dificuldades e à falta de recursos e pessoal preparado (Seco e Amaral, 2014, p. 9). Portanto, esses elementos introdutórios nos auxiliam a refletir sobre a educação básica no Brasil nos séculos posteriores sob seus desmembramentos para o século XX.

Assim, até o final da década de 1920, a educação no país contempla os interesses das classes dominantes, mas a demanda pela educação vai aumentando à medida que as exigências da industrialização vão solicitando trabalhadores mais preparados. Como o trabalho na área rural ainda não necessitava de uma educação escolarizada específica para atuar nas atividades agrícolas, tendo em vista a concentração de terras nas mãos de poucos, o que favorecia o controle da população rural, não sendo bem vinda a educação escolarizada. Nas áreas urbanas a necessidade de escolarização se fazia mais necessária. Segundo Romanelli:

Enquanto as classes médias e operárias urbanas procuram escola, porque dela precisam para, de um lado, ascender na escala social e, de outro obter um mínimo de condições para consecução de emprego nas poucas fábricas, para a grande massa composta de população de trabalhadores da zona rural, a escola não oferecia qualquer motivação. Essa foi a razão pela qual o índice de analfabetismo no período foi bastante alto e as reivindicações escolares das classes emergentes puderam, de alguma forma, ser atendidas. (Romanelli, 2014, p. 46)

Como o sistema educacional acadêmico e aristocrático não atendia mais a população e não se sustentava mais, houve a necessidade de abrir espaço para os movimentos culturais e pedagógicos que reivindicavam uma reforma mais profunda na educação ofertada (Romanelli, 2014, p. 46).

Contudo, isso se deu somente quando a estrutura educacional acadêmica e aristocrática não se sustentava mais, pois, o desenvolvimento e aumento da industrialização no país passam a requerer pessoas capazes de assumir funções nos setores industriais e também na economia. Assim, o país passa do modelo agroexportador para o urbano industrial (Pereira, 2006, p. 129). E à medida que se intensificava o processo de urbanização, o crescimento demográfico e o aumento gradativo da renda *per capita* a taxa de analfabetismo diminuiu (Romanelli, 2014, p.65).

Historicamente, o processo de educação no Brasil esteve acompanhado das transformações produtivas e vinculado às relações de trabalho. A trajetória da política de educação sofreu influência das mudanças políticas e econômicas, expressando os interesses da classe dominante, com o intuito de formar uma pequena parcela dos trabalhadores para assumirem postos de comando.

As mudanças políticas e econômicas ocorridas a partir da década de 1930, com o governo de Getúlio Vargas, onde o Brasil passa da economia agropecuária para a urbana industrial, exigiu da população trabalhadora uma qualificação profissional. Nesse movimento os interesses políticos se voltam para o mercado e criam mecanismos que perpetua a ideologia da classe dominante. E, justamente nesse período, temos a criação do Ministério da Educação para a organização do sistema educacional, quando começa a passar a ideia de que a educação é um direito do cidadão e que é dever da família e do Estado. Aqui já se fala da responsabilidade do Estado. Só que essa atuação está permeada por uma ideologia que vai favorecer o modo de produção capitalista, uma vez que o Brasil está em um período denominado desenvolvimentista²³. Essa relação entre ideologia educação pode ser, acordo com que apresento por Mészáros:

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos cento e cinquenta anos, serviu – no seu todo – o propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também o de gerar e transmitir um quadro de valores que *legitima* os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhum tipo de alternativa à gestão da sociedade ou na forma "internacionalizada" (isto é, pelos indivíduos devidamente "educados" e aceitos) ou através de um ambiente de dominação estrutural hierárquica e uma subordinação reforçada implacavelmente imposta. (Mészáros, 2005, p.35)

A nova realidade brasileira começa a investir no mercado interno e na produção industrial, anteriormente citada, exigindo uma mão de obra especializada e para tal era preciso investir na educação. Assim, é criado, em 1930, o Ministério da Educação e Saúde que organiza o sistema educacional brasileiro, dando infraestrutura administrativa, onde se objetivava a articulação dos ensinos estaduais com o sistema central, obtendo uma política nacional de

²³ Período populista/desenvolvimentista (1930-1945) A ação do Estado se limitava à resposta fragmentada em relação às reivindicações dos trabalhadores; é um período de investimento na mão de obra para as fábricas e envolvimento com questões internacionais. Ocorre apenas um remendo de planejamento central com a criação de Conselho de Comércio Exterior, mas apenas os aspectos econômicos foram contemplados (Pereira, 2006).

educação, reivindicada pelo movimento da Escola Nova (Romanelli, 2014, p.133). Essa década ainda repercute as reivindicações iniciadas na década anterior com a organização de educadores que criam, em 1924, a Associação Brasileira de Educação que pretendia colocar na pauta do dia os problemas da educação no país, tais como a defasagem em ensino e processo de desenvolvimento, acesso insuficiente diante da demanda e uma educação ainda voltada para a elite. Essa organização culminou em um movimento para a “Escola Nova”²⁴, movimento este que já estava acontecendo no interior das escolas. A Associação Brasileira de Educação apresentou, em 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nacional²⁵, alguns dos princípios deste documento são citados por Santos, Preste e Vale em seu artigo publicado em 2006:

1) A educação deve ser essencialmente pública, obrigatória, gratuita, leiga, 2) A educação deve ser uma só, com os vários graus articulados para atender às diversas fases do crescimento humano, 3) - A educação deve ser funcional e ativa, e os currículos devem adaptar-se aos interesses naturais dos alunos e 4) todos os professores, mesmo os de ensino primário, devem ter formação universitária. (Santos, Prestes e Vale, 2006, p.137)

O primeiro ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos, através de decretos na década de 1930 estabeleceu organicidade no sistema educacional, como nos apresenta Romanelli:

Estabelecendo definitivamente o currículo seriado, a frequência obrigatória, dois ciclos, um fundamental e outro complementar, a exigência de habilitação neles para o ingresso para o ingresso no ensino superior. Além disso, equiparou todos os colégios secundários oficiais ao Colégio Pedro II, mediante a inspeção federal, e deu a mesma oportunidade às escolas particulares que se organizassem, segundo o decreto, e se submetessem à mesma inspeção. Estabeleceu normas para admissão

²⁴ A Escola Nova foi um movimento educacional que, por meio de propostas, procurou modernizar o ensino trazendo para a escola as novas descobertas, nos ramos das várias ciências, acerca do ensino e da aprendizagem. Segundo Lamego (1996), a Escola Nova propunha quatro pontos básicos: 1) A “revisão crítica” dos meios tradicionais do ensino, nos quais a individualidade não era fator de preocupação. 2) Inclusão de fatores históricos e culturais da vida social na formação educacional. 3) A utilização dos novos conhecimentos da biologia e da psicologia para que o educador estabeleça os estágios de maturação do indivíduo na infância, assim como o desenvolvimento de sua capacidade individual. 4) A transferência da responsabilidade da ação educadora da família e da Igreja para a Escola, como forma de amenizar as diferenças sociais e culturais existentes entre os diversos grupos e, juntamente com isso, a responsabilização do Estado pela educação do indivíduo (Pardim, 2011). Disponível em <www.uems.br/eventos/semana2012>. Acesso em 15 mar. 2015.

²⁵ As principais reivindicações, sua corrente e desdobramentos para a educação nesse período do O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nacional é desenvolvido no livro da autora Romanelli (2014).

do corpo docente e seu registro junto ao Ministério de Educação e Saúde Pública. (Romanelli, 2014, p.136-137)

Assim, o sistema educacional vai se uniformizando em nível nacional, no que se diz respeito à estrutura administrativa. O mercado de trabalho passa a exigir mão de obra qualificada, o que faz com que o ensino técnico profissional ganhe demanda. Os decretos promulgados em 1942, 1943 e 1946, respectivamente, criam a Lei Orgânica do Ensino Industrial, a Lei Orgânica do Ensino Comercial e a Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Entretanto, as escolas técnicas não atendiam satisfatoriamente a demanda apresentada. As indústrias precisavam logo de trabalhadores preparados e exigiam uma formação mínima para o ingresso rápido no mercado. Para atender esta demanda da indústria, um sistema paralelo ao sistema oficial foi organizado em convênios com instituições industriais, como em, 1942, com o Serviço Nacional de Aprendizagem da Indústria (Senai) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac) em 1946 (Romanelli, 2014, p. 171-172).

Contudo, a extensão e ampliação do sistema de ensino, mesmo tendo alcançado a classe trabalhadora, ainda não conseguia fazer com que os alunos dela oriundos permanecessem e concluíssem todo o ciclo. O tempo em escasso para o trabalhador adulto, os adolescentes e jovens das classes populares, que viam na educação uma forma de ascensão social, mas tinham que conciliar tempo de estudo e trabalho, equação que dificilmente era solucionada. Além disso, outro fator merece registro: a escola estava alicerçada no sistema de reprovação. Assim, as pessoas pertencentes às classes populares acabavam ficando à margem do sistema educacional pelo fato de não conseguir concluir os estudos, ou ficar com idade defasada, acarretando, assim, a evasão escolar. Dessa forma, a escola continuava atendendo o interesse das classes dominantes. Mesmo com os avanços que esse sistema educacional implantou no que se refere ao acesso, a qualidade ainda estava voltada para aqueles que de alguma forma podiam dedicar-se integralmente, atendendo, assim, a classe dominante.

No período de ditadura militar (1964-1985), o Estado expressa uma nítida modificação. Deixa de ser uma organização populista para se tornar tecnocrática e centralizadora, fundamentada em um pacto entre elites civis e militares (Pereira, 2006, p.135). O então modelo econômico que passou a vigora a partir de 1967 era

concentrador e excludente, apresentando tendências e características para o país, tais como apresenta Pereira (2006):

O modelo econômico – que se revelou concentrador e excludente – e a direção política autoritária – que renegou o liberalismo conservador, inicialmente adotado – explicitaram-se no país as seguintes tendências: menosprezo pelas massas (só cortejada a partir de 1974, com a distensão política); valorização do capital estrangeiro (continuidade à política internacionalista de Juscelino Kubitschek); e a concepção de política social como uma decorrência do desenvolvimento econômico. Ao lado disso, privilegiou-se a industrialização de bens de consumo duráveis, comandada pelo Estado, bem como a intervenção deste na economia e na sociedade, materializada nas seguintes medidas: arrocho salarial; redução das inversões públicas; controle do crédito, do aparelho arrecadador e do sistema tributário; estatização de áreas de infraestrutura, de indústrias pesada e de insumo básicos (de interesse dos investidores estrangeiros); esvaziamento do poder de pressão dos sindicatos e de suas funções específicas; proibição de greves e substituição da Justiça do Trabalho pelo Executivo federal no processo de decisão dos reajustamentos salariais. (Pereira, 2006, p.135-136)

Cabe ressaltar que o período da ditadura militar não foi linear. Os governos desse período apresentaram características próprias²⁶ dentro desse sistema repressor e opressor.

O sistema educacional avançou de forma lenta em relação às demandas expressas nesse período. Mesmo com a oferta de vagas nos diversos níveis de escolarização, o ensino superior foi o que menos pode responder às demandas dos estudantes. Mesmo com os acordos e investimentos internacionais, o sistema educacional brasileiro pouco avançou nas questões qualitativas, pois era preciso estabelecer adequação do sistema educacional à expansão econômica do período, ligado ainda à estrutura dominante, sem que houvesse a contestação estudantil (Romanelli, 2014, p.227), ou por parte dos intelectuais vinculados às reformas da educação brasileira.

Assim, as iniciativas e movimentos pela educação, e não só para esse campo da política social, mas qualquer forma de manifestação popular por reformas sociais e políticas, foi reduzida a um caráter antidemocrático por imposição do poder público vigente. O Estado, então, respondia com projetos de grande impacto, como por exemplo, a hidrelétrica de Itaipu, a rodovia Transamazônica

²⁶ No livro de Pereira (2006) apresenta os subperíodos da ditadura militar a partir dos diversos governos ao longo desse tempo: no governo de Castelo Branco (1964-1966) – modelo autoritário, governo de Costa e Silva (1967-1969) – modelo autoritário, governo Médici (1970-1973) – modelo autoritário (aprofundamento e enrijecimento deste modelo), governo Geisel (1974-1979) – início da abertura política, governo Figueiredo (1980-1985) – continuidade da abertura política.

(Pereira, 2006), e não menos utilizava a resposta repressora àqueles que agissem de forma contrária à ordem vigente. Os movimentos sociais ligados à educação, por exemplo, tiveram no Decreto-Lei 477 de 1969²⁷, artigos específicos de punição para os, considerados, contrários ao regime vigente:

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o parágrafo 1º do Art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta várias infrações disciplinares contra professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que incite e/ou participe de paralização das atividades escolares, da organização de passeatas, que distribua material subversivo de qualquer natureza.

É no período mais cruel da ditadura militar (na década de 1970), onde qualquer expressão popular contrária aos interesses do governo era abafada, muitas vezes pela violência física, é nesse contexto que é instituída a Lei 5.692, em 1971, que apresentava entre outros princípios: a ampliação da obrigatoriedade escolar para oito anos, da faixa etária de 7 aos 14 anos; conteúdo que parte da educação geral ampla, nas primeiras séries do 1º grau, para a formação específica e habilidades profissionais no 2º grau; proporcionar a jovens e adultos a escolarização que não tiveram nas idades corretas, oferecendo cursos supletivos para suprir a escolarização, aperfeiçoamento e atualização do conhecimento (Romanelli, 2014, p.248). A característica mais marcante desta Lei era tentar dar à formação educacional um cunho profissionalizante.

Entretanto, os movimentos sociais no fim desse período, ganham crescente mobilização e alguns avanços civis e políticos, como a anistia em 1979, eleições para governadores em 1982 e ampla campanha para eleições diretas para a presidência (Pereira, 2006, p.148).

Importante ainda ressaltar que o período de transição (década de 1980) para a democracia liberal, ainda dentro do regime ditatorial, apresentou medidas para recuperar a economia, planos de combate à pobreza, criação de canais institucionais de participação social e política da população, muito impulsionada pelos movimentos sociais à época. Resultado dos movimentos sociais, mas também de uma forçada abertura política neoliberal (Pereira, 2006, p.152),

²⁷ Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências.

imposta também por questões relacionadas ao novo reordenamento mundial da economia e ideários neoliberais.

Nesse período, a educação escolar viveu momentos contraditórios, pois ao mesmo tempo em que setores da sociedade civil se organizavam e demandaram verbas para a educação, ensino gratuito, novas legislações, novas estruturas de carreiras para professores, frentes de ensino e pesquisa para a universidade, novos modelos de escola para o ensino fundamental e ensino médio, ensino noturno e educação para atender as pessoas com necessidades especiais, a educação infantil e creches para crianças de 0 a 6 anos, o ensino público caminhava para uma deterioração em todos os seus níveis (Gohn, 2012).

Diante desta conjuntura conturbada para o campo educacional, vários movimentos em prol da educação pública e de qualidade apresentam propostas para um reordenamento do sistema educacional. Entretanto, o Fórum Nacional de Defesa da Escola Pública²⁸ se destaca neste período. Esse movimento surgiu em 1986, composto inicialmente por quinze entidades nacionais.

O Fórum Nacional de Defesa da Escola Pública conseguiu, com sua composição com várias correlações de força dentro do mesmo movimento, formular uma plataforma educacional unitária para a Constituinte, em defesa de uma educação como direito do cidadão, com oferta gratuita e laica, além da elaboração de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Gohn, 2012). Muitas das reivindicações deste movimento estão presentes em artigos da Constituição Federal de 1988.

Assim, não só a educação ganha caráter efetivo de direito social, como a saúde, a seguridade social, o trabalho, a moradia, o lazer, segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência social, são

²⁸ Este movimento surgiu em 1986, composto inicialmente por 15 entidades nacionais (Gohn, 2012, p.85), que já tinham sido organizadas anteriormente e não só ligadas a políticas de educação, e que agora se articulavam em favor da educação como um todo, são elas: Andes – Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior; Anped – Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Educação; Ande – Associação Nacional de Profissionais de Administração da Educação; SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso e Ciência; CPB – Confederação dos Professores do Brasil; Cedes – Centro de Estudos de Educação e Sociedade; CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores; CUT – Central Única dos Trabalhadores; Fenoe – Federação Nacional dos Orientadores Educacionais; Fusabra – Federação das Associações dos Servidores das Universidades Brasileiras; OAB – Ordem dos Advogados do Brasil; Seaf – Sociedades de Estudos e Atividades Filosóficas; Ubes – União Brasileira de Estudantes Secundários e UNE – União Nacional dos Estudantes. Esse movimento é analisado pela autora Maria da Glória Gohn (2012).

estabelecidos como direitos no artigo 6º da Constituição Federal de 1988, e ganham desdobramentos em outros artigos da Carta Magna.

A Constituição Federal de 1988 apresenta grande avanço no que se refere aos direitos sociais, civis e políticos, como aspectos democráticos, para o povo brasileiro. Entretanto, ao mesmo tempo em que a Carta Magna apresenta uma estrutura “cidadã” para o país, a ofensiva neoliberal que já se consolida nos países de capitalismo central, chega à América Latina, já na década de 1980 (Anderson, 1995, p.20) e também no Brasil, mais precisamente na década de 1990.

Em meio à investida neoliberal nesta década, ainda que de forma emblemática, ações foram tomadas, não para impedir a ofensiva neoliberal, mas como forma de preparar a nação para uma mudança, não de forma radical, mas para que fosse internalizada pela própria nação. Como ressalta Frigotto, eis algumas ações do Estado no período:

Alteração substantiva da política externa e da postura perante as privatizações; recuperação, mesmo que relativa, do Estado na sua face social; diminuição do desemprego aberto, mesmo que tanto os dados quanto o conceito de emprego possam ser questionados; aumento real do salário mínimo (ainda que permaneça mínimo); relação distinta com os movimentos sociais, não mais demonizados nem tomados como caso de polícia; e ampliação intensa de políticas e programas direcionados à grande massa não organizada que vivia abaixo da linha da pobreza ou num nível elementar de sobrevivência e consumo. (Frigotto, 2011, p.241)

Essas ações, no entanto, não tinham o objetivo de mudar a ordem societária capitalista. O que se pode observar é que o grande contingente da população, até então, mantida na indigência, conseguiu minimamente acessar algumas políticas sociais. Contudo, as estruturas que mantêm a desigualdade social não foram rompidas (Frigotto, 2011, p.241).

Entretanto para o campo educacional a aprovação da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996), representa um marco para esta política, no que se refere na relação do Estado à responsabilização e financiamento da educação nos vários níveis dos entes da federação (Almeida, 2005). Mas esta Lei inclui exigências internacionais (neoliberais), de acordos anteriormente estabelecidos, nos aspectos das parcerias entre o público e privado e na preparação para o trabalho demandado pelas demandas do mercado, por exemplo.

Assim, o século XXI brasileiro surge como o retrato das reformas que aconteceram na década anterior, como nos apresenta Frigotto:

As reformas neoliberais, ao longo do governo Fernando Henrique, aprofundaram a opção pela modernização e dependência mediante um projeto ortodoxo de caráter monetarista e financista/rentista. Em nome do ajuste, privatizaram a nação, desapropriaram o seu patrimônio (Petras; Veltmeyer, 2001), desmontaram a face social do Estado e ampliaram a sua face que se constituía como garantia do capital. Seu fundamento é o liberalismo conservador redutor da sociedade a um conjunto de consumidores. Por isso, o indivíduo não mais está referido à sociedade, mas ao mercado. A educação não mais é direito social e subjetivo, mas um serviço mercantil. (Frigotto, 2011, p.240)

Com essas reformas, nos anos 2000, o Brasil já tinha terreno fértil para o avanço do neoliberalismo²⁹, pois sua atuação já era sentida no afastamento do Estado nas suas responsabilidades no que diz respeito à condução das políticas sociais, que antes haviam ganhado caráter de direito na Constituição Federal de 1988 e busca atender primordialmente aos interesses do capital. Dessa forma, as políticas sociais se transformam em ações emergenciais, assistencialistas e pontuais, dando espaço para a privatização dos serviços, principalmente nas áreas da saúde e educação, e mesmo no campo da previdência social.

Todos os avanços, rupturas e retrocessos, as reivindicações dos movimentos sociais no campo educacional brasileiro, não alteraram a qualidade dos serviços educacionais, que é mínimo. Embora os Parâmetros Curriculares Nacionais³⁰ estejam sendo usados como norma de ação, ainda há muitas propostas desconstruídas e que pouco contribuem para o desenvolvimento da qualidade da educação oferecida. Avanços considerados na ampliação de vagas, estratégias para a frequência e permanência na escola não são indicadores que sustentam uma qualidade na oferta do serviço.

Com forma, o século XXI inicia sem uma disputa por projetos societários, aparentemente. O que predomina é a projeto societário do capital, investido do

²⁹O neoliberalismo pode ser entendido como um conjunto de ideias políticas e econômicas que defende a não participação do Estado na economia. De acordo com esta doutrina, deve haver total liberdade de comércio (livre mercado), pois este princípio garante o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país (Teixeira, 1996).

³⁰ Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o país em relação aos conteúdos. Configuram uma proposta flexível, a ser concretizada nas decisões regionais e locais sobre o currículo e sobre programas de transformação da realidade educacional, com vistas a garantir o direito a diversidades regionais, culturais, religiosas, étnicas, políticas, tendo como meta o ideal de uma crescente igualdade de direitos entre os cidadãos (MEC/SEF, 1997).

neoliberalismo. Portanto, com ressalta Frigotto (2011), a expansão do capital em nossa sociedade está centrada num projeto de desenvolvimentismo, com foco no consumo, estabelecendo políticas e programas para a população das classes populares, harmonizando assim os interesses da classe dominante (Frigotto, 2011). No campo educacional não se apresentou outro projeto, de forma explícita que não fosse do próprio Estado.

Assim, aspectos na estrutura educacional foram reformados, mas sem alterar a herança histórica que o país tem com a educação, dando a ela caráter secundário e desnecessário para o projeto modernizador (Frigotto, 2011).

Não obstante, algumas alterações vigoram neste início de século, segundo Frigotto (2011), no plano da educação básica, além de os fundos terem prazo de validade, no caso do Fundeb³¹, ampliou o universo do atendimento, mas não necessariamente os recursos.

E, ainda, de acordo com o mesmo autor:

Atende-se mais com menos. O que vigora é uma fórmula para atender à *cláusula pétrea* do capital na sua intenção de contar com uma fatia gorda do fundo público como garantia de seus negócios, ao mesmo tempo em que se promove constante pressão para diminuir suas contribuições, quando não o emprego das mais variadas estratégias com a intenção de burlá-las. (Frigotto, 2011, p.246, grifo do autor)

Na análise de Frigotto (2011), há três mecanismos³² que reforçam a educação como um dos instrumentos para a consolidação do projeto societário

³¹ O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, com todos os limites da natureza dos recursos ligados ao Fundo e não constitucionais, incorporou a educação infantil e o ensino médio, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que vigorou de 1998 a 2006.

³² A ideia de que a esfera pública é ineficiente e que, portanto, há que serem estabelecidas parcerias entre o público e o privado, mesmo mediante disfarce, quando o privado permanece encoberto pelo eufemismo que engloba organizações sociais ou o chamado terceiro setor. A esses institutos privados ou ONGs cabe selecionar o conhecimento, condensá-lo em apostilas ou manuais, orientar a forma de ensinar, definir os métodos de ensino, os critérios e processos de avaliação e controle dos alunos e dos professores. Segundo mecanismo: atacar a natureza da formação docente realizada nas universidades públicas, com o argumento de que os cursos de pedagogia e de licenciatura se ocupam muito com a teoria e com análises econômicas sociais inúteis e não ensinam o professor as técnicas do “bem ensinar”. Terceiro mecanismo: ações de desmontar a carreira e organização docentes mediante políticas de prêmio às escolas que, de acordo com os critérios oficiais, alcançam melhor desempenho, remunerando os professores de acordo com sua produtividade em termos do quantitativo de alunos aprovados. Os institutos ou organizações privadas, para assessorar ou atuar diretamente nas escolas, têm a incumbência de avaliar professores e alunos de acordo com os conteúdos, métodos e processos prescritos. O que se

neoliberal: 1) a ideia de que a esfera pública é ineficiente, 2) desvalorizar a formação docente universitário nas universidades públicas e 3) desmonte da carreira e organização docentes mediante políticas de prêmio às escolas.

Assim, ao mesmo tempo em que temos uma ideologia forte do desmonte do aparelho estatal, em todas as esferas das políticas públicas, um novo Plano de Desenvolvimento da Educação é aprovado sob a forma da Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, que prevê metas para que, em 10 anos, o sistema educacional brasileiro possa alcançar todos os níveis da educação, com a superação das desigualdades educacionais e universalização do ensino em todos os níveis e aumento da oferta da educação infantil em creches e pré-escolas.

Com este brevíssimo panorama da educação básica no Brasil, dos séculos XIX ao início do século XX, procurei demonstrar que percebemos que vários foram os avanços e retrocesso no campo da educação básica no país. Com as grandes investidas do projeto societário neoliberal no país, em especial a partir da década de 1990, muitos são os entraves para a conquista efetiva de uma educação pública e de qualidade, com investimentos satisfatórios capazes de romper com as estruturas da desigualdade social. O desafio é grande para os atores que atuam neste campo e que vislumbram no seu trabalho cotidiano uma educação diferente da que é imposta, de maneira camuflada, pelo poder vigente.

3.2. Serviço Social e educação básica no Brasil

A presença dos assistentes sociais no campo educacional brasileiro está ligada à própria institucionalização da profissão no Brasil (década de 1930). Entretanto, é a partir da década de 1990 que há um aumento desses profissionais atuando neste campo, e nos anos 2000 uma ampliação do debate acerca das implicações, possibilidades e desafios da inserção desses profissionais na política de educação (CFESS, 2012).

Para ajudar a refletir sobre a inserção dos assistentes sociais no campo educacional, algumas considerações serão novamente levantadas como base para

busca, para uma concepção mercantil de educação, é, pois, utilizar na escola os métodos do mercado (Frigotto, 2011, p.248).

a atuação desses profissionais nesta área, tais como as expressões da questão social, trabalho e política de educação no Brasil dos séculos XX e XXI, além do próprio surgimento do serviço social no país.

No início do século XX o Brasil ainda estava com sua economia voltada para a exportação (em especial do café), as condições de trabalho também são inadequadas e já há um movimento para as questões relacionadas à proteção ao trabalho, como as Caixas de Pensão e Aposentadorias, redução da jornada de trabalho, cobertura dos acidentes de trabalho, ligados principalmente aos trabalhadores do eixo da exportação (ferroviários, portuários), como já foi tratado no capítulo deste estudo.

Com o enfraquecimento da exportação de café, acontece a substituição do modelo agroexportador para a industrialização. Assim, as instalações de fábricas nos centros urbanos fazem com que a população do campo e imigrantes estrangeiros se voltado para as cidades em busca de trabalho, derivando deste formato, um crescimento do quantitativo de trabalhadores nas cidades, os quais que ainda não possuíam o mínimo de infraestrutura necessária para receber essa quantidade de pessoas. Iamamoto e Carvalho (2008) apresentam um panorama das condições de sobrevivência desses trabalhadores na cidade e nas indústrias no início do século XX:

Amontoavam-se em bairros insalubres junto a aglomerações industriais, em casas infectadas, sendo muito frequente a carência – ou mesmo a falta absoluta – de água, esgoto e luz. Grande parte das empresas funciona em prédios adaptados, onde são mínimas as condições de higiene e segurança, e muito frequentes os acidentes. O poder aquisitivo dos salários é de tal forma ínfimo que para uma família média, mesmo com o trabalho extenuante da maioria de seus membros, a renda obtida fica em nível insuficiente para a subsistência. O preço da força de trabalho será constantemente pressionado para baixo daquele nível pela progressiva constituição de um relativamente amplo exército industrial de reserva. A pressão salarial força a entrada no mercado de trabalho das mulheres e das crianças de ambos os sexos em idade extremamente prematura, o que funciona também como mecanismo de reforço ao rebaixamento salarial. O operário contará para sobreviver apenas com a venda diária da força de trabalho, sua e de sua mulher e filhos. Não terá direito a férias, descanso semanal remunerado, licença para tratamento de saúde ou qualquer espécie de seguro regulado por lei. Dentro da fábrica estará sujeito à autoridade absoluta – muitas vezes paternalista – de patrões e mestres. (Iamamoto e Carvalho, 2008, p.129)

A situação que esses trabalhadores vivenciavam, ainda era agravada pela inexistência de contratos de trabalho formal. Assim, qualquer forma de

reivindicação por melhores condições de trabalho, é respondida pelos empregadores com dispensas coletivas, rebaixamento de salários (Iamamoto e Carvalho, 2008), levando esses trabalhadores a intensificação da pobreza já descrita.

A organização dos trabalhadores, sobretudo na década de 1920, força o capital a elaborar resposta diante das crescentes reivindicações, ao mesmo tempo em que o Estado começa a intervir através de leis de proteção ao trabalhador como forma de minimizar os problemas existentes. Os empregadores através de concessão de algumas ações, como auxílio doença e medicamentos, responsabilização pelos acidentes de trabalho (conforme contribuição compulsória do trabalhador e empregadores), mas que não são suficientes para amenizar as contradições clássicas da relação capital *versus* trabalho, ou seja, as expressões da questão social que, no Brasil, ganha aspectos particulares, de acordo com a formação e o desenvolvimento do país. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2012) traz contribuições importantes sobre a questão social, com elementos particulares do seu desenvolvimento no Brasil:

A questão social é indissociável da forma de organização da sociedade capitalista, que promove o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e, na contrapartida, expande e aprofunda as relações de desigualdade, a miséria e a pobreza. Esta é uma lei estrutural do processo de acumulação capitalista. A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho -, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do "trabalhador livre" que depende da venda de sua força de trabalho com meio de satisfação de suas necessidades vitais. *A questão social expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais*, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. (CFESS, 2012, p.48, grifo original do texto)

Importa ressaltar ainda que:

As configurações assumidas pela questão social são condicionadas pela formação cultural brasileira, em seus traços de clientelismo, em que os trabalhadores foram historicamente tratados como súditos receptores de benefícios e favores e não cidadãos, portadores de direitos. Mas aquelas configurações passam também pelas suas expressões singulares presentes na vida de cada um dos indivíduos atendidos pelo assistente social. Estas situações singulares vivenciadas pelos indivíduos são

portadoras de dimensões universais e particulares da questão social, condensadas na história de vida de cada um deles. (CFESS, 2012, p.53)

Assim, a especificidade da questão social no Brasil no início do século XX, leva a classe trabalhadora a se organizar para reivindicar melhores condições de trabalho, moradia e saúde, por exemplo, o que leva as empresas e o próprio Estado a darem respostas às reivindicações e ter o controle da vida do trabalhador, que acontecia por meio da repressão, tanto das empresas quanto do Estado e o controle ideológico por meio de ações que para além da atividade desenvolvida nas fábricas, conforme salientam Iamamoto e Carvalho:

O capital busca estabelecer meios de tutela e normatização da vida do trabalhador fora da fábrica, invadindo sua vida privada. Procura não apenas certo equilíbrio psicofísico do trabalhador, visto que não devem ser avariadas em demasia as peças de uma máquina coletiva de trabalho, mas ampliar a interferência moral e política por parte do capital sobre o conjunto da sua vida particular. Nesse sentido tem à disposição o aparato do Estado, além das próprias iniciativas benemerentes levedas a feito pela classe patronal. Aí, a coerção social deve ser habilmente articulada com a persuasão e o consenso, que dão a forma exterior ao uso intrínseco da força. Trata-se de canalizar esforços no sentido de que a classe trabalhadora interiorize as normas do novo modo de vida imposto pelo capital, minando suas iniciativas autônomas de organizações enquanto classe. Busca-se fazer com que a vigilância exterior possa ser acoplada à interiorização dos padrões dominantes, transformando, assim, o controle externo em um tipo de normatização de vida incorporada pelo próprio trabalhador. (Iamamoto e Carvalho, 2008, p.119, grifos dos autores)

É nessa conjuntura, que nasce a necessidade de um profissional especializado a intervir na relação entre empregados e empregadores, a fim de minimizar os conflitos e manter a ordem do capital. Assim a gênese do Serviço³³ Social do Brasil vem do desdobramento de ações assistenciais da Igreja Católica e de grupos de senhoras católicas que atuavam com as famílias pobres, minimizando seus conflitos e mantendo uma ideologia moralista dos comportamentos. Não é intenção desta dissertação discorrer sobre a gênese do serviço social no Brasil, mas as primeiras iniciativas e organizações de ações assistenciais estão ligadas ao movimento de caráter social liderado pela Igreja Católica. Cabe ressaltar, ainda, que o Centro de Estudos e Ação Social de São

³³ Sobre a gênese do Serviço Social brasileiro, o clássico livro de Iamamoto e Carvalho: **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica, São Paulo, editora Cortez, 2008, na Parte II apresenta detalhadamente a institucionalização e desenvolvimento da profissão no país.

Paulo³⁴, criado em 1932, tem como objetivo tornar mais efetiva e dar maior rendimento às iniciativas e obras promovidas pela filantropia das classes dominantes paulistas sob o patronato da Igreja e dinamizar a mobilização do laicato, dando formação técnica especializada (Iamamoto e Carvalho, 2008, p.137). É nessa década que surgem, então, as primeiras escolas de serviço social em São Paulo e no Rio de Janeiro, respectivamente em 1936 e 1937.

Nessa perspectiva, os assistentes sociais são solicitados a atuar no ajustamento da classe trabalhadora às exigências do capital, intervenção esta que, ainda ligada às orientações religiosas da Doutrina Social da Igreja³⁵ Católica. As grandes empresas, no entanto, dispunham de uma assistência mais elaborada, como, por exemplo, as vilas operárias, ambulatórios, creches e, escolas (Iamamoto e Carvalho 2008. p.139). Apesar da aparência paternal dos benefícios, era uma estratégia de racionalizar o controle da vida do trabalhador para aumentar a produtividade, o que e aumentava também a taxa de exploração (Iamamoto, 2008). Entretanto, parte dos benefícios era paga pelos trabalhadores, a partir de rebaixamento do salário.

O Estado de São Paulo cria, em 1935 o Departamento de Assistência Social, e recruta mulheres³⁶ para atuarem neste departamento, muitas oriundas dos movimentos sociais laicos católicos. Os objetivos deste Departamento eram:

- a) Superintender todo o serviço de assistência e proteção social; b) celebrar, para realizar seu programa, acordos com as instituições particulares de caridade, assistência e ensino profissional; c) harmonizar a ação do Estado, articulando-a com a dos particulares. d) distribuir subvenções e matricular as instituições particulares realizando seu cadastramento. (Iamamoto e Carvalho, 2008, p.174)

³⁴ Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo, grupo formado por representantes de movimentos sociais da Igreja Católica, em especial grupos de jovens, da Ação Social e Ação Católica, com objetivo de promover a formação de seus membros pelo estudo da Doutrina Social da Igreja e fundamentar a sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais, visando tornar mais eficiente a atuação das trabalhadoras sociais e adotar mais orientação definida em relação aos problemas a resolver, favorecendo a coordenação de esforços dispersos nas diferentes atividades e obras de caráter social. Mais detalhes deste centro de estudos são relatados por Iamamoto e Carvalho (2008).

³⁵ Doutrina Social da Igreja: conjunto de normas e orientações baseadas no evangelho de Jesus Cristo, para dar respostas e soluções para os problemas sociais que interferem na realização humana, na relação do bem comum e nas relações socioeconômicas.

³⁶ Majoritariamente, as formações do Centro de Estudos e Ação Social eram destinadas às moças, das classes dominantes ou abastadas da sociedade. São desses grupos que saem para trabalhar nos departamentos do governo ligados a assistência social no seu início.

A esse Departamento estava ainda subordinadas a Secretarias de Justiça e Negócios Interiores, a estruturação dos serviços Sociais para Menores, Desvalidos, Trabalhadores e Egressos de reformatórios, penitenciárias e hospitais e a Consultoria Jurídica do Serviço Social. Assim o estado de São Paulo dá um salto para intervir nas expressões da questão social, assumindo parte das ações. É sabido que essas ações, ainda em parceria com a Igreja Católica e instituições privadas de caridade, apresentam caráter moral, com foco no indivíduo. Dessa forma, a formação técnica especializada se fará necessária, institucionalizando e regulamentando a profissão de assistentes sociais, legitimada na divisão técnica e social do trabalho (Iamamoto e Carvalho, 2008, p.176).

Importante ressaltar que o serviço social brasileiro surge no momento em que a Igreja Católica não determina mais a ideologia e práticas da elite dominante, mas é o capitalismo em vigor que altera e define as relações sociais por meios das políticas controladas por essas classes (Iamamoto e Carvalho, 2008, p.230). Por isso, o interesse da Igreja através dos seus vários grupos de ação social, era difundir a atuar nas organizações governamentais e em parceria para manter sua hegemonia, pois com a primeira Constituição Republicana Brasileira (1891), a Igreja perde muitos dos privilégios. Então, a forma era se aproximar das classes dominantes, apoiando suas iniciativas e conquistando novamente o espaço, o que se reflete na Constituição Federal de 1934, que define o cristianismo católico como religião oficial do Estado e o casamento religioso tem efeito civil, por exemplo.

Ao mesmo tempo em que o Estado começa a intervir nas expressões da questão social através de políticas públicas, como educação e saúde e habitação, trabalho, por exemplo, o serviço social, também vai ganhando elementos novos para uma atuação que possa, nas décadas posteriores, desvincular da doutrina da Igreja Católica.

Essa intervenção do Estado nas expressões da questão social só é iniciada pelas pressões dos movimentos operários da época, que diante da intensa exploração do trabalhador desperta nos mesmos uma consciência de classe que reivindica por melhores condições de vida, uma vez que nesse período a industrialização do país se dá de maneira intensa, a partir da década de 1940.

Dessa forma as primeiras iniciativas legais para assistência social são o Decreto Lei nº 525, de 1º de julho de 1938, que cria o Conselho Nacional de

Serviço Social, a Legião Brasileira de Assistência, criada em 1942, com o objetivo de amparar as famílias dos recrutados para a 2ª Guerra Mundial, a Fundação Leão XIII (1946), numa articulação do Estado e da hierarquia católica para atuar junto à população que vivia em favelas.

Ressalto o Decreto Lei nº 525, de 1º de julho de 1938 que, ao instituir o Conselho Nacional de Serviço Social, suas ações não modificam ou interferem nas condições de trabalho da população, pois são ações de caráter individual, moralista, sendo a pessoa a única responsável pela situação em que vive. Assim, afirma o referido decreto. Apesar de ser longa, a citação merece destaque:

Art. 1º O serviço social tem por objetivo a utilização das obras mantidas quer pelos poderes públicos quer pelas entidades privadas para o fim de diminuir ou suprimir as deficiências ou sofrimentos causados pela pobreza ou pela miséria ou oriundas de qualquer outra forma do desajustamento social e de reconduzir tanto o indivíduo como a família, na medida do possível, a um nível satisfatório de existência no meio em que habitam.

Art. 2º Será o serviço social organizado, em todo país, como uma modalidade específica do serviço público, compreendendo, na União, nos Estados e nos Municípios, órgãos de direção, de execução e de cooperação, consoante as necessidades verificadas, e segundo os lineamentos que forem traçados no plano a que se refere a alínea b do art. 4º desta lei.

Art. 3º Fica criado, no Ministério da Educação e Saúde, como um de seus órgãos de cooperação, o Conselho Nacional de Serviço Social, com a função de estudar, em todos os seus aspectos, o problema do serviço social, e para funcionar como órgão consultivo dos poderes públicos e das entidades privadas, em tudo quanto se relacione com a administração do serviço social.

Art. 4º Compete ao Conselho Nacional de Serviço Social:

- a) promover inquéritos e pesquisas relativamente ao gênero de vida de todas as categorias de pessoas e famílias em situação de pobreza ou miséria, ou, por outra qualquer forma, socialmente desajustadas;
- b) elaborar o plano de organização do serviço social, para ser executado em todo o país, e compreensivo dos órgãos administrativos e das obras assistenciais destinadas a amparar a pessoa e a família, uma vez que se encontre em qualquer situação de deficiência ou sofrimento causado pela pobreza ou pela miséria ou decorrente de qualquer outra forma de desajustamento social;
- c) sugerir aos poderes públicos as inéditas tendentes a ampliar e melhorar as obras por eles mantidas e destinadas à realização de qualquer modalidade de serviço social;
- d) delinear os tipos das instituições do caráter privado destinadas à realização de qualquer espécie de serviço social e estudar a situação das instituições existentes para o fim de opinar quanto às subvenções que lhes devam ser concedidas pelo Governo Federal.

Art. 5º O Conselho Nacional de Serviço social se comporá de sete membros, que exercerão a função por designação do Presidente da República, e serão escolhidos dentre pessoas notoriamente dedicadas ao serviço social, em qualquer de suas modalidades. (Brasil, 1938)

A Legião Brasileira de Assistência (LBA), sob a presidência da então primeira dama Darcy Vargas, desenvolvia as atividades como forma de incentivar a campanha para a participação da população na guerra e apoio às famílias dos soldados e, mesmo, o recrutamento dos demais jovens. Entretanto, a LBA é espaço importante para a implantação do serviço social como categoria profissional, e mesmo que a expansão da sua atuação na articulação com outras políticas sociais, na organização, planejamento e na coordenação dos serviços assistenciais por ela desenvolvidos. Cabe ressaltar, ainda, que aos serviços vão para além das famílias e soldados, se estendem para as populações mais empobrecidas no território nacional como, por exemplo, as creches mantidas pela LBA, que contavam com o trabalho de assistentes sociais no quadro de funcionários. As práticas profissionais ainda são baseadas no inquérito e pesquisa social, visitas domiciliares e entrevistas com foco no indivíduo. Essas práticas eram importantes para determinar os auxílios financeiros, encaminhamentos para serviços médicos, internação de crianças, obtenção de empregos (Iamamoto e Carvalho, 2008, p.253). Contudo, essas práticas não alteravam de fato a situação de pobreza em que a família se encontrava. De certa forma, mantendo-a na dependência dos serviços ofertados.

Os assistentes sociais, também atuam nos centros educacionais, em escolas públicas, nos cursos profissionalizantes, com o objetivo de identificar os problemas sociais dos alunos e suas famílias e encaminhar para os equipamentos disponíveis dos setores públicos e privados para regulamentação de documentação civil, readaptação profissional, recreação extraclasse, atendimento médico e dentário e alimentação, orientação familiar (Iamamoto e Carvalho, 2008, p.264), são as principais atividades desses profissionais nesses órgãos.

Nesse período, a educação tinha uma perspectiva de “livrar da ignorância”, o acesso à educação nessa perspectiva diminuiria a marginalidade, de acordo com as ideias das classes dominantes. Não obstante, o interesse da classe dominante em ampliar o acesso à escola, que também era uma reivindicação da classe trabalhadora, era de difundir a instrução e conhecimento, na qual promoveria a

diminuição dos problemas sociais e serviria de base para um trabalhador mais qualificado. Essa perspectiva tinha como figura central o professor (Witiuk, 2004).

Esse modelo de educação, denominando escola tradicional³⁷, não agrada os intelectuais da educação, pelo fato de apenas o professor não ser capaz de resolver todos os desafios que esta perspectiva propunha. Assim temos o movimento da Escola Nova, (que já foi abordado no capítulo anterior), baseado nas ideais de educadores norte-americanos, no final a educação deve responder às necessidades de seu tempo, acompanhando o processo de industrialização do país, por exemplo.

O movimento da Escola Nova no Brasil defendia:

[...] Uma educação voltada para as novas necessidades emergentes no país, um país em processo de industrialização. Criticava a educação vigente definindo-a como academicista e elitista, por seu caráter puramente literário e humanístico e defendia uma educação humanista científica que preparasse o jovem brasileiro para a nova realidade do país.

As conquistas desse movimento se expressam na Constituição de 1934, que dedica um capítulo à educação. Neste capítulo fica definida como de competência dos Estados e Municípios a organização e manutenção dos sistemas educacionais e à União o papel de fixar as Diretrizes Nacionais de Educação (Art.5º, Inciso XIV) e o Plano Nacional de Educação (Art. 150, Alínea a). Quanto aos recursos, fica definido que os municípios deverão aplicar não menos que 10% da renda resultante dos impostos, e que os Estados deverão colaborar com valores superiores a 20% desta receita. (Saviani, 1997, apud. Witiuk, 2004, p.21)

Algumas das reivindicações da Escola Nova foram atendidas, mas com a Constituição Federal de 1937, outros interesses ligados à educação, também foram atendidos, como a influência da Igreja Católica no ensino escolar, a escola como elemento de classificação social para as elites, por exemplo. Dessa forma, a Constituição abarcava interesses contraditórios, e na sua efetivação se tornava desafiador colocá-los em prática, mas a direção era determinada pela ordem do poder público, ligado a Igreja Católica, e na sua base estavam os interesses do

³⁷ A escola tradicional tem como principais características não permitir o questionamento das autoridades, sendo as decisões inquestionáveis; gestor é um burocrata autoritário, cuja preocupação fundamental é controlar e aplicar programas e ordens oriundas dos órgãos governamentais; aluno é um ser passivo e seu papel é receber ordens, normas e recomendações do professor, executar a disciplina, a obediência e o espírito de trabalho; o professor é autoritário e transmite um saber fragmentado, desfocado do contexto, enciclopédico; preocupa-se com a memorização e repetição dos conteúdos. A avaliação tem a função de controlar a aprendizagem, e o único instrumento utilizado são as provas, pois, refletem a capacidade de retenção e acúmulo de conhecimento memorizado pelos alunos. Disponível em <sirlene58.blogspot.com/2010/06/atividade> Acesso em 20 mar. 2015.

capital, que em nenhum momento pretende alterar o cerne das desigualdades sociais.

Durante a II Guerra Mundial (1942 -1945) o Brasil declara apoio os Estados Unidos da América, estabelecendo também relações de parceria de concessão de bolsas de estudos. Assim, o serviço social é convidado a participar de formações, intercâmbio e bolsa de estudos e a introduzir no país as orientações utilizadas no serviço social estadunidense: os métodos de caso, grupo e comunidade e a influência do serviço social escolar americano, iniciados nos anos 1907, passam a ser desenvolvida no Brasil, segundo Ilda Lopes Witiuk:

O modelo americano de *Escolar* adotado no Brasil está baseado no método de Serviço Social de Casos Individuais, por meio do atendimento individual a pais, professores e alunos, com a aplicação de inquéritos realizados prioritariamente no domicílio da criança, o Serviço Social procura detectar as causas da dificuldade de aprendizagem bem como aproximar casa/escola, ou escola/comunidade.

Ao *Serviço Social Escolar* cabe o atendimento, através do Serviço Social de Caso, à população mais empobrecida, dentro da concepção vigente de *questão social* como caso de polícia e de acesso à educação como forma de repasse de *valores e princípios*. O Assistente Social atua junto ao educando e sua família identificando os *problemas sociais* que repercutem no aproveitamento escolar propondo ações ou requisitando serviços que possibilitem a *adaptação do escolar* ao seu meio e ao ambiente escolar, promovendo o *ajustamento social*.

Percebe-se uma tendência de estigmatização e culpabilização dos indivíduos, sob as bases do funcionalismo que hierarquiza as relações sociais e procura identificar *disfunções* na sociedade. (Witiuk, 2004, p.26, grifo do autor)

Como a escola se torna um dos aparelhos privados significativos para a manutenção da hegemonia, o serviço social será requisitado para o exercício de atribuições que harmonizam as relações no processo de vigilância da moral e da sociabilidade das famílias empobrecidas. As formas adotadas de intervenções serão objetivadas para a integração social dos indivíduos no espaço escolar, comunitário e doméstico, reforçando a identidade subalterna por meio da inculcação de valores dominantes e da interferência no seu modo de vida com adoção de condutas comportamentais adequadas aos parâmetros morais. Aqui, não há ainda uma reflexão crítica acerca da realidade política e econômica, histórica e social que mergulhe no cerne do que cria as desigualdades sociais. São iniciativas e práticas conservadoras, que vão ao encontro da ideologia das classes dominantes e da própria Igreja Católica, no período. É nessa perspectiva que os assistentes sociais atuam nos espaços da escola.

Cabe ressaltar que, o forte processo de industrialização pelo qual o país passa, com a crescente urbanização, como também as reivindicações dos movimentos sociais pela educação e de outros setores da sociedade para que haja investimento no progresso nacional, faz com que o Estado assuma de fato a educação com ações mais concretas, para responder às demandas da época. Assim, para a educação:

A Constituição de 1946 consolida a educação básica como obrigação do Estado. O entendimento é de que um país não pode se desenvolver se possui alto índice de analfabetismo. A preocupação é com o desenvolvimento industrial, com a preparação de mão-de-obra qualificada, “aperfeiçoamento de recursos humanos e não com a qualificação no interesse do trabalhador para que [este] melhore de vida, se independentize, se emancipe das relações de trabalho vigentes”. (Freitag, 1980, p.28-9, apud Witiuk, 2004, p.40)

A obrigatoriedade da educação reforça o requerimento do serviço social no espaço da escola, uma vez que, se as classes sociais mais populares tivessem acesso, maior seriam os números de crianças com comportamento violento, sérios problemas de aprendizagem e evasão escolar. Então, para auxiliar os outros profissionais no campo da educação os assistentes sociais eram convocados para identificar os problemas que eram expressos na escola. Não como problemas de uma conjuntura maior, mas ainda ligada à responsabilização da família, com foco em garantir a permanência da criança na escola.

Dessa forma, o intercâmbio que ora acontecia entre Brasil e Estados Unidos da América, como já citado anteriormente, leva o serviço social brasileiro a adotar cada vez mais as práticas do serviço Social americano, que no 2º Congresso Pan-americano de Serviço Social, sediado no Brasil na cidade do Rio de Janeiro, em 1947, apresenta vários relatos de práticas do serviço social em várias escolas do país (Witiuk, 2004), ressaltando sua necessidade e sua especificidade técnica por um profissional qualificado.

Nas décadas de 1950 e 1960, o Brasil é marcado pelo desenvolvimentismo, onde as preocupações estatais estão voltadas para o crescimento econômico, acumulação de riqueza e o progresso técnico. Entretanto, as questões relativas às políticas públicas ainda são tratadas de maneira residual. Assim, a escola continua sendo um aporte para o capital, no apoio à industrialização e também como possibilidade de ascensão social (Witiuk, 2004, p.45), na medida em que

“qualifica” a pessoa para o trabalho, o que, conseqüentemente, vai diminuir os níveis de pobreza, favorecendo condições mínimas de sobrevivência, diminuindo também as reivindicações/greves, sendo importante destacar também que o país encontra no período da ditadura militar.

As assistentes sociais também atuam nas instituições empresarias, nos setores de educação/escolarização das mesmas como no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), de 1942; Serviço Social do Comércio (Sesc), de 1946; Serviço Social da Indústria (Sesi), de 1946; e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac), de 1946, através de seus programas de qualificação profissional, escolarização dos trabalhadores e de seus familiares e suporte social às suas demandas. A parceria entre o Estado e as empresas ligadas a estas instituições ainda estão em vigor na contemporaneidade.

O serviço social na escola, ainda era visto como uma intervenção de caso social. As dificuldades do educando quanto ao seu aprendizado eram vistas como um limite seu, não se levava em consideração a estrutura do sistema de ensino, as questões relativas à situação familiar, financeiras e condições de trabalho. A intervenção do serviço social estava voltada à promoção de ações que permitissem a adaptação do educando ao seu meio e o equilíbrio social da comunidade escolar. Assim, os assistentes sociais eram solicitados a intervir nas situações de comportamentos inadequados, e nas causas dos problemas de aprendizagem. Sem relacionar estes elementos com a estrutura social e educacional, mas tendo a sua origem na família e no meio em que vivem.

Importa ressaltar ainda, que o II Congresso Brasileiro de Serviço Social, realizado em 1961, traz uma modernização a atuação profissional frente ao projeto político, econômico e ideológico que perpassa no país desde a década de 1950: o desenvolvimentismo³⁸. A partir do governo de Jânio Quadros (1961) o discurso ganha novos elementos, como estratégias de uma política populista, representando a possibilidade de uma nova era para o país a partir da preocupação central do que poderia ser caracterizado como projeto desenvolvimentista janista estaria na formação de uma nação forte, com o povo forte e uma economia globalmente forte. Desse eixo central decorre uma atenção especial ao social; a meta prioritária

³⁸ Desenvolvimentismo pode ser definido como a busca da expansão econômica acelerada, no sentido da prosperidade, riqueza, grandeza material, soberania, ambiente de paz social e política e segurança.

é o homem e não o crescimento econômico em si mesmo (Iamamoto e Carvalho, 2008, p.346).

Segundo os autores acima, em relação à educação e trabalho, a proposta previa:

Uma perspectiva de reestruturação da sociedade, de “redenção do país pela educação”, a visão da educação como um dos eixos do projeto de desenvolvimento para a integração nacional. Essa proposta consta tanto de uma parte informativa (educação formal), como de uma que tem em vista a mudança de mentalidade e de atitude. Quanto ao trabalho, o projeto janista se baseia no tripé: eficiência, moralização, despolitização. A preocupação básica é o aumento da produtividade em relação à qual o trabalhador deve receber sua parte, implicando aumento de seu salário real. A saída para tanto é a qualificação do trabalhador e o salário profissional. Quanto ao sindicalismo, se coloca pela plena liberdade sindical, propondo o fim do paternalismo estatal. Tem em relação a esse campo uma perspectiva moralizadora e de justiça social. (Iamamoto e Carvalho, 2008, p.347)

Diante de um contexto de reordenamento nos campos acima citados, e tantos outros das políticas sociais, há a necessidade, para o serviço social de adaptar-se à nova realidade, na revisão dos métodos diante da realidade brasileira, a documentação das experiências, buscar por cursos específicos de pós-graduação, nos diversos campos de atuação (Iamamoto e Carvalho, 2008, p.353), além da aproximação das escolas de serviço social com as exigências ora apresentadas. E como o presidente de honra do II Congresso Nacional de Serviço Social é o próprio presidente da República, que sob o impacto de crédito de honra dado à profissão, sendo requisitada para estimular nas populações locais o espírito progressista, a necessidade de criar novos hábitos, novos processos e métodos de trabalho, a fim de, pelo aumento das possibilidades de emprego, melhorar as rendas da família (Iamamoto e Carvalho, 2008, p.348). Nesta perspectiva, o serviço social pode ser uma categoria profissional fundamental para a implementação e acompanhamento da ideologia apresentada, a partir do seu fazer profissional.

Outro movimento acontece em torno dessa ideologia para os profissionais de serviço social, com a da carga horária máxima de 30 horas, fixação do salário e a coexistência de entidades sindicais e das associações profissionais (Iamamoto e Carvalho, 2008, p.253).

Com a temática “Desenvolvimento Nacional para o Bem-Estar Social”, o congresso abarcar a ideologia política do período e tenta, na sua realização, elaborar e apresentar respostas para as exigências da realidade. Os trabalhos e conclusões das Comissões e Grupos de Estudos se orientaram e apresentaram os seguintes encaminhamentos, conforme destacam Iamamoto e Carvalho:

Que o assistente social tem importantes contribuições nos diversos campos de atuação, maior explicitação das funções dentro dos programas de desenvolvimento, necessidade de reorganizar os programas, dando ao serviço social maior participação na formulação das políticas e planejamento, ter função definida nas equipes interdisciplinares, situar a profissão nas mesmas condições dos outros profissionais, enquanto técnico. (Iamamoto e Carvalho, 2008, p.352)

Outras intervenções e resoluções deste II Congresso Brasileiro de Serviço Social não apresentaram profundas mudanças, entretanto abriu espaço para o aprofundamento da formação profissional, críticas às práticas paternalistas de instituições assistenciais, reafirmando a necessidade de políticas para o meio rural com legislações próprias, constatação da inadequação das estruturas políticas e administrativas com as dimensões sociais e econômicas. São conclusões, ora com características ambíguas, quanto às questões sociais, ora como características de uma conscientização dos verdadeiros entraves da relação *versus* trabalho. Nesse contexto inicia uma perspectiva modernizadora³⁹ para a profissão, que vai ao encontro ao que acontece com a profissão na América Latina, diante dos regimes ditatoriais.

Conforme apresentada, a presença dos assistentes sociais é cada vez mais requisitada, também como instrumento de controle da população diante das várias

³⁹ A perspectiva modernizadora faz parte do movimento de renovação da profissão. Este movimento se constitui em três momentos: O primeiro diz respeito à perspectiva modernizadora, que encontra a sua formulação afirmada nos seminários de teorização do serviço social organizado pelo CBCISS em Araxá (março 1967) e em Teresópolis (janeiro 1970) no sentido de inserir os profissionais num viés moderno de teorias e técnicas para novos instrumentos que possam responder as demandas da ordem do desenvolvimento capitalista. O segundo momento foi a reatualização do conservadorismo, que consiste na recuperação da herança conservadora da profissão, recorrendo ao pensamento crítico-dialético, as novas ideias são direcionadas para produções teóricas do próprio assistente social. Este conservadorismo, entretanto, está embasado no conhecimento científico e teórico, favorecendo uma análise crítica da realidade macrosocial. E o terceiro momento é a intenção de ruptura, que, critica o tradicionalismo e seus suportes ideológicos e metodológicos, até então utilizados. Apresenta a necessidade de atualizar e dar respostas adequadas às demandas da sociedade, intervindo nas expressões da questão social de forma mais crítica ao sistema que as geraram. Aproximação do marxismo e envolvimento com as forças que lutavam pela democracia e pelos direitos sociais no país, desenvolvendo assim, várias articulações e debates acerca da realidade política e social. O movimento de renovação do serviço social brasileiro é retratado em Netto (2006).

investidas de se oporem à ordem social vigente. Os campos da assistência social, saúde e previdência vão se ampliando e absorvendo esses profissionais. Todavia, o campo da educação também absorve estes profissionais. Na tese de Ilda Lopes Witiuk (2004), a atuação dos assistentes sociais no campo da educação se dá desde o início da profissão no Brasil. Para tanto, a autora resgata os trabalhos monografias das primeiras quatro escolas de serviço social, onde a temáticas relacionam educação e serviço social:

O significativo aumento, após 1946, do número de TCCs com relatos de prática produzidos no espaço da educação, evidencia o aumento da requisição, pelo Estado, deste profissional. Na década de 1940 foram encontrados nos acervos das quatro primeiras escolas de Serviço Social brasileiras localizadas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Paraná, 15 TCC's, sendo que na década seguinte, década de 1950, esse número passa para 28 trabalhos e na década de 1960 o número sobe para 32, caracterizando assim a ampliação, na década de 1950, da intervenção do Serviço Social nas escolas. (Witiuk, 2004, p.30)

Essa atuação se deu, também, muito impulsionada pelas orientações do serviço social escolar americano, a partir das intervenções dos Estados Unidos da América no país. Ao mesmo tempo em que as investidas políticas eram de, a partir do reordenamento norte-americano, fosse erradicado o analfabetismo que era visto como um índice gerador dos problemas sociais e não como consequência da ordem capitalista no Brasil. Com isso, a Educação de Jovens e Adultos ganha destaque nesse período. Assim, a Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e adultos, buscar atender as exigências internacionais para acabar com o analfabetismo. Esta campanha já havia sido proposta em 1940, mas só teve verbas a partir de 1956, e dentro do modelo desenvolvimentista sua principal perspectiva se fundamentava na defesa nacional de ideias contrárias a do poder político, como também em possibilitar a garantia do eleitorado letrado das diversas classes populares.

Na década de 1960 surgem movimentos ligados a educação popular de jovens e adultos que buscam, a partir da realidade das pessoas, inseri-las no contexto social como protagonistas de uma história pessoal e comunitária, desvendando os processos históricos, políticos e sociais no qual estão imersas. Destaque aqui para Paulo Freire, que desenvolveu esse método e o divulgou a partir de artigos que poderiam ser usados tanto nas áreas rurais como nos centros

urbanos, que vai além do letramento, mas para uma interpretação da realidade na qual se vive, não se deixando levar pelo jogo político, conforme salienta Freire:

Por que não aproveitar a experiência que têm os alunos em viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos, córregos, e os baixos níveis de bem-estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem à saúde das gentes. Por que não há lixões no coração dos bairros ricos e mesmo puramente remediados dos centros urbanos?

Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deve associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida? Por que não estabelecer uma necessária “intimidade” entre saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduo? Por que não discutir as implicações políticas e ideológicas de um tal descaso dos dominantes pelas áreas pobres da cidade? A ética embutida neste descaso? Por que, dirá um educador reacionariamente pragmático, a escola não tem que ver com isso. A escola não é partido. Ela tem que ensinar os conteúdos, transferi-los aos alunos. Aprendidos, estes operam por si mesmos. (Freire, 1996, p.30-31)

A metodologia desenvolvida por Paulo Freire é adotada por muitos outros intelectuais e educadores nesta perspectiva de desenvolvimento de uma consciência crítica dos educandos. No início, foi adotada pelo Ministério de educação e Cultura, mas no momento em que começou a despertar uma consciência crítica em relação às questões políticas, econômicas e sociais e mesmo a colaborar para uma organização do grupo, não agradou muito ao poder político. No período da ditadura militar os idealizadores e discípulos desta perspectiva foram perseguidos e exilados, enfraquecendo assim esta metodologia, como muitos outros movimentos sociais que priorizavam a educação de jovens e adultos⁴⁰.

⁴⁰ **Movimento de Educação de Base - MEB (1961 – até hoje)** O MEB surgiu como uma iniciativa da Igreja Católica. Em 1961, por meio do Decreto 50.370, de 21 de março foi estabelecida a criação do MEB. O decreto previa que o governo federal iria colaborar com a CNBB - Conferência Nacional de Bispos do Brasil no processo de alfabetização de adultos. Essa cooperação se daria por meio de convênios consolidados com o MEC, outros ministérios e órgãos federais, que repassariam os recursos para a CNBB. A alfabetização de adultos seria realizada por meio do Movimento de Educação de Base utilizando a rede de emissoras católicas. A área de atuação do MEB era constituída pelo estado de Minas Gerais, e pelas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, atuando principalmente no interior destas regiões, locais com um grande índice de subdesenvolvimento. **Movimento de Cultura Popular – MCP (1960 - 1964)** teve origem em maio de 1960. Era um movimento ligado a Prefeitura de Recife. Tinha o apoio do governo de Miguel Arraes e de Paulo Freire, que era o diretor da Divisão de Pesquisa e coordenador do Projeto de Educação de Adultos do MCP. Utilizava os centros de cultura e os círculos de cultura para alfabetizar, por meio de grupos de debate. Sua atuação se restringiu a Recife e ao Rio Grande do Norte. Teve sua extinção em 1964, por causa do Golpe Militar. Os militares, por considerarem o programa uma ameaça aos seus objetivos acabaram com o movimento, prendendo e exilando alguns de seus integrantes. **Centro Popular de Cultura – CPC (1961 - 1964)**, fundado pela UNE

Para compensar a extinção dos movimentos pela educação de jovens e adultos pelo golpe militar, o governo ditatorial cria o Movimento Brasileiro de Alfabetização – Mobral, pela Lei número 5.379, de 15 de dezembro de 1967. Assim, os militares detinham todo o controle do que era ensinado, o método e o material utilizado. Rosa Cristina Porcaro, em seu artigo sobre a história da educação de jovens e adultos, ressalta que:

Os militares tinham todo o controle do que seria ensinado. Suas ações de alfabetização começaram a ter ênfase no fim de 1970, quando seus projetos foram iniciados em grande escala. Seu objetivo era erradicar o analfabetismo no Brasil num curto espaço de tempo. Tinha forte influência do Método Paulo Freire, pois utilizava “palavra geradora”, que consistia em palavras pesquisadas com os alunos, para educar. Mas havia uma diferença marcante, pois o Método Paulo Freire utilizava palavras tiradas do cotidiano dos alunos e no MOBRL, eram os tecnocratas que as escolhiam a partir de estudo das necessidades humanas básicas. O objetivo era fazer com que os alfabetizandos aprendessem técnicas de leitura, escrita e cálculo para que fossem enquadradas em seu meio social. (Porcaro, 2007, p.4)

E ainda, o Mobral também se estendeu a educação de crianças menores de seis anos:

Durante a década de 1980, o MOBRL figurou como responsável pela educação de crianças menores de seis anos no Brasil, realizando o processo de expansão deste tipo de atendimento por todo o território nacional. A utilização de recursos da comunidade e o voluntarismo, marcas do trabalho do MOBRL com a educação de adultos, acabaram por encontrar na educação infantil um terreno fértil para a cristalização das mesmas. Desde o final da década de 1960, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) vinha, em seus documentos, adotando as marcas fundamentais do MOBRL. Passar a educação infantil para as mãos do mesmo tornaria a sua expansão mais rápida e barata, respondendo assim aos anseios populares por este tipo de atendimento.

O MOBRL foi responsável pela expansão da pré-escola no Brasil, chegando em 1982 a responder por 50% do atendimento pré-escolar público. O atendimento restringia-se a crianças de 4 a 6 anos. (Arce, 2008, p.380 e 383)

– União Nacional dos Estudantes, artistas e intelectuais da época. Os principais agentes de sua criação foram a UNE e três atores do Teatro de Arena - Oduvaldo Vianna Filho, Carlos Estevan Martins e Leon Hirzman. Tinha como objetivo levar a cultura às classes mais desfavorecidas da sociedade. Utilizavam peças teatrais para que o povo adquirisse cultura. O CPC acabou em 1964, quando em decorrência do Golpe Militar, as instalações da UNE foram incendiadas para evitar o contato com as classes populares. **Campanha de Educação Popular**- Ceplar (1961 - 1964) A Ceplar teve origem na Paraíba em 1961. Foi criada pelo governo estadual. Tinha como método pioneiro a utilização em larga escala do método Paulo Freire. Tinha como objetivo o processo de conscientização da realidade. À supervisão cabia um gerenciamento das mensagens a serem difundidas e debatidas nos grupos. Sua extinção ocorreu com a instauração do Golpe Militar em 1964. Fonte: Porcaro (2007).

Depois do processo de democratização do Brasil, o Mobral foi substituído, em 1985, pela Fundação Educar que assume as responsabilidades do projeto extinto, com o objetivo de fornecer programas de educação básica, não formais, para as pessoas que, por vários motivos, evadiram da escola e estão com defasagem em relação à idade e escolaridade. A fundação durou apenas cinco anos.

Voltando à inserção do serviço social no campo educacional, o mesmo teve contanto com esses elementos o, que podem possibilitar à profissão aporte para uma atuação que rompa com o conservadorismo. Entretanto, o caminho a percorrem ainda é longo. A LDB de 1961 destaca a assistência social estudantil, instituída no artigo 90 e 91, como espaço para identificar os principais problemas dos alunos que interferem no processo de aprendizagem que estão para além da sala de aula, ainda numa visão de culpabilização das famílias, realização de encaminhamentos para atendimento médico e de enfermagem que, posteriormente, serão fundamentos para a elaboração de projetos de lei para a legitimação do serviço social nas escolas a partir das décadas de 1970 e 1980, nos diversos entes da federação, bem como para a União.

Ainda no período da ditadura militar o serviço social atua em equipe multiprofissional, desempenhando um papel corretivo, para eliminar os problemas individuais ou do grupo/comunidade que dificultam o desenvolvimento das pessoas. Além de uma preocupação com a introdução de novos métodos capazes de responder às novas demandas, que também se apresentam no contexto da educação (Witiuk, 2004. p.54), como ampliar a qualificação profissional para melhor responder as exigências da realidade.

Com a regulamentação da profissão de orientador educacional, as atividades até então desenvolvidas pelos assistentes sociais são passadas para este profissional e, em alguns espaços, o conflito profissional é inevitável, intelectuais à época identificam a importância de uma equipe multiprofissional no ambiente escolar para responder as exigências cotidianas, dentre esses profissionais o assistente social (Witiuk, 2004, p.68).

A partir da segunda metade da década de 1970 já se percebe um enfraquecimento do modelo ditatorial, que não consegue, com sua política, diminuir as desigualdades, manter baixos os níveis da inflação e mesmo diminuir a dívida externa. E a partir da década de 1980 inicia-se o processo de

redemocratização do país, a democracia ganha centralidade nos debates e nas reivindicações dos movimentos sociais. Segundo Frigotto (2006), foi um processo de transição da ditadura para a redemocratização:

A década de 1980 foi uma dura travessia da ditadura à redemocratização em que se explicitou, com mais clareza, os embates entre as frações de classe da burguesia brasileira (industrial, agrária e financeira) e seus vínculos com a burguesia mundial e destas em confronto com a heterogênea classe trabalhadora e os movimentos sociais que se desenvolveram em seu interior. A questão democrática assume centralidade nos debates e nas lutas em todos os âmbitos da sociedade ao longo dessa década.

A década de 1980 define-se como uma conjuntura em que, ao mesmo tempo, se tenta romper com o regime da ditadura e seu modelo econômico-social e se “acumulam condições, assinalam derrotas ou vitórias parciais no caminho da ruptura” dessa situação histórica para uma transição que o tempo nos mostrou ter sido restrita e, assim mesmo, interrompida.

Poderíamos dizer que a década começou em 1979, com o reaparecimento em cena da classe trabalhadora, e terminou em 1989, com a queda do Muro de Berlim, elaboração da cartilha ou credo das políticas neoconservadoras ou neoliberais, batizada de Consenso de Washington, e a eleição de Collor de Mello. (Frigotto, 2006, p.35)

A retomada dos movimentos sociais e as forças ligadas aos interesses da classe trabalhadora e populares ligadas a novos atores sociais como as Comunidades Eclesiais de Base (ala progressista da Igreja Católica) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que fortemente fomentaram discussões sobre a realidade social, política e econômica em que o Brasil se encontrava.

As diversas investidas do governo para minimizar os efeitos da dívida externa e da inflação fizeram com que fossem elaborados planos econômicos a partir da mudança da moeda nacional, considerando que os efeitos poderiam ser controlados, mas não foi o suficiente até então. Esses planos tiveram outros desdobramentos:

Na área social, esses planos tiveram resultados que agravaram as condições de pobreza dos trabalhadores, tremendamente atingidos pelas políticas do “arrocho salarial” dos governos da ditadura e pelo desemprego e subemprego. É o Governo Sarney que inaugura a adoção de políticas focais e de alívio à pobreza, tão em voga como recomendação explícita dos organismos internacionais, mormente o Banco Mundial, a partir dessa época. Um dos programas, sustentado com intensa propaganda, era o de “distribuição de leite” às crianças pobres. É nesse período, também, que começam a ser separados os planos econômicos e social. (Frigotto, 2006, p.38)

Mas, ao mesmo tempo em que temos uma Constituição Federal que abarca muitas das reivindicações dos movimentos sociais, ou seja, na perspectiva democrática, temos a entrada do neoliberalismo a partir do governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992).

Para o serviço social, essa conjuntura da década de 1980, impôs uma necessária *renovação do serviço social*, de forma abrangente e plural, nos campos da pesquisa, ensino, atuação profissional e organização político- corporativa (Iamamoto, 2010, p.202). A compreensão da historicidade da profissão a legitima como parte e expressão da realidade histórica em que se situa. A partir da década de 1980, ganha um perfil mais profissional e acadêmico, e inspirada na tradição marxista vai contribuindo para marcar uma posição crítica da realidade da profissão e sua trajetória histórica. Nesse sentido, a perspectiva de intenção de ruptura avança no momento de crise da ditadura militar num contexto de rearticulações dos movimentos sociais. Assim, muitos profissionais se voltam para os interesses da classe trabalhadora.

Com isso há a necessidade de um novo direcionamento para a profissão:

No interior de um Estado, a serviço do grande capital, que lançou profundas amarras sobre a sociedade civil, tolhendo o exercício da cidadania, embora alimentando uma luta de classe contida nos subterrâneos da arena político-institucional – que foram *criadas as condições para a maturação* acadêmico-profissional do Serviço Social. Essas irão fluir e desenvolver-se no alvorecer da luta pela democratização da sociedade e do Estado, junto com o conjunto dos sujeitos coletivos que florescem no cenário social brasileiro. (Iamamoto, 2010, p.217, grifo da autor)

E, ainda, segundo a mesma autora:

Dessa maneira, não restou outro caminho - para uma dinamização de uma análise crítica do Serviço Social – senão o mergulho na pesquisa histórica, aliada a uma crítica teórica rigorosa do ideário profissional: um esforço de articulação entre *a crítica do conhecimento, a história e a profissão*, que passa a nortear o debate brasileiro no âmbito da tradição marxista. Sua relação com o legado do movimento de reconceituação foi de *continuidade e ruptura*, que se desdobrou na *superção da reconceituação*. A *linha de continuidade* manifestou-se na retomada de um *espírito essencialmente crítico* no trato com o conservadorismo profissional e no *resgate da inspiração marxista* para a *interpretação da sociedade e da profissão*. Aponta para a construção de um novo Serviço Social que contemple os interesses sociais daqueles que, criando a riqueza social, dela não se apropriam – o conjunto dos trabalhadores – no horizonte da ultrapassagem do próprio ordenamento capitalista. (Iamamoto, 2010, p.218, grifo do autor)

Esse processo de introdução de novos conceitos e postura diante da realidade social é questionado no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais realizado, nos dias 23 a 28 de setembro de 1979 (conhecido como Congresso da Virada), promovido pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais – CFAS, conhecido hoje como CFESS, que teve como tema “Serviço Social e Política Social”, enfocando as políticas de educação, assistência Social, habitação, menor, previdência social, saúde e trabalho. As contribuições desse Congresso para a profissão se desdobram na década seguinte, nas investidas de ruptura com uma postura profissional alienada e descomprometida com as forças sociais presentes na sociedade. Comprometimento com uma população excluída dos mínimos sociais e do direito de acesso às políticas públicas e à justiça social, conforme salientado anteriormente. Apresenta e discute a educação como uma das políticas sociais de inserção do assistente social.

Diante da constatação do esgotamento do governo militar, os movimentos sociais e políticos se fortalecem na luta por uma política social que realmente atenda os interesses de uma grande maioria de trabalhadores e cidadãos excluídos do atendimento das políticas sociais. Reivindicam esses movimentos o fim do regime militar e a eleição direta para presidente da República, explicitado pelo movimento denominado “Diretas Já” (Witiuk, 2004).

Nesta conjuntura, os assistentes sociais continuam sendo requisitados para atuarem nas escolas, como também se percebe o aumento nos diversos campos das outras políticas sociais, principalmente a partir da Constituição Federal de 1988. E é na década de 1990 que há um aumento expressivo da atuação dos assistentes sociais na educação, seja nos setores das secretarias de educação e assistência social, na elaboração de programas e projetos, como no próprio ambiente da escola. E há também aumento dos **projetos de leis**⁴¹ para a legitimação da atuação dos assistentes sociais nas escolas.

Assim, em 1985, após 21 anos de ditadura militar, assume a presidência da República um governo civil. O novo presidente Tancredo Neves, falece antes de sua posse, e quem assume é o seu vice José Sarney (do partido PDS, favorável a ditadura militar). Nesse momento começa uma dinâmica de avanços e retrocessos

⁴¹ A tese de Ilda Lopes Witiuk (2004) e o trabalho autor Ney Luiz Teixeira de Almeida (2005), resgatam os projetos de leis dos estados e a compreensão da atuação dos assistentes sociais nos referidos períodos dos projetos.

na organização do país. Com a Constituição Federal de 1988, que orienta o país para democracia, elevando as políticas sociais como direito do cidadão, recebe, ao mesmo tempo, as orientações neoliberais que se chocam com o que a Carta Magna apresenta, e contraria as reivindicações dos movimentos sociais que até então viram suas propostas presentes nos artigos da CF/88, mesmo que com elementos novos.

No campo da educação, vários programas⁴² foram criados para melhorar a escola pública e ampliar a qualificação dos professores e a universalização da educação básica para as crianças de 7 a 14 anos. Entretanto, a maioria dos programas propostos foi executada a partir da rede de base existente nas comunidades (creches, associações, clube de mães, igrejas, etc.), sem contratação de recursos humanos ou materiais, num verdadeiro sucateamento, com prevalência do privado e desrespeito às propostas dos educadores (Witiuk, 2004. p.113). Ou seja, nada mudou quanto ao que se previa. A política foi a mesma adotada no governo ditatorial.

No que se refere à luta pela inserção do serviço social no espaço da escola, no período da “Nova República” (1986 a 1990), o que se percebe é que há diminuição, pois nesse momento os assistentes sociais estão engajados em lutas coletivas, dentro dos diversos movimentos sociais (Movimento em Defesa da Escola Pública, Movimento em Defesa da Saúde Pública, etc.), que se fazem presentes com propostas junto à Assembleia Constituinte.

O período político brasileiro compreendido pelos anos de 1990 a 1994 é marcado pela presença de um novo governo, eleito através do voto popular em eleições diretas. Dentre as promessas de campanha, destacam-se a moralização da política, o fim da inflação, a redução do papel do Estado, a eliminação dos controles burocráticos da política econômica, a abertura da economia e o apoio às empresas brasileiras para se tornarem mais eficientes e competitivas perante a

⁴² Programa Educação para Todos (objetivo universalizar o ensino de 1º grau); Programa de Melhoria do ensino do 2º Grau (objetivo: melhorar e ampliar o ensino de 2º grau); Programa Ensino Supletivo e Programa Educação Formal (objetivo: redimensionar as modalidades supletiva e especial de ensino); Programa Nova Universidade (objetivo: estabelecer padrões mais elevados de desempenho acadêmico); Programa Desporto e Cidadania (objetivo: integrar a educação física e o desporto no processo educacional); Programa Novas Tecnologias Educacionais (utilizar recursos tecnológicos para fins educativos); Programa Descentralização e Participação (objetivo: redefinir as competências institucionais no exercício dos encargos públicos). A maioria dos programas não saiu do papel (Witiuk, 2004).

concorrência externa, ou seja, o novo presidente adotava a receita neoliberal para os países subdesenvolvidos.

Diante da situação de corrupção do governo de Fernando Collor de Mello e das elites, o então presidente é impedido (através do *impeachment*) de governar em dezembro de 1992 assume o seu vice, Itamar Franco, que governa nos anos de 1993 e 1994.

As questões éticas que envolviam as situações de corrupção e o não cumprimento da campanha realizada por Collor, apresentaram para os diversos movimentos sociais, uma discussão em torno do tema e mesmo para os assistentes sociais um debate marcante para a categoria profissional. As discussões e debates culminaram na aprovação do Novo Código de Ética Profissional (em vigência até hoje), em 1993. Esse Código de Ética destaca-se pela defesa de valores éticos fundamentais como: liberdade, defesa dos direitos humanos, consolidação da cidadania e da democracia, equidade e justiça social, eliminação dos preconceitos, garantia do pluralismo, opção por um projeto profissional comprometido com a construção de uma nova sociedade, compromisso com o aprimoramento intelectual e competência profissional, articulação com movimentos e categorias que defendem o mesmo projeto ético político e o compromisso com a luta geral dos trabalhadores.

No plano econômico, o Estado revê suas prioridades a partir do “Consenso de Washington”, e lança, em 1994, o Plano Real, visando diminuir a inflação, estabilizar a economia e levar o país ao retorno do crescimento (Witiuk, 2004, p.126). E ainda no campo das políticas sociais, destacam-se os seguintes programas, conforme relata a mesma autora:

O Plano de Combate à Fome e à Miséria – PCFM. Esse programa parte de um movimento já existente na sociedade liderado por Hebert de Souza, o Betinho⁴³, sendo encampado pelo governo Itamar Franco. No intuito de colocar o Plano de Combate à Fome e à Miséria em ação, foi criado ainda no mesmo ano o Conselho Nacional de Segurança Alimentar – CONSEA, constituído por nove ministros de Estado e 21 representantes da sociedade civil. O CONSEA é criado com o objetivo de buscar alternativas, formular propostas, implementar ações em busca de soluções para o problema da fome e da miséria.

⁴³ O movimento iniciado por Betinho em 1993 tinha como objetivo mobilizar e sensibilizar a sociedade para a necessidade de mudanças urgentes na estrutura econômica, política e social, no intuito de acabar com a exclusão social, fome e miséria. Esse movimento denominado de Ação pela Cidadania formou “Comitês de Combate à Fome e Miséria”, por todo o país, com a participação de diversos setores da sociedade que passaram a fazer pressão junto ao Estado para o estabelecimento de ações mais eficazes. Fonte: Vasconcelos (2004).

Ainda nesse período, chamam a atenção as denúncias com relação à irregularidades na elaboração do Orçamento da União, que levou à instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), a qual comprovou o envolvimento de ministros, de parlamentares e de altos funcionários num amplo esquema de manipulação do Orçamento, o que fortaleceu na sociedade a preocupação já existente com a ética na política. (Witiuk, 2004, p.126)

Com esses elementos o serviço social vai ganhando aporte teórico e histórico, redefinindo a sua ação profissional para a viabilização dos direitos sociais e busca atuar, não só na “ponta” das políticas públicas, como também na elaboração das mesmas, seus programas e projetos.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1994- 2002), com a aprovação da nova LDB/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação da Nacional, Lei nº 9.394/96, articulam-se interesses neoliberais e dos movimentos sociais ligados à educação. Novamente, avanços e retrocessos nos aportes legais da educação e para o serviço social, como salienta Witiuk (2004):

É possível verificar que após a aprovação da LDB de 1996, não aparecem mais os artigos 90 e 91 da LDB de 1961 referentes à assistência social escolar como argumentação na defesa dessas legislações. Tal mudança compõe o debate polarizado: afirmação de um avanço considerando que a inserção do profissional desloca a relação com o assistencial que pode inibir ações politizadoras das relações; afirmação do retrocesso considerando a não garantia da transversalidade da política de assistência social no âmbito da educação. (Witiuk, 2004, p.138-139)

Entretanto, a LDB de 1996 é um marco para a política educacional brasileira, no que diz respeito ao financiamento, descentralização das responsabilidades dos entes da federação. É na dinâmica dos avanços e retrocessos, que os Parâmetros Curriculares Nacionais⁴⁴, embora usados como referencial de “qualidade” para a educação do país, ainda contêm muitas propostas desencontradas, sem considerar de fato a realidade histórica de cada região e cidade, suas particularidades, desafios e possibilidades, e que pouco contribuem para o desenvolvimento da qualidade da educação oferecida. Avanços considerados na ampliação de vagas, estratégias para a frequência e permanência na escola não são indicadores que sustentam uma qualidade na oferta do serviço.

⁴⁴ Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o país em relação aos conteúdos. Configuram uma proposta flexível, a ser concretizada nas decisões regionais e locais sobre o currículo e sobre programas de transformação da realidade educacional, com vista a garantir o direito a diversidade regionais, culturais, religiosas, étnicas, políticas, tendo como meta o ideal de uma crescente igualdade de direitos entre os cidadãos (MEC, 1997).

Todavia, é importante considerar a educação como uma dimensão complexa e histórica da vida social, pois se compreende a política educacional como uma dada expressão das lutas sociais, em especial aquelas que aconteceram em torno da disputa pela hegemonia no campo da cultura e que não podem ser pensadas de forma desconexa da sua dinâmica particular com o mundo da produção (Almeida, 2003). A educação, dessa maneira, não deixou de ser um processo social vivenciado no âmbito da sociedade civil e protagonizado por diferentes sujeitos sociais, mas se transformou em uma das principais estratégias e áreas de atuação do Estado.

As lutas sociais pelo acesso à educação passaram a constituir importantes fenômenos da política, tornando-se parte do processo de legitimação do próprio Estado e do processo de conquistas sociais que levaram ao reconhecimento da educação como direito social e não apenas como uma questão relacionada à vida privada. A luta pela educação constituiu-se em uma das expressões da questão social exatamente por encerrar um processo de politização em torno do reconhecimento e do atendimento de certas necessidades que deixaram de pertencer exclusivamente à esfera da reprodução da vida privada, mas como uma dimensão da vida pública.

A educação pública brasileira, mesmo defendida pelos liberais no início do século XX, sempre foi considerada como uma estratégia para que as massas aderissem ao projeto de dominação política das elites, vinculando as necessidades do mundo do trabalho como forma de ampliação ao acesso da população à educação escolarizada. Ao invés de estar ligada aos consensos sociais em torno da dimensão de cidadania esteve muito mais condicionada às estratégias e dinâmica do mercado de trabalho (Almeida, 2005).

A política de educação no Brasil muito avançou no que diz respeito ao acesso, isso é visível, mas retrocedeu em qualidade. No início do século XXI, já no governo Lula (2002-2010) temos a ampliação do acesso à educação do ensino médio e superior através de diversos programas, tais como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) que visa à qualificação profissional e técnica vinculada ao ensino médio, o Programa Universidade para Todos (Prouni), o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) e a Universidade Aberta do Brasil (UAB). Essas iniciativas, no entanto, estão vinculadas à concessão de bolsas de estudos nas redes privadas de ensino.

Nesse período a educação básica não apresentou tanta expressividade. O acesso e permanência na escola se tornou um condicionante para grupos mais empobrecidos da população terem acesso a programas de transferência de renda como o Programa Bolsa Família. Alguns aspectos a serem considerados nesse período são o aumento da inclusão dos alunos com necessidades especiais nas turmas regulares de ensino fundamental, iniciativas de educação integral e o FUNDEB, por exemplo, mas que de fato não melhoram a qualidade na educação.

De acordo com a análise de Frigotto:

No plano das políticas educacionais, da educação básica à pós-graduação, resulta, paradoxalmente, que as concepções e práticas educacionais vigentes na década de 1990 definem dominantemente a primeira década do século XXI, afirmando as parcerias do público e privado, ampliando a dualidade estrutural da educação e penetrando, de forma ampla, mormente nas instituições educativas públicas, mas não só, e na educação básica, abrangendo desde o conteúdo do conhecimento até os métodos de sua produção ou socialização. (Frigotto, 2011, p.242)

Tendo em conta os elementos mencionados anteriormente, é importante para os assistentes sociais (e os demais profissionais do contexto educacional) considerar a educação como um aporte para a mudança da ordem social vigente, ao mesmo tempo em que é também utilizada pelo capital para a consolidação da sua manutenção. Segundo Almeida:

A educação, portanto, não deixou de ser um processo social vivenciado no âmbito da sociedade civil e protagonizado por diferentes sujeitos sociais, mas passou a ser também uma das principais e estratégicas áreas de atuação do Estado. As lutas sociais pelo acesso à educação passaram a constituir importantes fenômenos da política, tornando-se parte do processo de legitimação do próprio Estado e do processo de conquistas sociais que levaram ao reconhecimento da educação como direito social e não apenas como uma expressão de processos circunscritos à dinâmica da vida privada. A luta pela educação constituiu-se em uma das expressões da questão social exatamente por encerrar um processo de politização em torno do reconhecimento e do atendimento de certas necessidades que deixaram de pertencer exclusivamente à esfera da reprodução privada e ingressaram nas agendas da esfera pública. (Almeida, 2005, p.9)

Dessa forma, a educação se apresenta como instrumento social que possibilita a reprodução da ideologia dominante, mas também como expressão do desenvolvimento de uma ideologia contra a sua própria determinação na sociedade capitalista, fazendo emergir a constante relação contraditória do modo de produção capitalista.

Sendo assim, ao tratar a atuação dos assistentes sociais no campo da educação, é preciso evidenciar a centralidade da educação na dinâmica da vida social, compreender esta perspectiva é não reduzir a educação ao seu desenvolvimento nos processos produtivos capitalistas, mas sua participação nas estratégias no âmbito das disputas ideológicas e da esfera política (Almeida, 2007). As balizas que orientam os profissionais do serviço social possibilitam investigar as demandas apresentadas pelos sujeitos coletivos envolvidos na comunidade escolar para desvendar e/ou contribuir para a elaboração de programas e projetos para o enfrentamento das expressões da questão social que ali se manifestam, atingindo não só o momento em que os alunos estão no espaço escolar.

Considerar o ordenamento institucional das políticas sociais que são determinadas pela correlação de forças postas na sociedade, no confronto estabelecido pelas pessoas em classes sociais e posições sociais diferentes, a partir de seus projetos societários, expressando interesses diferenciados de adesão e condicionamento às racionalidades que tipificam a especialização e a divisão do trabalho coletivo, assim como os valores e modos de interpretação da realidade hegemônicos na sociedade, torna-se necessário para a compreensão desse processo. O que leva a inferir que o trabalho dos assistentes sociais é determinado, portanto, pela contraditória dinâmica institucional e complexa rede de operacionalização dos serviços no âmbito das políticas sociais, considerando-se as correlações de forças postas na conjuntura social.

Fundamental reconhecer a importância da educação como pressuposto para enfrentar os desafios no mundo do trabalho. Entretanto, não se pode reduzir o direito à educação – subjetivo e inalienável – à instrumentalidade da formação para o trabalho com um sentido economicista, apenas para atender as demandas do capital.

É nesse cenário que o profissional do serviço social hoje é chamado a atuar no contexto educacional. Assim, a inserção dos assistentes sociais deve visar, junto com os outros profissionais da educação, à fomentação da participação das famílias e da sociedade no processo de ensino, aprendizagem, a lutar por uma educação pública de qualidade, da socialização do conhecimento da realidade em que a escola está inserida, como também em seu contexto maior.

Com o reconhecimento de que a política educacional é uma das expressões das disputas protagonizadas pelos sujeitos sociais no campo da cultura, os assistentes sociais inseridos neste campo (mas não exclusivamente desses), são chamados a perceber a educação também como constituinte da dimensão da vida social.

Assim, a inserção dos assistentes sociais no campo educacional vai além da ampliação do campo da empregabilidade,

[...] deve ser considerada não apenas em termos da valorização da sua inserção nas unidades educacionais, mas do seu envolvimento com os processos sociais, em curso, voltados para a construção de uma nova hegemonia no campo da educação e da cultura, dos quais os educadores trazem significativos acúmulos e tradição, seja no campo do pensamento intelectual, seja nas ações profissionais e políticas.

Para uma categoria como a dos assistentes sociais esta adesão não representa algo novo, visto que sua aproximação às mais diferentes áreas de atuação do Estado, através das políticas sociais, tem contado com certo grau de participação e mobilização política nos processos coletivos e na esfera pública. A adesão às lutas e movimentos sociais em torno da erradicação do analfabetismo, de uma educação pública universal, gratuita e de qualidade, do acesso progressivo dos diversos segmentos sociais aos diferentes níveis de educação constitui expressão importante deste processo de valorização da dimensão educativa do trabalho do assistente social como inclusa nos processos de luta e organização social. (Almeida, 2005, p20)

Os profissionais que atuam no contexto da educação estão diante de uma relação antagônica que a educação integra, como instrumento de consolidação do capital e também como forma de emancipação humana, contrária à ordem social vigente, como apontado anteriormente. István Mészáros chama a atenção para o papel a ser cumprido pela educação:

Portanto, o papel da educação é soberano, tanto para a elaboração das estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a automudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente. (Mészáros, 2005, p.65)

Considerar a educação como política pública, dever do Estado e direito do cidadão, conforme determina a Constituição Federal do Brasil de 1988, é reafirmar cada vez mais a importância da educação na vida das pessoas e assegurada legalmente pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 1996. Cabe também aos profissionais atuantes nesta política o constante movimento contrário às forças que levam a educação a assumir e fortalecer o ideário neoliberal.

Conforme as resoluções do CFESS (2001), a contribuição do serviço social na educação consiste em identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que determinam os processos que mais atingem o campo educacional na contemporaneidade. Sua atuação tem como objetivo não só a identificação das problemáticas que atingem o processo de ensino e aprendizagem, bem como o acompanhamento e encaminhamento dos alunos e suas famílias para que as dificuldades, muitas vezes apresentadas como um problema do aluno, sejam reconhecidos, na sua origem, como expressões da questão social que emergem no contexto da educação.

A atuação do assistente social na educação não está restrita ao espaço escola, mas aos espaços em que à garantia do acesso à escolarização seja discutida, bem como a garantia da qualidade dos serviços. Assim, a atuação profissional:

[...] se ancora na perspectiva de uma educação que contribua para emancipação humana e que não prescinde, para tanto, da apropriação, pela classe trabalhadora, do acervo cultural, científico e tecnológico produzido pela humanidade. Assim como do desenvolvimento das capacidades intelectuais e manuais necessárias à construção de novas formas de produção, distribuição social da riqueza e sociabilidade, distintas daquelas que caracterizam a sociedade capitalista e que determinam o amplo processo de desumanização e de aprofundamento de todos os tipos de desigualdades e injustiças que vivenciamos nesse tempo de barbárie. (CFESS, 2012, p.45)

Dessa forma, o assistente social, neste campo, pode atuar com os sujeitos envolvidos nesta realidade, tendo a possibilidade de mobilizar um processo reflexivo que envolve a percepção da vida social, da vida dos alunos e suas famílias, da comunidade, a partir das condições sociais e históricas na qual estamos envolvidos e norteiam a sociedade, considerando a atuação de cada sujeito social neste mesmo contexto educacional para alcançar, já no seu interior, as mudanças frente ao atual projeto societário capitalista, mesmo ciente das limitações a que estão sujeitos os profissionais de serviço social neste cenário.

A inserção dos assistentes sociais no campo educacional vem se fortalecendo a partir da luta pela aprovação de leis que garantam legalmente esses profissionais nestes espaços, tais como projetos de lei que recomendam a presença de assistentes sociais e psicólogos no ensino básico, como o Projeto de Lei nº 60/2007, em tramitação na Câmara Federal, a Lei nº 12.101/2009, que trata da

obrigatoriedade das chamadas instituições educacionais filantrópicas de disponibilizarem bolsas de estudos aos estudantes que se encontrarem em fragilidade socioeconômica (tornando estes espaços importantes empregadores de assistentes sociais), além da Lei nº 12.677/2012, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos para profissionais da educação junto ao MEC, dos quais 589 são para assistentes sociais. Neste ponto, já estamos nos reportando governo Dilma Rousseff (iniciado em 2011).

A ampliação do campo sócio-ocupacional na área da educação para os assistentes sociais não é apenas a ampliação da empregabilidade, mas o reconhecimento de que os profissionais que historicamente atuam na escola, não suportam sozinhos responder às questões que fogem das suas atribuições e que são agravadas com as mudanças societárias que vêm acontecendo nas diversas dimensões da vida social. Estas respostas devem ser dadas pelo conjunto de vários profissionais atuantes na esfera da educação, em seus diversos níveis e modalidades, para o enfrentamento das expressões da questão social que se apresentam no campo da educação escolarizada.

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010), já referido, direcionou suas ações no campo da educação básica, a partir de programas, estabelecendo parcerias com os municípios e com as escolas diretamente e com outras instituições tais como: Organização Não Governamental (ONG), Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), forma de gerenciamento já iniciada anteriormente (governo FHC - 1994-2002), mas que expande a partir desse período. Os programas implementados tinham corte assistencial e compensatório, tendo como público alvo as parcelas mais empobrecidas da sociedade, com grande destaque para o Programa Bolsa Família, outros vinculados à educação, Brasil Alfabetizado, Prouni, Projovem Trabalhador e Urbano, por exemplo, ampliaram de fato o ingresso da população mais empobrecida à educação escolarizada nos seus diversos níveis e modalidades.

O governo Dilma, iniciado em 2011, dá continuidade aos programas implantados no governo Lula e amplia seus objetivos através do Programa Pátria Educadora, que se pauta em quatro eixos: a organização da cooperação federativa na educação; a reorientação do currículo e da maneira de ensinar e de aprender; a qualificação de diretores e de professores e o aproveitamento de novas tecnologias (Brasil, 2015). Entretanto, esse programa apresenta uma lógica meritocrática

empresarial, com foco na análise verbal e raciocínio lógico, limitação dos currículos à competências a testes padronizados, entre outros aspectos que merecem uma reflexão aprofundada, mas que não é objeto desta dissertação.

Considerando a ofensiva neoliberal para as políticas sociais, a educação se torna cada vez mais se torna instrumento para a consolidação desse ideário, que na relação tensa e contraditória dos sujeitos sociais envolvidos nesse campo (Estado, sociedade civil, mercado e a própria educação), que a educação procura manifestar o seu caráter de emancipação para os cidadãos que nela se insere, diante dos avanços, retrocesso e desafios que a envolve.

Conforme já abordado, as novas configurações no mundo do trabalho e seus rebatimentos na vida do trabalhador precarizam o fazer profissional, mutilando, muitas vezes, as ações e suas possibilidades nos espaços educacionais.

Neste sentido, fica a pergunta: a inserção e atuação dos assistentes sociais no Núcleo de Apoio Psicopedagógico de Educação Municipal contribuem para a resolução ou buscas de estratégias para responder às demandas das crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem no contexto escolar da rede pública de ensino no município de Itaboraí? É o que abordarei no próximo capítulo.

4

O Serviço Social na Política de educação básica no Município de Itaboraí/RJ

4.1.

Considerações sobre o Napem Nancilândia

Itaboraí, cidade histórica⁴⁵ do Estado do Rio de Janeiro, localizada na região metropolitana, é o resultado da união de três importantes vilas do passado colonial e imperial do Brasil: Santo Antônio de Sá, São João de Itaboraí e São José Del Rey. A maior delas, a Vila de Santo Antônio de Sá (1567), segunda formação do Rio de Janeiro no recôncavo da Guanabara. A Vila de São João de Itaboraí, inicialmente uma parada de tropeiros, que mais tarde se tornaria o maior produtor açucareiro da região e principal entreposto comercial ligando o norte fluminense à capital da província; e a Vila de São José Del Rey (conhecida como São Barnabé, ou Itambi), cuja região fora uma importante missão jesuítica entre os índios Maromomis e Tamoios que por aqui habitavam.

A cidade de Itaboraí se insere na história do Brasil pela sua movimentação econômica, pela apreciação da família real dos vários espetáculos teatrais realizados pelo teatrólogo João Caetano, que hoje dá nome ao teatro da cidade.

No século XX, depois de um período de declínio do escoamento da produção agrícola da região, houve a substituição dos transportes fluviais pelas estradas de ferro, o que dá alento aos industriais das cerâmicas e olarias, atraindo para a região novos moradores. A partir da década de 1920, surge uma nova economia agrícola, a laranja, perdurando até a década de 1980. Cabe ressaltar que Itaboraí se tornou o maior produtor dessa cultura no Rio de Janeiro, e o segundo no Brasil, chegando a ser conhecida como “Terra da Laranja”. Já a arte em cerâmica esteve sempre presente na cultura e na economia do município, sendo encontrados registros entre os índios, e nos próprios engenhos, que possuíam pequenas olarias para confecção em argila dos invólucros para transporte de

⁴⁵ A referida apresentação do histórico da cidade de Itaboraí é uma elaboração sucinta do livro: *Patrimônio cultural no leste fluminense: histórias e memória de Itaboraí*. REZNIK, Luís. Rio Bonito Cachoeiras de Macacu, Guapimirim e Tanguá. Rio de Janeiro: Uerj; Petrobras, 2013.

açúcar, cuja tradição se perpetuou pelo século XX, ampliada pela indústria ceramista, primeiramente com a chegada de novos colonos portugueses entre 1897 e 1912 e na chegada de novas tecnologias na década de 1940, mecanizando a produção.

Após experimentar um período de destaque na produção de laranja durante boa parte do século XX, Itaboraí vê-se mais uma vez numa situação de declínio, pois as terras já não mais produzem frutos de boa qualidade. A indústria ceramista, antes aquecida, não buscou novas tecnologias que fossem mais eficazes, ou menos poluentes, perdendo mercado para outras regiões e estados do Brasil. Porém, ao contrário da laranja, a produção cerâmica não se extinguiu, mas, de grande empregador em meados do século XX, resume-se hoje a umas poucas unidades, sendo que algumas buscaram se aprimorar nos últimos anos.

Fato marcante para a cidade foi a construção da ponte Rio-Niterói (1969-1974) que acelerou o processo de urbanização da cidade. Entretanto o crescimento urbano se deu de maneira desordenada e sem infraestrutura. Boa parte de sua população encontra-se empregada na capital, na região metropolitana e em alguns municípios da Baixada Fluminense. Contudo, vivemos uma inversão econômica com novos empreendimentos, transformando Itaboraí de cidade satélite (quando da implantação da primeira estação terrena da Embratel, no Brasil, em Tanguá - na época 5º distrito do município), ou dormitório, numa cidade polo industrial para, pelo menos 12 municípios circunvizinhos, constituindo uma nova geografia socioeconômica na região.

Atualmente o município de Itaboraí é constituído por oito distritos: Itaboraí, Porto das Caixas, Itambi, Sambaetiba, Visconde de Itaboraí, Cabuçu, Manilha e Pacheco, conforme demonstra o mapa a seguir:

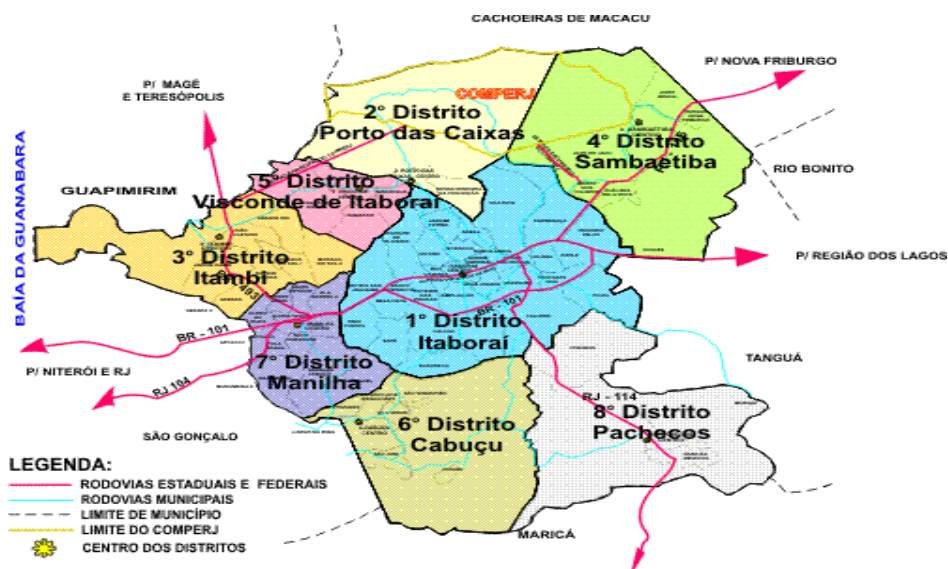


Figura 1- Mapa da cidade de Itaboraí/RJ
 Fonte: <<http://itaborainews.brinkster.net>>

A cidade tem um território de 430.374 km² e, em 2006, já anunciada como cidade sede do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), quando começa a receber os investimentos do empreendimento. Embora instalado em Itaboraí, o Comperj traz consequências para pelo menos 11 municípios fluminenses. Após o anúncio do empreendimento, eles se reuniram no Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense (Conleste), integrando Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, Rio Bonito, São Gonçalo, Silva Jardim e Tanguá. E, recentemente, agregou mais quatro cidades também impactadas em menor grau: Araruama, Nova Friburgo, Saquarema e Teresópolis.

Conforme descrito no Plano Municipal de Educação de Itaboraí (2008), Itaboraí foi escolhida para ser sede do Comperj por uma escolha técnica, por estar localizada em uma área de confluência de rodovias de acesso, tanto para o norte quanto para o sul.

Com o anúncio do empreendimento na região, Itaboraí recebeu muitas pessoas vinda de outras regiões do Brasil na esperança de melhores condições de vida, atraídas pelas ofertas de emprego, e mesmo de empresas que aqui se instalaram e trouxeram seus trabalhadores. Esse fator altera as características da cidade, que possuía muitos elementos ainda rurais e que, hoje, convive com grande concentração de pessoas sem infraestrutura o suficiente para a demanda

desta nova população, além da especulação imobiliária e das várias construções de prédios comerciais.

Em 2010 a população era de 218.090 (já com a influência do Comperj), e em 2013 era de 225.618 (IBGE, junho 2013). Para 2014, a estimativa é de 227.168 de pessoas (IBGE, 1º de junho de 2014).

Outros elementos são identificados como consequência da construção do Comperj, tais como: o aumento do desemprego na cidade contraditório ao próprio empreendimento, uma vez que a maioria dos trabalhadores não é da cidade de Itaboraí, aumento da prostituição infanto-juvenil, tráfico e uso de drogas, adolescentes em conflitos com a lei. Realidade esta que impulsiona o poder público municipal a implementar ações, programas e projetos para o enfrentamento destas questões, que se apresentam em grande escala no município.

O empreendimento do Comperj requer profissionais qualificados. Entretanto, o município ainda não dispõe de tais profissionais para atuarem nestas novas frentes de trabalho. Houve um aumento da disponibilização de vagas para a escolarização de jovens e adultos nas modalidades de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e dos cursos do Projovem Urbano e Trabalhador.

A cidade de Itaboraí vive uma nova realidade, e que se modificou em pouco tempo. O aumento da população e muitos de seus moradores vindos de outras regiões do país, a especulação imobiliária, e mesmo a movimentação para qualificação para o mercado de trabalho faz com que o próprio discurso da educação municipal leve em consideração os elementos anteriormente mencionados.

É nesse contexto que a educação básica do município de Itaboraí se desenvolve. São atualmente 86 escolas municipais, 19 creches municipais (integral/parcial), 17 escolas estaduais e 2 faculdades privadas. Cabe destacar a Clínica-Escola que atende crianças e adolescentes com características de autismo⁴⁶

⁴⁶ A partir do DSM-5 - Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais 5ª edição, elaborado pela Associação Americana de Psiquiatria para definir como é feito o diagnóstico de transtornos mentais, todos os distúrbios do autismo, incluindo o transtorno autista, transtorno desintegrativo da infância, transtorno generalizado do desenvolvimento não-especificado (PDD-NOS) e Síndrome de Asperger, fundiram-se em um único diagnóstico chamado Transtornos do Espectro Autista – TEA. O TEA pode ser associado com deficiência intelectual, dificuldades de coordenação motora e de atenção e, às vezes, as pessoas com autismo têm problemas de saúde física, tais como sono e distúrbios gastrointestinais e podem apresentar outras condições como síndrome de déficit de atenção e hiperatividade, dislexia ou dispraxia. Na adolescência podem desenvolver ansiedade e depressão. Fonte: <<http://autismoerealidade.org>>. Acesso em 10 jun. 2015.

(inaugurada no ano de 2014), tão logo a síndrome é identificada a criança passa a frequentar até estar apta a iniciar a escolarização regular e, concomitante a ela, participar do atendimento na Clínica-Escola.

Em relação às crianças que apresentam alguma necessidade especial, essas são inseridas, normalmente, nas turmas regulares, apenas caso muitos específicos são encaminhados para o Instituto Benjamim Constant (na cidade do Rio de Janeiro). Algumas escolas contam com a presença de professores que dominam a Linguagem Brasileira de Sinais, desta forma os alunos com essa necessidade é encaminhado para tal escola.

Na educação básica do município são desenvolvidos os programas Projovem Urbano, com 300 vagas distribuídas em cinco unidades de ensino, uma parceria do governo Federal com a prefeitura, além do Projovem Trabalhador que dispõe de 2045 vagas em curso profissionalizantes. Das escolas municipais, 60 desenvolve o projeto Mais Educação. Os cursos dos Pronatec são oferecidos no município de São Gonçalo com 60 vagas para Itaboraí, distribuídas nos cursos de almoxarife, soldador e operador de computador. Podemos observar que a quantidade de vaga dos programas referidos não atende a demanda de estudantes do município de Itaboraí.

Um dado sobre a educação superior no município, é que a Prefeitura vai subsidiar curso de Pós-graduação para 200 professores da rede (mediante processo seletivo) para os cursos de Educação Infantil e Pedagogia na Faculdade Cenecista de Itaboraí.

Cabe ressaltar que nos últimos quatro anos vários curso profissionalizantes surgiram na cidade voltados para o mercado de trabalho aludido pelo Comperj, mas muitos não concluíram as cargas horárias estipuladas devido ao fechamento pelo fato da população não conseguir terminar o curso por falta de recursos financeiros.

É nesse contexto que os assistentes sociais que atuam na política de educação no município de Itaboraí, desenvolvem o trabalho nos Núcleos de Apoio Psicopedagógico de Ensino Municipal (Napem), ao se depararem com as demandas que as crianças e adolescentes apresentam tais como os problemas de aprendizagem, encontram muitas vezes sua origem, a questões relacionados a atual conjuntura da cidade e na própria ordem societária do capital.

O Napem surge no ano de 2006, mas seu reconhecimento só se deu no ano de 2014, com o Decreto nº 02 de 2 de janeiro daquele ano. Portanto, o Napem surge como uma alternativa para as respostas às demandas dos professores em como atender/trabalhar os problemas/dificuldades das crianças que ultrapassam o espaço da sala de aula. A necessidade de uma equipe técnica foi assim desenvolvida, e passou a atender no bairro de Nancilância as crianças e adolescentes que apresentavam problemas/dificuldades de aprendizagem, os quais não foram solucionados nas escolas após o trabalho pedagógico das mesmas. No mesmo ano de 2006 foram criados mais dois polos, de forma a atender toda rede municipal de ensino: Napem “Reta”, situado no bairro Vila Progresso e o Napem Manilha, situado no bairro de Manilha.

Assim, as crianças são encaminhadas para avaliação pela equipe técnica do Napem e direcionadas para o atendimento pertinente à dificuldade. Inicialmente sem a presença do assistente social no equipamento. A inserção deste profissional se deu a partir de 2008.

As crianças e adolescentes que são atendidos nos Napem(s) contam com apoio na identificação dos reais problemas de aprendizagem, a partir de uma abordagem com vários profissionais. Após a avaliação, são encaminhados para atividades, orientações e acompanhamentos específicos, dentro, ou fora do setor. Neste sentido, vale ressaltar o que Pereira (2014) apresenta quando há a ação de diversas especialidades:

A multidisciplinariedade refere-se ao conjunto de disciplinas ou de ramos de especialidade de saberes que se agregam em torno de um tema, uma problemática ou um objetivo comum, mas não se interpenetram. Um agrupamento intencional de conhecimentos, profissões, pesquisas, recursos, sem necessariamente requerer um trabalho de equipe e coordenado. (Pereira, 2014, p.31)

Dessa forma, o trabalho realizado requer mais que um acréscimo de informações das especialidades profissionais. É necessário um trabalho que contemple a interdisciplinaridade⁴⁷ e a intersetorialidade⁴⁸ no atendimento às crianças e as famílias. Ou seja, de uma ação que considere a relação dos saberes na sua interdependência, procurando realizar a unidade, mesmo com as

⁴⁷ Sobre os conceitos de interdisciplinaridade e a intersetorialidade, ver artigo de Pereira (2014).

⁴⁸ Termo que pode ser entendido como instrumento de otimização de saberes; competências e relações sinérgicas, em prol de um objetivo comum; e prática social compartilhada (Pereira, 2014).

contraposições inerentes de cada saber, mas na sua reciprocidade na busca de respostas para um objetivo comum (Pereira, 2014). Outro elemento importante na atuação dos profissionais dos Napem(s) é a articulação intersetorial, com o objetivo de um atendimento de qualidade e com resultados satisfatórios, o que depende da atuação dos demais setores responsáveis pelas políticas sociais, tais como saúde, habitação, empregos, assistência social, ter as suas necessidades atendidas nos diversos setores, pois só a educação não tem todas as respostas, o que se apresenta como desafio para o município de Itaboraí.

Não só no que se refere ao atendimento das crianças e adolescentes nos Napem(s), mas à relação de trabalho dos próprios profissionais ali inseridos, que são objeto de interesse para esta pesquisa, pois, como foram anteriormente abordadas, as mudanças no mundo do trabalho também rebatem nos Napem(s). Isso porque a inserção desses profissionais, na sua maioria, se dá através de contratos comissionados temporários, o que interfere no trabalho dos mesmos, uma vez que há a rotatividade de profissionais, além da disparidade salarial e da carga horária diferenciada. Esses elementos interferem na continuidade sistemática das ações, no próprio desempenho do profissional, que muitas, vezes, para aumentar a sua renda, tem mais de um vínculo de emprego, além do pouco investimento que a própria política no qual está inserido recebe.

Nesta realidade, cabe ressaltar que mesmo que a Secretaria de Educação e Cultura do município de Itaboraí reconheça a importância dos assistentes sociais na educação, sua atuação se dá fora das escolas, ou seja, nos Napem(s), mesmo para os assistentes sociais que percebem este espaço como uma conquista, ele ainda não alcança um contingente maior das expressões da questão social nas escolas, mas ao atendimento de famílias específicas, com crianças e adolescentes com problemas de aprendizagem. Não que estes não mereçam um atendimento específico e qualificado, mas um grande contingente de famílias que precisam de atendimento não fica contemplado em razão da focalização da política empreendida.

No último concurso para a Secretaria de Educação e Cultura, realizado em 2011, não havia vagas para os assistentes sociais, o que me fez questionar: até quando este profissional terá a sua garantia legal de atuação nesta esfera de política pública no município de Itaboraí? Enquanto não houver o aporte legal, este profissional ficará sujeito a uma atuação fora do espaço da escola?

As mudanças no mundo do trabalho são sentidas por todos os trabalhadores, e para os assistentes sociais não é diferente. Além de terem as relações de trabalho fragilizadas, o seu cotidiano profissional também sofre influência dessas mesmas mudanças. Isso me leva a refletir: de que forma o trabalho dos assistentes sociais, com todas as implicações das mudanças societárias, contribuem para o enfrentamento das dificuldades de aprendizagem apresentadas pelas crianças e adolescentes da rede municipal de ensino da cidade de Itaboraí?

Para este estudo, tomei como campo empírico de pesquisa o Napem Nancilândia, pelo fato de atender o maior quantitativo de escolas municipais da cidade (aproximadamente 44 escolas). Conforme visto, Nancilândia é um bairro que se situa no centro de Itaboraí, o que permite o acesso de muitos alunos para o acompanhamento.

O trabalho dos assistentes sociais no Napem Nancilândia é desenvolvido desde o ano de 2008, quando a necessidade destes profissionais foi percebida pelos outros profissionais que atuavam no setor e identificaram que as dificuldades de aprendizagem iam além das questões pedagógicas ou patológicas. A partir de então, os assistentes sociais foram convocados para compor a equipe multidisciplinar dos Napem(s).

A atuação dos assistentes sociais não se dá no ambiente escolar, mas em um polo que procurar atender uma determinada quantidade de escolas, tendo como critério de distribuição as que apresentam melhor acesso para cada Napem no âmbito do município. Assim, os alunos são recebidos no polo mediante trabalho realizado nas escolas, com as crianças e adolescentes que apresentam problemas ou dificuldades de aprendizagem. As escolas intensificam o trabalho com esses alunos no próprio ambiente escolar, a partir de atendimento personalizado, conversa com os responsáveis e atividades na sala de recurso⁴⁹ (nem todas as escolas possuem esta sala). No momento em que se esgotam as possibilidades do trabalho com as crianças na escola e o resultado ainda não foi obtido satisfatoriamente, os alunos são encaminhados para uma avaliação multiprofissional no Napem, a fim de que outra ação seja desenvolvida para responder as demandas apresentadas pela respectiva escola e relatadas pelos professores.

⁴⁹ Sala que dispõe de vários jogos e livros onde são desenvolvidas atividades psicopedagógicas para trabalhar algumas dificuldades de aprendizagem.

Os relatórios sobre as crianças são enviados para o Napem no final de cada semestre, de maneira que as informações contidas nesse instrumento possam ser apropriadas pelos profissionais e agendados os atendimentos e a elaboração dos planos de ação para o semestre seguinte. As abordagens são feitas em conjunto, num primeiro momento, a partir das leituras das justificativas dos professores ao encaminhar os alunos para os atendimentos nos Napem(s). Em seguida, é feita uma agenda dos atendimentos com as crianças e responsáveis, mediante contato telefônico, de forma que os assistentes sociais atendem os responsáveis e os demais profissionais atendem os alunos. Na reunião semanal são cruzadas as informações e elaborados os planos de atendimentos das crianças e responsáveis. As crianças e adolescentes só iniciam os atendimentos mediante a assinatura do termo de consentimento e responsabilidade pelos responsáveis.

Durante os atendimentos os alunos precisam estar acompanhados de um responsável. Se, porventura, não for a mesma pessoa que assinou o termo de responsabilidade, isso deve ser previamente anunciado. A presença de um responsável durante o atendimento tem como objetivo fortalecer o compromisso das famílias em todo o processo do acompanhamento, propiciando o contato direto com os responsáveis dos alunos e a equipe multidisciplinar, estreitar os laços de cooperação entre o Napem e família, além dos alunos serem acompanhados por um responsável durante o trajeto casa-Napem e Napem-casa. Outro elemento contido no termo de responsabilidade é a comunicação sobre as faltas dos alunos, pois o aluno será desligado automaticamente do acompanhamento após três faltas consecutivas sem justificativa.

Neste polo de atendimento são ofertados cursos de artesanato para os responsáveis que aguardam o atendimento das crianças e adolescentes. Uma vez que o atendimento é semanal, isso facilita a participação nos cursos ofertados. Entretanto, não é uma obrigatoriedade, mas boa parte dos responsáveis participa, desenvolvem as habilidades e alguns já confeccionam peças em casa e as vendem. Este curso é ofertado pela Secretaria de Educação e Cultura e todo o material é gratuito.

Como apresentado anteriormente, a equipe do Napem é composta por múltiplos profissionais: dois assistentes sociais, cinco psicólogos, três fonoaudiólogas, um fisioterapeuta, duas psicopedagogas, uma coordenadora do pólo, três auxiliares administrativos, uma auxiliar de serviços gerais, uma

monitora de oficinas de artesanato e uma recepcionista, com um total de 20 profissionais envolvidos nas atividades do Núcleo. O espaço físico é composto por cinco salas para atendimentos, uma sala para a oficina de artesanato, três banheiros, recepção, almoxarifado, uma sala da administração/coordenação, uma área coberta (usada para reuniões, festas e que serve também de espaço para os responsáveis aguardarem os atendimentos aos alunos).

O atendimento com as crianças e adolescentes são realizados em pequenos grupos de quatro a cinco crianças, com dificuldades semelhantes, com duração de 50 minutos. Só em casos especiais as abordagens são realizadas individualmente. O polo funciona de segunda-feira a sexta-feira, das 08h00min às 17h00min, e oferece lanche após os atendimentos. Durante o ano são realizadas reuniões, festas e atividades recreativas como parte do atendimento desenvolvido, fortalecendo a avaliação do plano de trabalho para liberar os alunos do atendimento o mais breve possível. Durante essas atividades os profissionais observam a interação e o desenvolvimento dos alunos, os avanços das respostas dos atendimentos sobre as dificuldades apresentadas pelas crianças e adolescentes e, após avaliação em equipe, classificam os elementos obtidos para contribuir com a liberação dos alunos nos acompanhamentos no Napem.

As escolas de origem dos alunos recebem um relatório sobre as crianças e adolescentes que são liberados dos atendimentos. O relatório apresenta dados sobre superação de dificuldades e elementos que precisam ser acompanhados pela escola, reforçando o trabalho realizado no Napem, para que não haja regressão de resultados.

No final de cada semestre é agendado um momento específico para as escolas, denominado “Portas Abertas”, onde o Napem fica à disposição das escolas para socializar os trabalhos desenvolvidos com os alunos, trocar experiências, tirar dúvidas e propor alguns reforços que as escolas podem desenvolver com esses alunos no cotidiano da sala de aula.

O levantamento feito sobre os atendimentos realizados no ano de 2014 apresentou como maior dificuldade das crianças e adolescentes questões relacionadas a transtornos comportamentais. Dos 253 alunos atendidos, 176 apresentavam um conjunto de características de transtorno do comportamento (69%), tais como transtorno opositor, desafiador, além do déficit de atenção. Os outros alunos foram classificados com déficit de atenção/hiperatividade

(classificação usada pela equipe do Napem), agressividade, problemas de visão e audição reduzidas, como mostra o gráfico 1, a seguir.

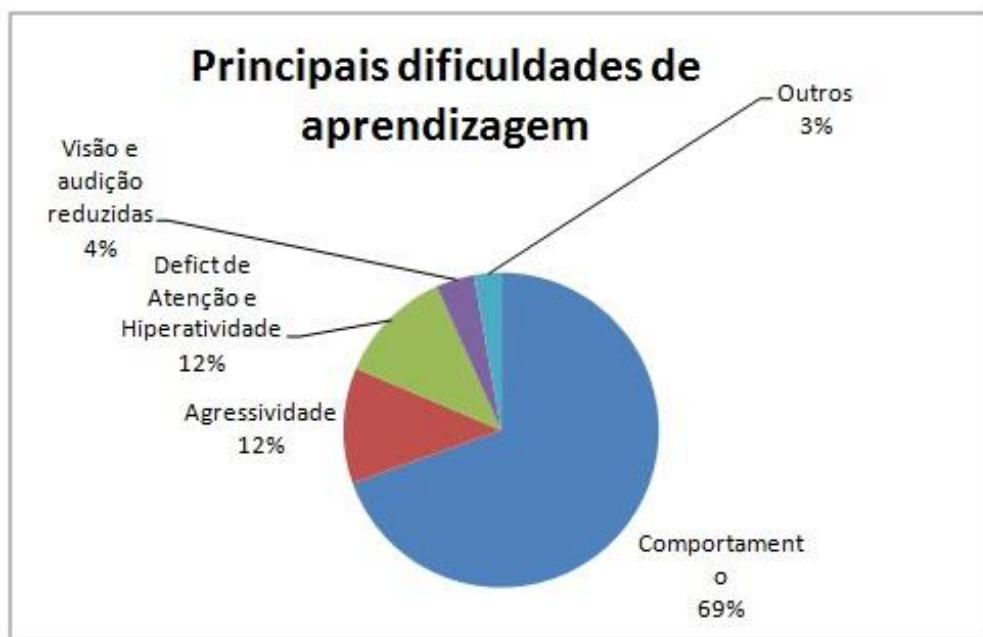


Gráfico 1- Principais dificuldades de aprendizagem apresentadas – 2014.
Fonte: Documentos e relatórios do Napem Nancilândia.

Para os objetivos desta dissertação não cabe analisar os transtornos comportamentais, mas a sua relação na dinâmica da família e da escola. Para os assistentes sociais, o entendimento dessas manifestações é importante para melhor intervir nos casos específicos, uma vez que o atendimento será com a família. O atendimento é separado, mas a intervenção é articulada com outros profissionais. Por exemplo, nos casos de agressividade, muitas vezes estão relacionadas a questões da situação de risco social que as famílias vivenciam, ao tráfico de drogas, à violência nas suas diversas manifestações, aos conflitos familiares, às situações de pobreza/miséria e desemprego.

Desvendar essas expressões da questão social no atendimento às famílias permite uma atuação mais eficiente quanto a um encaminhamento para acessar direitos na previdência social, a benefícios sociais e à questão da segurança, que muitas vezes envolve a violência doméstica entre os familiares e a violência contra a própria criança. Amalgamada a esses elementos, pode-se falar na ausência da responsabilidade das famílias na condução da educação dos filhos. Quanto à responsabilização da família, encontra-se na compreensão da dificuldade

do filho e organização das relações familiares para possibilitar mudanças de atitudes e resolução dos problemas.

Essas informações iniciais sobre o trabalho do Napem nos permite situar melhor o trabalho dos assistentes sociais no polo. Conforme apresentado anteriormente, o trabalho dos assistentes sociais parte do trabalho com as famílias dos alunos, no contato com as escolas e na articulação com as demais políticas públicas, objetivando o atendimento da família vinculado à demanda dos alunos.

4.2.

O trabalho dos assistentes sociais no Napem Nancilândia

Os assistentes que trabalham no Napem estão vinculados à Secretaria de Educação e Cultura do município de Itaboraí, mas todos são cargos comissionados, onde os contratos de trabalho são renovados anualmente, com direito a férias remuneradas, 13º salário e recolhimento para o INSS. A carga horária de trabalho é de 20 horas semanais. Os demais profissionais são admitidos a partir de concurso público, contratos temporários e/ou cargos comissionados com carga horária diferenciada. Assim, no Napem há uma diversidade de contratos de trabalho.

Dos três assistentes sociais entrevistados, um é formado há seis anos e os outros dois profissionais há dois anos. Todos trabalham há aproximadamente dois anos no polo, o que coincide com a atual administração municipal. Ressalto que um dos assistentes sociais entrevistados se desligou da Secretaria de Educação, o que explica a presença de apenas dois profissionais desta categoria no quadro de funcionários descrito anteriormente.

Essa diversidade de contratos de trabalho em um único espaço sócio-ocupacional reafirma as mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho. As várias formas de contratos trabalhistas favorecem a competitividade e a desconstrução de uma representação coletiva (Franco, 2011) e, ainda, de acordo com Antunes e Pochmann (2007), quando apresentam essas características permitem às instituições desempregarem sem penalidades.

As mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho, a partir do fenômeno da acumulação flexível, implica em níveis altos de desemprego, que se tornam cada vez mais longos, deixando de ser uma situação temporária, proporcionando, assim, a aceitação dos trabalhadores às diferentes formas de contratação, baixos salários e condições precárias de trabalho. Frente à volatilidade do mercado que impõe regimes e contratos de trabalho mais flexíveis (Ianni, 1994 e Druk, 2013), a classe trabalhadora não vê alternativa, a não ser aceitar tais condições de trabalho, o que implica também na fragmentação da organização da luta pelo direito ao trabalho protegido e da não percepção da ideologia de que a diversidade de contratos de trabalho e a precarização das relações de trabalho são elementos de uma realidade natural e imutável, contribuindo para a resignação do trabalhador para tais condições de trabalho.

A inserção do trabalhador através de cargo comissionado é outro elemento de insegurança para a sua permanência no espaço sócio-ocupacional. Se a inserção do trabalhador depende das forças políticas de determinados atores que o indicaram naquele momento, sua permanência fica atrelada a essa realidade e incide diretamente na não participação desse trabalhador na luta por melhores condições de trabalho e na ideologia política que defende ou precisaria defender para contribuir para a garantia de direitos da população que atende. Pois a luta da classe trabalhadora incide diretamente nas questões da garantia dos direitos historicamente conquistados.

Portanto, a organização dos trabalhadores é constantemente desmobilizada, desvalorizada e esvaziada, fruto da ofensiva neoliberal sobre o trabalho, contribuindo para a vulgarização da ideia de que essas formas de inserção no mercado de trabalho são naturais.

Tais prerrogativas permitem ao capital avançar mais facilmente no seu processo de ofensiva contra os trabalhadores, por meio da reestruturação produtiva, na inflexão do Estado na garantia dos direitos sociais através das políticas públicas, proporcionando, assim, a hegemonia do capital financeiro (Montaño e Duriguetto, 2011, p. 220). É nesse contexto conflituoso e complexo que os assistentes sociais se inserem no Napem, com contratos de trabalho para cargos comissionados, o que torna tais contratos temporários, estando sua permanência a depender da conjuntura política.

Sobre **as atividades realizadas pelo assistente social no Napem**, obtive as seguintes respostas: possibilidades de esclarecimentos sobre os direitos dos indivíduos e família; entrevistas com os responsáveis pelos alunos; encaminhamentos e articulação com outras políticas públicas, principalmente saúde, previdência e assistência social; reunião com os responsáveis; relatórios sociais; visitas domiciliares e institucionais. Estas atividades são bastante comuns na atuação dos assistentes sociais nos diversos campos sócio-ocupacionais, mas apresentam complexidade variada de acordo com a realidade nas quais se inserem.

Conforme salienta o CEFSS (2011), a abordagem junto à família do aluno é importante e necessária, pois é por esta ação que se identificam as expressões da questão social no interior desta família, seu enfrentamento no âmbito restrito em articulação com as demais políticas sociais e a comunidade. Contudo, esta modalidade de intervenção não deve se constituir como única forma de atuação, mas parte de um conjunto de ações no seu campo profissional.

Nesta abordagem junto à família, a atuação do profissional deve estar fundamentada na garantia da plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das demandas apresentadas; respeitar as decisões desses usuários, tendo como princípio a ampliação e consolidação da cidadania desta família, com vistas à garantia de direitos sociais, conforme o Código de Ética da Profissão (2008).

As atividades destacadas pelos profissionais apresentam a dimensão socioeducativa da profissão, que se expressa a partir da socialização das informações e a relação entre profissional e usuário. Essa dimensão interfere diretamente na vida das famílias, no momento em que cria condições para a reflexão, as quais podem despertar uma consciência crítica sobre a realidade social que é posta, proporcionar o acesso aos direitos violados e os que ainda não foram garantidos, projetando uma mudança da realidade destas famílias (Miotto, 2009). A dimensão socioeducativa da profissão está vinculada ao aporte teórico e metodológico profissional em consonância com o projeto ético-político atual, considerando a dinâmica social em que o campo de atuação está inserido.

Um aspecto que deve ser observado no desenvolvimento das ações é uma tendência à identificação com a política de assistência social⁵⁰, pois a atuação

⁵⁰Essa tendência pode ser interpretada como o trabalho da assistência social dentro da política de educação. Mesmo que vários aspectos que compõem o exercício profissional sejam os mesmos em

profissional nesse espaço sócio-ocupacional considera o conhecimento dos aportes legais em que a política de educação está fundamentada e a particularidade do campo de atuação deve ser um dos princípios norteadores das ações. Pois a atuação dos assistentes sociais deve inserir-se no conjunto dos trabalhadores da política de educação (Almeida, 2005, p.18), e não como profissional de apoio, mas parte do trabalho coletivo desenvolvido por diversos profissionais especializados para atuarem no campo educacional, como estratégia para o enfrentamento das diversas demandas que este campo apresenta (Almeida, 2005, p.18).

A inserção do assistente social na política de educação está ligada, também, à socialização do conhecimento no campo das políticas sociais, dos direitos sociais e humanos, nos aportes legais dessas políticas e sua articulação com as demais (CFESS, 2013, p.53), o que se torna elemento importante para a justificação desses profissionais no conjunto dos trabalhadores da política de educação.

O desenvolvimento dessas atividades está situado na trajetória sócio histórica da profissão, que se constitui como tal no momento histórico em que os dominantes da sociedade (Estado e empresariado) começam a intervir na relação capital *versus* trabalho, ou seja, nas expressões da questão social, de forma contínua e sistemática, sobretudo através das políticas sociais (Iamamoto e Carvalho, 2008; Netto, 2007), que visam produzir mudanças no cotidiano das pessoas, famílias e grupos atendidos pelo serviço social. Pois a dimensão interventiva da profissão é embasada nas competências ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa. A partir das análises de Iamamoto (2010), são elementos que vão direcionar a prática profissional que está vinculada ao projeto ético da profissão, que se volta para a ampliação e consolidação da cidadania, com vistas à garantia dos direitos sociais, civis e políticos da classe trabalhadora, conforme o Código de Ética Profissional (2008).

Dessa forma, a competência ético-política da profissão é compreendida como posicionamento político frente às questões que são apresentadas, tendo o assistente social clareza da direção social de sua prática para os usuários

qualquer espaço sócio-ocupacional, a sua direção será tomada com base na política em que está inserido e suas relações de contradição com as instituições contratantes.

atendidos, diante das relações de poder e de forças sociais da sociedade capitalista e suas particularidades no espaço de atuação profissional.

Outra competência analisada por Iamamoto é a teórica-metodológica, a partir da fundamentação teórica (principalmente apontados depois do movimento de reconceitualização da profissão) e de uma metodologia que permitam enxergar para além da realidade aparente. Buscando, assim, compreender a lógica da dinâmica societária para a construção de possibilidades de atuação profissional.

E, por último, a competência técnico-operativa, que implica no conhecimento e apropriação de um conjunto de habilidades que permitam desenvolver ações junto à população usuária dos serviços e às instituições contratantes, capazes de qualificar os serviços prestados, mediante a consciência crítica da realidade na qual está inserido o profissional. No Napem, ocorre, por exemplo, com as entrevistas, os relatórios sociais, as reuniões com as famílias o acompanhamento dos encaminhamentos, as reflexões com os usuários sobre as possibilidades de uma organização da vida familiar, incentivo à integração família e escola, a viabilização do acesso a outras políticas sociais. Ações que contribuem para a superação das demandas apresentadas pelas famílias.

Dessa forma, as atividades desenvolvidas pelo serviço social devem prescindir da articulação entre instrumento usado e objetivo da ação, para que a intervenção utilizada ganhe efetividade na vida do usuário, não apenas como respostas imediatas para a sua demanda, mas a médio e longo prazo. Por isso as competências profissionais desempenharão os saberes e habilidades necessários e também a busca de novos saberes para a intervenção nas diferentes demandas e suas especificidades, articulada à dinâmica da sociedade e suas particularidades no espaço ocupacional, permitindo a escolha do melhor instrumental que responda a demanda da população usuária.

Assim, diante da realidade dinâmica e complexa em que o serviço social se insere, **muitos são os desafios e alguns deles foram levantados pelos assistentes sociais do Napem**, tais como: a pauperização da maior parte das famílias dos alunos, o não acesso dessas as outras políticas públicas, a articulação com as demais políticas e também a dificuldade de articulação com algumas escolas.

O primeiro desafio apresentado pelos assistentes sociais não é uma característica própria das famílias dos alunos do Napem, mas se constitui como

um fenômeno da condição de intensa exploração do trabalhador, característica fundamental no capitalismo atual.

A situação de pobreza, ora evidenciada pelos assistentes sociais do Napem, revela que esse fenômeno é o mesmo em toda sociedade brasileira, com as especificidades de cada cidade. Antes, entendendo pobreza não como um dado natural, mas como expressão direta das relações sociais, que decorre de um quadro de extrema desigualdade, marcada pela concentração de renda (Yazbek, 2012). Segundo a mesma autora, as marcas do andamento do capitalismo contemporâneo vão deixando suas impressões sobre as populações mais empobrecidas:

O aviltamento do trabalho, o desemprego, os empregados de modo precário e intermitente, os que se tornaram não empregáveis e supérfluos, a debilidade da saúde, o desconforto da moradia precária e insalubre, a alimentação insuficiente, a fome, a fadiga, a ignorância, a resignação, a revolta, a tensão e o medo são sinais que muitas vezes anunciam os limites da condição de vida dos excluídos e subalternizados na sociedade.

Sinais que expressam também o quanto a sociedade pode tolerar a pobreza e banalizá-la e, sobretudo, a profunda incompatibilidade entre os ajustes estruturais da economia à nova ordem capitalista internacional e os investimentos sociais do Estado brasileiro. (Yazbek, 2012, p.3)

Essas marcas também recebem influências na cidade de Itaboraí, com a implantação do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj), em 2006. A cidade passou a ganhar, então, visibilidade no contexto estadual pelo empreendimento, como também pela criminalidade, uso e tráfico de drogas, prostituição juvenil e desemprego. Indicadores contraditórios ao aumento do emprego na cidade nos últimos anos. A empregabilidade, muito relacionada às empresas que se instalaram no município, mas que trouxeram seus trabalhadores com qualificações específicas, as quais os trabalhadores itaboraienses ainda não dominavam.

Entretanto, na primeira fase de implantação do empreendimento, boa parte da população foi empregada nos quadros de funcionários dos serviços de terraplanagem e auxiliares da construção civil. Empregos esses que duraram aproximadamente três anos. Depois disso, houve a necessidade de pessoal qualificado que o município ainda não dispunha. O Comperj ainda se configura no município como uma incógnita diante dos vários processos de corrupção, de

desvio de dinheiro das empresas ligadas a Petrobras que prestavam serviços em Itaboraí e da própria Petrobras em relação ao empreendimento, conforme anunciado diuturnamente pela grande mídia. Isso corroborou para a paralização quase total das obras no município no ano de 2014, o que trouxe sérios impactos para a classe trabalhadora local, aumentando ainda mais a pauperização das famílias já empobrecidas e mais vulneráveis à insegurança da própria existência.

Retomando a situação de pobreza das famílias atendidas no Napem, é necessário para os profissionais considerarem que a pobreza é um fenômeno que deve ser analisado para além das questões de recorte de renda⁵¹. Embora a renda se configure como elemento essencial para a identificação da pobreza, o acesso a bens, recursos e serviços sociais, ao lado de outros meios complementares de sobrevivência, precisa ser considerado para definir situações de pobreza.

Assim, esses elementos vêm se intensificando nos últimos anos e essa realidade perpassa a vida das famílias da cidade de Itaboraí e, conseqüentemente, das crianças que são atendidas no Napem, acrescida de outros aspectos como a falta de infraestrutura da cidade, do desemprego, equipamentos públicos precarizados e do acesso parcial às políticas públicas.

Nessa perspectiva, os impactos do neoliberalismo para as políticas públicas revelam a tendência à regressão dos direitos sociais, impulsionando o desenvolvimento de ações seletivas, focalizadoras, aos seguimentos mais empobrecidos da classe trabalhadora. Desta forma, afasta a possibilidade de fortalecimento do que é público e que deve estar à disposição de todos, e pressupõe a universalidade das políticas sociais (Almeida, 2014, p.235),

⁵¹ Do ponto de vista conceitual, as abordagens sobre a pobreza podem ser construídas de diversas formas: 1) a partir de diferentes fundamentos teórico-metodológicos: positivistas (funcionalistas, estruturalistas) marxistas; 2) do ponto de vista do desenvolvimento histórico social e político da sociedade capitalista: do Estado liberal (prevalência do mercado) ao Estado social (diretos sociais); 3) do ponto de vista da definição de indicadores, as medidas da pobreza podem ser monetárias, quando utilizam a renda como principal determinante da linha de pobreza e podem recorrer a indicadores multidimensionais, que incluem atributos não monetários para definir a pobreza, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o índice de Gini. Esses indicadores multidimensionais incluem aspectos que afetam o bem-estar dos indivíduos e a não satisfação de suas necessidades básicas. Consideram como essencial para definir a condição de pobreza o acesso a alguns bens, de modo que sem esses os “cidadãos” não são capazes de usufruir uma vida minimamente digna. Incluem: água potável, rede de esgoto, coleta de lixo, acesso ao transporte coletivo, educação, saúde e moradia. O caráter multidimensional da pobreza leva à necessidade de indicadores que tenham uma correspondente abordagem multidimensional e que levem em consideração como o indivíduo percebe sua situação social (Yazbek, 2014).

entretanto, se preserva a manutenção residual de políticas para o enfrentamento da pobreza.

Essas ações de enfrentamento da pobreza são parte do projeto neoliberal que necessita de consumidores. Então, elaborar políticas de transferência de renda possibilita o mínimo de consumo, o que se integra à ordem do capitalismo contemporâneo.

Esses aspectos levantados manifestam as dificuldades das políticas sociais como um todo para dar respostas para as suas demandas específicas e se articularem entre si, mesmo com os aportes legais e contornos que as políticas públicas vêm ganhando nos últimos vinte anos, no aspecto da descentralização das ações, que se refere à responsabilização de cada ente da federação, na relação do Estado e sociedade civil e a instância do controle social (Alencar e Almeida, 2011, p.73).

A interface com outras políticas ainda é um desafio na atuação profissional, não só do assistente social, como para o conjunto dos profissionais em geral. Como foi colocado pelo assistente social “b”:

Quando solicitamos um atendimento, orientação para uma família ou retorno de encaminhamento já realizado para outra secretaria, não obtivemos resposta ou qualquer justificativa.

A articulação entre as políticas marca uma tendência que, na verdade, deve ser um pressuposto para o alcance dos objetivos das ações das políticas públicas, visto que as expressões da questão social atingem o indivíduo como um todo, mas o enfrentamento das expressões da questão social se dá de maneira fragmentada e setorial. Este enfrentamento está pautado na elaboração histórica de respostas do Estado frente à questão social, impulsionada pela luta dos trabalhadores, para minimizar as consequências contraditórias da relação capital *versus* trabalho, garantindo o mínimo de consumo da classe trabalhadora e a manutenção da acumulação do capital (Alencar e Almeida, 2011, p.63).

Na presente exposição, no que diz respeito à dificuldade da articulação de uma rede de serviços, apresenta-se, ao mesmo tempo, a dificuldade de articulação entre os vários setores de uma única política nas esferas do planejamento, financiamento e execução, e desta com as demais políticas públicas.

No município de Itaboraí podem ser observadas várias ações das políticas isoladamente. Considerando os vários investimentos que vêm sendo realizados nas políticas públicas da cidade, o nível da articulação entre si, quase se restringe às exigências das condicionalidades⁵² do Programa Bolsa Família, não interpretadas como menos importantes, mas com poucas ações efetivas para o enfrentamento das questões que lhes são peculiares. Este programa permite, de fato, que crianças e adolescentes de famílias empobrecidas melhorem suas condições de permanência na escola e suas possibilidades de acesso a bens fundamentais (Lessa, 2013, p.15). Entretanto, essa prerrogativa precisa ser aperfeiçoada e os profissionais de serviços social envolvidos devem destacar em suas ações que somente a permanência não garante o desenvolvimento das potencialidades dos alunos e a melhoria das escolas. O desafio é muito maior: é ir além, partindo da articulação com outras políticas sociais (Lessa, 2013).

A interface, também denominada como intersectorialidade, ainda não é um conceito fechado pelos autores que se debruçam sobre o tema, mas algumas aproximações podem ser elucidadas para a sua compreensão:

- a) A Intersectorialidade como complementos de setores que se voltam para atendimento das necessidades da população numa perspectiva de totalidade, não eliminando, porém, a singularidade das diferentes políticas e setores;
- b) A Intersectorialidade como construção de práticas intersectoriais, originando um novo espaço a partir de problemas concretos e conduzindo à aprendizagem na abordagem de atendimentos conjuntos dos problemas da população;
- c) Intersectorialidade como princípio de trabalhos em rede intersectoriais para ações conjuntas. (Schutz; Miotto, 2010 apud Silva, 2014, p.168)

Com efeito, considerar a intersectorialidade na educação é ter como base o reconhecimento de que os problemas estruturais que afetam as famílias repercutem diretamente nas condições de aprendizagem das crianças e adolescentes, o que aumenta a responsabilidade da escola diante da vulnerabilidade social das famílias de seus alunos.

⁵² As condicionalidades do Programa Bolsa Família são os compromissos da família com a educação e saúde para receberem os benefícios financeiros, tais como: matrícula em estabelecimento de ensino regular das crianças e adolescentes de seis a quatorze anos, frequência escolar mínima de 85%, para as gestantes e nutrízes a inscrição e acompanhamento do pré-natal, manter atualizados os cartões de vacinas das crianças e o acompanhamento nutricional e desenvolvimento.

Nesta mesma exposição, outro aspecto se vincula: a focalização emergencial dos atendimentos das políticas públicas. Este aspecto se relaciona a uma conjuntura ampliada das políticas sociais no mundo e suas particularidades brasileiras. As políticas sociais são constantemente redirecionadas para fins de manter a hegemonia do capital, para isso a sua desregulamentação, focalização e seletividade são aparatos importantes para esta ordem. As conquistas dos movimentos sociais no campo das políticas públicas, no Brasil, se tornam direito reconhecido na Constituição Federal de 1988, e diante da ofensiva neoliberal se manifestam como obstáculos para a manutenção da ordem societária capitalista.

Desse modo, as políticas públicas, ao mesmo tempo em que são necessárias para a reprodução do modo de produção capitalista, na contenção das expressões da questão social, por outro lado, vêm diminuindo a sua dimensão de direito conquistado, garantido nos aportes legais da legislação vigente, quando estas são repassadas para instituições privadas a partir das privatizações, das parcerias com o “terceiro setor” e mesmo os poucos investimentos que essas recebem dos diversos entes da federação configuram um desmonte das políticas sociais, situando suas ações nas questões emergenciais no combate à pobreza (Duriguetto e Montaña, 2011, p.209), conforme orientações de mecanismos internacionais como o Banco Mundial e o Consenso de Washington, por exemplo.

Como as ações das políticas sociais se voltam para o atendimento à pobreza, os programas de transferência de renda ganham destaques neste seguimento, em especial na política de assistência social, com programas de transferência de renda mínima, condicionada ao acesso à educação e saúde, em especial o Programa Bolsa Família (PBF)⁵³, criado pela Lei 10.836/04, e que tem como objetivo a transferência de recursos financeiros às famílias pobres ou em extrema pobreza. Entretanto, esses programas não alteram a real situação da ordem social capitalista, mas mantém sua reprodução no incentivo ao consumo dos mínimos necessários para a sobrevivência humana, ao mesmo tempo em que cerceiam os conflitos existentes na relação *versus* capital trabalho.

⁵³Não é objeto desta pesquisa analisar o alcance desse Programa nas suas potencialidades, que devem ser consideradas. Vários estudos apontam resultados consideráveis sobre a implementação, acompanhamento e articulação do PBF com outras políticas no acesso das famílias a outras políticas sociais e sua reprodução social. Ao mesmo tempo em que, também, são analisadas as fragilidades deste Programa.

Outro desafio apresentado é a própria articulação com as escolas. As falas das assistentes sociais entrevistadas ilustram este aspecto:

Algumas escolas não continuam as orientações sugeridas pelo Napem. Por isso, muitos alunos são novamente encaminhados para o Napem. (assistente social “a”)

Muitas escolas não participam do “Portas Abertas”. (assistente social “c”)

A participação das escolas é importante para o conjunto das ações realizadas em prol das crianças e famílias. O espaço que o Napem dispõe para a socialização das informações e mesmo dos funcionários (“Portas Abertas”) é comunicado com antecedência para que as escolas possam se organizar e participar. Mas o que se tem observado é o esvaziamento em relação ao número de escolas atendidas.

Nos últimos dois anos o Napem tem conseguido realizar mais visitas nas escolas, principalmente através do serviço social. Entretanto, o retorno das escolas em participar do acompanhamento dos alunos ainda é um desafio, acompanhamento esse que pressupõe uma articulação direta entre Napem-escola e escola-Napem. Pois o Napem se constitui como espaço de extensão da escola, espaço esse solicitado pela própria escola. Por isso a necessidade da constante interlocução com os diversos profissionais do Napem e não apenas do assistente social. Mesmo considerando que há desafios específicos no espaço restrito do ambiente escolar.

Todavia, sabemos que a escola está assoberbada de tarefas diante da precariedade de outras políticas, assumindo um papel quase messiânico, de trazer soluções para necessidades diversas, deixando em lugar secundário para a sua função de promover conhecimentos científicos, históricos, da linguagem, matemático, do campo da cultura, etc., de desenvolver seu papel reflexivo e socializador do conhecimento e da sociabilidade (Lessa, 2013). Se tornando, assim, espaço de improvisação e emergencialismos, onde as possibilidades de aprendizagem efetiva estão fragilizadas (Arroyo, 2001 apud Lessa, 2013).

Esses elementos impulsionam a escola a buscar alternativas diferentes das formatadas pela própria política, em relação aos problemas de aprendizagem. O Napem é exemplo disso, pois se tornou realidade no município de Itaboraí com o objetivo de contribuir com as demandas apresentadas do interior das salas de aula.

Essa situação nos revela outra realidade: como a escola se prepara para trabalhar os problemas de aprendizagem dos alunos? E a formação dos professores, contempla essa realidade? Quais são as estratégias adotadas com os alunos que ainda não foram atendidos no Napem? Esses e outros possíveis questionamentos merecem um desdobramento maior, o que, no escopo desta dissertação, não será possível realizar.

Sobre os **fatores que possibilitam o trabalho do assistente social no Napem**, os profissionais apresentaram os seguintes elementos: melhorias no espaço físico, conquista de uma sala para o profissional de serviço social, articulação com as escolas e autonomia profissional.

Nessa perspectiva, considerar as condições de trabalho é considerar qualidade no serviço ofertado. Como relatado pelos profissionais, a estrutura física do equipamento melhorou nos últimos anos, com aquisição de novos materiais para a equipe trabalhar com os alunos, a possibilidade de agendamento de veículo para realização de visitas domiciliares e institucionais. E, ainda, uma sala para o atendimento do serviço social. Espaço esse que permitiu a garantia do sigilo profissional, que é um elemento que interfere diretamente na relação do profissional com os usuários, como espaços para a reflexão de uma realidade microsocial, restrita, com as particularidades próprias das famílias, facilitando a articulação das situações apresentadas com as determinações da realidade macrosocial.

Outro fator apresentado como possibilidade de atuação foi a articulação com as escolas, ao mesmo tempo em que este elemento é considerado uma dificuldade na realidade do trabalho. A referida articulação possibilita traçar planos e metas para o acompanhamento dos alunos no cotidiano da sala de aula junto à equipe pedagógica e professores que trabalham diretamente com os alunos. Aqui a articulação está voltada para setores da própria política de educação, ou seja, Napem, escolas e Secretaria de Educação. Entendendo essa articulação como forma de ação intersetorial que estabelece uma proposta de intervenção em conjunto de setores distintos de uma mesma política. Ação essa que envolve um jogo de interesse e poderes, mas que é possível à medida que os atores participantes, conscientemente, percebam sua importância em prol de um interesse público (Pereira, 2014).

Essa articulação buscar responder a questão da educação escolarizada, não só dos alunos, mas dos membros das famílias, inserindo-os e acompanhando-os em outras modalidades da educação (ensino médio, educação de jovens e adultos, Projovem Urbano e Projovem Trabalhador, Clínica-Escola para Autistas, etc.).

A articulação com outras políticas públicas, pouco mencionadas como possibilidade, restringe-se ao campo da saúde e previdência social. Ações são desenvolvidas em conjunto apenas com situações muito específicas, como patologias que interferem diretamente no processo de ensino-aprendizagem (visão, audição, retardo mental) e de questões ligadas à aposentadoria e pensão, a partir de marcações de consultas médicas dentro e fora da cidade, acesso a medicações especiais e cirurgias, concessão de benefícios eventuais, processos de aposentadoria e pensão, etc.

A intersectorialidade ainda não é uma realidade concreta no município e suas iniciativas ainda são tímidas, ou se manifestam dentro de uma mesma política. Entretanto, considerar essa ação referente ao reconhecimento de uma organização da ação governamental com base no paradigma intersectorial não extingue as responsabilidades dos setores específicos:

Ao contrário, o sucesso da proposta depende de uma boa performance interna de cada área que assim consegue identificar suas fragilidades e lacunas para o enfrentamento matricial dos problemas complexos que se apresentam e que exige a parceria com outros setores para o seu enfrentamento que se apresentam. (Andrade, 2006; Campos, 2003, apud Monnerat, Souza e Almeida, 2014, p.49)

Portanto, a organização do trabalho intersectorial, que já se apresenta como determinante nos marcos legais das políticas públicas brasileiras no enfrentamento de questões concretas, o que supõe vontade e decisão e tem como ponto de partida o respeito à diversidade e às particularidades de cada setor ou participante. Dessa forma, envolve a estruturação de elementos de gestão que materializem princípios e diretrizes, a criação de espaços comunicativos, a capacidade de negociação e também trabalhar os conflitos para que finalmente se possa chegar, com maior potência, às ações (Yasbek, 2014).

Sobre a autonomia apresentada por ambos profissionais, esta deve ser entendida como uma autonomia relativa, o que, segundo Iamamoto (2010), é uma característica típica de uma profissão liberal, regulamentada nos estatutos legais e éticos que contribuem para a independência da profissão na condução de seu

trabalho junto a indivíduos, famílias e grupos sociais. Portanto, é importante considerar que essa autonomia é tensionada pela determinação enquanto trabalhador assalariado, ou seja, da relação de compra e venda da força de trabalho. De forma que esse profissional ao participar de uma jornada de trabalho, das determinações para o trabalhador, sua autonomia se manifesta na condução do exercício profissional, mas não detém os meios de produção para a realização desse processo, por isso a autonomia ser relativa.

Esse aspecto é reforçado pelos assistentes sociais entrevistados:

A diretora do Napem e a Secretaria de Educação não enviam determinações para a minha prática profissional. (assistente social “a”)

Tenho autonomia para atuar e escolher as melhores formas. (assistente social “b”)

Entretanto, a autonomia que o profissional dispõe pode ultrapassar as determinações do espaço ocupacional, a partir das variáveis das demandas apresentadas, da diversidade que envolve cada sujeito e a coletividade, as ações vão ganhando novos contornos e formatos além dos instrumentais já consagrados (entrevista, relatório sociais, dinâmica de grupo, reuniões, encaminhamentos, visitas, etc.).

Ainda no que se refere à autonomia profissional do assistente social, é importante ressaltar que essa dimensão está em conformidade com os princípios éticos que norteiam o exercício profissional, para que não sirva de interesses pessoais ou da instituição empregadora, passível de fiscalização à medida que defende os direitos da coletividade manifestada através do compromisso com os usuários.

Sobre as determinações para o trabalhador que incidem sobre a sua autonomia, **como são percebidas as exigências das jornadas de trabalho, ritmo, resultados no trabalho do assistente social no Napem?** Eis o que responderam os assistentes sociais entrevistados.

Finalizar logo o acompanhamento para atender mais alunos, pois a fila de espera pelo atendimento é grande. (assistente social “a”)

Preocupação em finalizar o acompanhamento. Assim podemos atender mais alunos. (assistente social “c”)

Os assistentes sociais relataram que há certa pressão quanto à liberação dos alunos atendidos. Essa sutil “pressão” é para o grupo de profissionais e não exclusivamente para o serviço social, pois, finalizando os atendimentos, mais alunos podem ser inseridos no polo. Mesmo com a programação dos atendimentos para se iniciarem em cada semestre, novos alunos podem ser inseridos.

Essa questão se articula com as exigências do trabalhador em realizar um máximo de tarefas em pouco tempo, o que não significa diminuição da carga horária, mas produzir mais no mesmo tempo estabelecido, ou seja, é a intensificação do trabalho.

Um fator apresentado como exigência da própria condição de sobrevivência, não diretamente do Napem, mas da condição de trabalhador assalariado, foi a complementação da renda com outro trabalho. Essa colocação confirma o que apresentamos no primeiro capítulo, a partir da reflexão sobre as mudanças no mundo do trabalho. Diante de tais mudanças, o trabalhador precisa transitar em vínculos de trabalhos para garantir a sua sobrevivência, situação essa que pode comprometer a qualidade dos serviços prestados.

Outro elemento destacado é a constante necessidade de qualificação sobre os problemas de aprendizagem para favorecer as intervenções junto à família. Colocando para o serviço social necessidade de conhecimento no âmbito da Pedagogia. Elemento este que entra em choque com as barreiras próprias do conhecimento e da atuação específicas de cada profissional. O que não significa recusa ao conhecimento que agrega valor para a prática profissional, mas o fato deste ser um condicionante para a atuação.

Essas exigências são apresentadas de forma sutil, ou seja, através do volume de encaminhamentos recebidos das escolas que, ao solicitarem o acompanhamento, clamam por um número maior de alunos atendidos. Essa sutileza, ora apresentada pela equipe de trabalho, ora advinda das orientações da Secretaria de Educação e Cultura, convivem com limitação do número de atendimentos possíveis em cada semestre. Essa qualificação perpassa pela articulação e troca de saberes pela equipe.

Sobre **as exigências apresentadas pelo mundo do trabalho no Napem**, obtive as respostas dadas pelos assistentes sociais.

Realiza curso de Libras, mas é um desejo pessoal e não uma exigência diretamente do Napem. (assistente social “a”)

Devemos respeitar o ritmo dos alunos. Às vezes, a família precisa de mais tempo no Napem do que seus filhos. Não dá para finalizar o acompanhamento em cinco meses. (assistente social “b”)

Busco formação continuada. É importante, não só para o trabalho do Napem como para a minha vida profissional. (assistente social “b”)

É preciso respeitar o tempo do aluno. Não dá para finalizar logo o acompanhamento. (assistente social “c”)

Tentamos cumprir os planos de acompanhamento que duram aproximadamente cinco meses. (assistente social “c”)

Os profissionais relataram que, para tais exigências, devem prevalecer os planos de atendimentos que priorizam o acompanhamento de cinco meses, mas alguns alunos finalizam o acompanhamento antes, dependendo da evolução nos atendimentos. Todavia, alguns alunos permanecem em acompanhamento durante todo o ano letivo. O acompanhamento em cinco meses corresponde ao período do semestre letivo das escolas municipais. Em relação à qualificação sobre os problemas de aprendizagem, informam que se dá através da troca de saberes entre os profissionais que atuam no Napem.

Entretanto, essas exigências e respostas vão além do trabalho desenvolvido no Napem. Elas estão postas para o profissional de serviço social, o qual está inserido no conjunto dos trabalhadores coletivos. Pois as mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho estabelecem maior exposição das atividades econômicas nacionais à competição externa, ao mesmo tempo em que estimula a incorporação de novos paradigmas tecnológicos e de gestão que elevam os padrões de produtividade e rentabilidade (Iamamoto, 2010, p.115). Essa dinâmica favorece o fenômeno do desemprego em escala mundial e a sua intensa precarização, pautada no domínio do capital financeiro, no compromisso assumido pelas elites dominantes em baixar as taxas de inflação e não com o emprego e a produção (Iamamoto, 2010, p.116).

Portanto, a crescente demanda por serviços por parte da população, mediante o aumento de sua pauperização, a escassez de recursos das instituições prestadoras de serviços sociais públicos e a inviabilização de programas de trabalho, falência de alguns serviços nas diversas políticas públicas, se apresentam

para o serviço social como um desafio para o trabalho dos assistentes sociais. De forma que todos esses elementos são produzidos a partir das novas configurações que o capitalismo apresenta na atualidade.

Para os assistentes sociais, decifrar os determinantes e as múltiplas expressões da questão social em uma sociedade contraditória, em que os aportes jurídicos para os cidadãos são iguais, mas convivem com as desigualdades sociais e de classe (Iamamoto, 2010), e cabe, ainda, a esses profissionais identificar as formas de resistência e estratégias de sobrevivência das famílias diante de tal configuração societária.

Importante salientar que é nessa dinâmica, tensa e contraditória, que se gestam possibilidades de efetivar, ampliar e universalizar os direitos sociais, inerentes à condição de cidadão. Para tanto, torna-se necessário um profissional capaz de desvendar os fenômenos para além da aparência, criar e recriar respostas para as demandas além das apresentadas como alternativas únicas das políticas sociais, participar dos processos de gestão, financiamento, execução e avaliação dessas políticas e da articulação com as diversas instituições (públicas e privadas) para a garantia e efetivação dos direitos do cidadão.

Neste contexto, o assistente social é convidado a ter uma consciência crítica sobre a realidade em que atua e sua relativa interferência na formulação/implementação de critérios técnico-sociais que regem o acesso dos usuários aos serviços prestados pelas instituições empregadoras. E, ainda, comprometido com a atualização permanente em sintonia com a realidade atual. E, ainda, que seja pesquisador, investindo na formação intelectual e cultural e no acompanhamento da conjuntura social para extrair possíveis propostas de intervenção (Iamamoto, 2010, p.145).

Considerando as reflexões até aqui expostas, o trabalho dos assistentes sociais, independente do espaço ocupacional, não é o responsável direto pelas mudanças que se almeja no âmbito da sociedade capitalista. Sua importância está na contribuição como parte do conjunto dos trabalhadores que apresentam possibilidades no exercício profissional em criar estratégias, para além das formatadas pela instituição empregadora, de forma a responder às demandas que lhes são apresentadas, mesmo com os desafios que são postos para a construção de uma sociedade com mais justiça social, equidade e universalização dos direitos.

Trazendo a reflexão para o campo da educação, cabe a este profissional considerar que, a política de educação resulta de formas historicamente determinadas de enfrentamento das contradições que particularizam a sociedade capitalista pelas classes sociais e pelo Estado, e conformam ações institucionalizadas em resposta ao acirramento da questão social (CFESS, 2013).

Dessa forma, a trajetória da política educacional no Brasil, conforme vista no terceiro capítulo desta dissertação, evidencia como as desigualdades sociais são reproduzidas e integradas nos processos das relações sociais. Pois o significado estratégico da política educacional, do ponto de vista das requisições do capital, em sua essência não se alterou:

Tendo em vista que ainda cumpre funções importantes nos processos de produção de consensos em tempos de crise de capital e de necessidade de recomposição das taxas de acumulação, particularmente em decorrência dos aportes conceituais, diagnósticos e investimentos capitaneados pelos organismos multilaterais, pelas conferências mundiais sobre educação e pela transposição da pedagogia empresarial para o campo educacional. Mas se reveste hoje, sob a marca das inversões que são necessárias à reprodução do sistema metabólico do capital, em um processo de ampliação das formas de acesso e permanência em diferentes níveis e modalidades educacionais (CFESS, 2013, p.20).

Portanto, a inserção dos assistentes sociais no campo da educação deve se expressar como uma das estratégias de enfrentamento desta realidade, na medida em que represente uma lógica mais ampla de organização do trabalho coletivo na esfera da política educacional, seja no interior das suas unidades educacionais, das suas unidades gerenciais ou em articulação com outras políticas setoriais (Almeida, 2005, p.18) Além da sua participação e estímulo a outros sujeitos sociais (comunidade escolar, famílias, instituições, etc.) para participarem dos espaços de lutas pela garantia de uma educação pública e de qualidade. Considerando sua interlocução nos processos de democratização das decisões institucionais e da qualidade dos serviços ofertados pela escola e da política de educação na sua totalidade.

No caso do Napem estudado para esta dissertação, a inserção dos assistentes sociais se configura como agente articulador entre família e instituição, ou seja, é no trabalho com a família, de maneira mais direta, que o profissional procura contribuir com a resolução das demandas apresentadas pelos alunos, ao mesmo tempo em que desenvolve estratégias junto com a família para o

enfrentamento das questões que lhe são próprias, além da articulação (ainda que bastante limitada) com outros setores da política de educação e de outras políticas sociais.

A inserção dos assistentes sociais na política de educação básica na cidade de Itaboraí se fundamenta no Decreto nº 02/2008 (que criou o Napem), bem como nas questões que envolvem o universo escolar na garantia do acesso e permanência dos alunos na escola. Pode ser também pensada como potencialmente importante na organização dos trabalhadores da educação por estratégias de efetivação da educação escolarizada para além da socialização e construção do conhecimento. O serviço social, nesse sentido, com seu aporte teórico e metodológico no campo das políticas públicas, pode ajudar a fortalecer a luta dos trabalhadores da educação ao buscar dar respostas às antigas e novas demandas no contexto educacional e a garantia da educação como direito social, humano, de qualidade, gratuito e laico.

Nesse ponto, é preciso registrar outra dimensão que necessita de aprofundamento no trabalho dos assistentes sociais no Napem: a ampliação do horizonte político-pedagógico das abordagens realizadas, com o intuito de estabelecer vínculos mais concretos com os conhecimentos e ações coletivas produzidas nas instâncias de controle social, nos fóruns vinculados às demais políticas públicas e na consolidação da esfera pública, na gestão democrática da escola e da própria política de educação.

Sendo assim, o trabalho do assistente social no Napem é um dos elos da corrente do trabalho que é desenvolvido com as crianças e adolescentes das escolas municipais da cidade de Itaboraí, um todo compartilhado, onde o resultado é fruto do trabalho coletivo. Pois todos os desafios e possibilidades apresentadas sobre o trabalho no Napem dizem respeito ao conjunto dos trabalhadores nesse polo. Considerando as especificidades de cada profissional, o trabalho se articula para atender a demanda dos alunos como um todo.

5

Considerações Finais

Os desdobramentos das mudanças no mundo do trabalho dos séculos XX e XXI intensificam a exploração do trabalho e suas consequências para a vida do trabalhador.

A crise estrutural do capital na década de 1970 aprofundou um amplo processo de reorganização política e econômica na dinâmica do capital, a fim de elevar as taxas de lucro e reverter o que leva à sua queda, reinventando condições para intensificar a exploração da força de trabalho.

O reordenamento adotado pela sociedade capitalista, a partir de 1970, ganha características particulares até então não exploradas nos modelos de produção anteriores. Em nome da reestruturação da produção, as conquistas históricas das lutas dos trabalhadores para garantir direitos trabalhistas são desregulamentadas e flexibilizadas para a manutenção da competitividade, recuperação das taxas de lucro e do desmonte das políticas sociais, ancorados nos princípios econômicos e políticos do neoliberalismo.

Nesse contexto, o desemprego, próprio da sociedade capitalista, aparece em escala estrutural e global, reconfigurando todas as dimensões das relações de produção e reprodução das relações sociais e retrocedendo e diminuindo as ações do Estado na intervenção das expressões da questão social através das políticas sociais.

A ofensiva neoliberal, que intensificou o nível de exploração da força de trabalho, possibilitou a desregulamentação da proteção do trabalho através do incentivo e crescimento da terceirização, dos contratos de trabalho temporários, na diminuição dos contratos formais, na polivalência do trabalhador em executar várias funções, produzir mais no mesmo período de tempo de trabalho, o que resulta na diminuição de postos de trabalho. Estas são algumas das características do modo de produção capitalista em curso.

E, no Brasil, onde as políticas do *Welfare State* nem se consolidaram, as investidas contra a atuação do Estado na regulação da relação capital *versus* trabalho fortaleceu a reestruturação produtiva no país, que incide diretamente na

vida do trabalhador, interferindo na organização dos trabalhadores a partir dos diversos contratos de trabalho que estratifica o próprio trabalhador e seu reconhecimento enquanto classe.

Desta forma, as conquistas da classe trabalhadora e da sociedade civil organizada em relação aos direitos sociais, políticos e civis ao longo dos séculos, e no caso do Brasil, em especial no século XX, manifestadas na Constituição Federal de 1988, são amplamente desvirtuadas com a ofensiva neoliberal, que investe no seu aniquilamento.

Com os governos do presidente Collor de Mello (1990-1992) e do presidente Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) o ideário neoliberal é implantado e suas consequências para a sociedade brasileira se apresentam no desmonte dos direitos conquistados, na ampliação do desemprego e no crescimento da pressão na demanda por serviços, diante do aumento da pauperização das famílias.

É nessa conjuntura que o serviço social brasileiro atua. Considerando a sua legitimação na sociedade capitalista brasileira, na década de 1930, no momento em que o Estado passa a assumir a intervenção nas expressões da questão social, este profissional é inserido, primordialmente pelo Estado, em instituições patronais para contribuir, de forma técnica e especializada na contenção das problemáticas inerentes à expansão do capital.

Com o amadurecimento da trajetória sócio-histórica do serviço social, onde sua atuação é polarizada por interesses das classes sociais, é que seu trabalho, ao mesmo tempo em que participa dos mecanismos de dominação do capital, responde às necessidades da classe trabalhadora. É nesse contexto contraditório que o serviço social, na atualidade, busca, no seu fazer profissional, atender aos interesses da classe trabalhadora, à necessidade dos usuários dos serviços ofertados pelo Estado e outras instituições empregadoras, a contribuir com o fortalecimento da classe trabalhadora, com a viabilização dos direitos sociais, via políticas públicas, ao mesmo tempo em que legitima a sua atuação profissional. Considerando todos os momentos de ruptura e renovação no interior da profissão.

Para o trabalhador assistente social, as mesmas incidências são observadas, uma vez que este se insere no conjunto da classe trabalhadora, através da subcontratação dos serviços dos assistentes sociais, diminuição de concursos

públicos, na contratação por serviços temporários por tarefas, na intensificação das tarefas, na desarticulação dos movimentos sociais, etc.

Mas é também na atuação com as políticas públicas e em outros espaços sócio-ocupacionais, que o serviço social, hoje, busca desvelar a realidade social em todos os seus meandros, compartilhando informações que possibilitem à população ter uma visão crítica que contribua com a sua mobilização social, visando à conquista de seus direitos. Atuação essa fruto da constituição de um projeto profissional inovador e crítico acerca da realidade histórica da profissão e da sociedade brasileira, no conjunto da dinâmica global, com fundamentação teórica e metodológica, materializado no conjunto das regulamentações jurídicas da profissão: código de ética da profissão (1993), a lei de regulamentação da profissão (1993), diretrizes gerais para a formação acadêmica (2001).

Considerando, então, que, o assistente social se insere como trabalhador especializado na divisão técnica e social do trabalho e que lida com políticas sociais e privadas, manifestadas na forma de serviços, a sua atuação interfere na reprodução das relações sociais e na dimensão da vida dos usuários. Enfrentando, na atualidade, novos desafios em desenvolver (no conjunto dos trabalhadores) capacidades para decifrar a realidade e construir propostas de trabalho capazes de viabilizar os direitos a partir das demandas do cotidiano, nos diversos espaços de atuação e fortalecimento de lutas na garantia dos direitos conquistados.

A trajetória do serviço social nas políticas públicas é um elemento consolidado na sociedade brasileira. Neste sentido, a inserção na política de educação se configura na legitimação da profissão, na década de 1930. Portanto, serviço social na educação não é uma realidade nova para a profissão.

O desenvolvimento da política educacional no Brasil, a partir da década mencionada, vai contribuindo também para o aprofundamento e aprimoramento da profissão nesse cenário. A educação escolarizada se apresenta como instrumental para a reprodução da ideologia dominante capitalista e, ao mesmo tempo, desenvolve ideologia contra a sua própria determinação, no processo histórico brasileiro.

É nessa relação contraditória em que a educação está envolvida que os assistentes sociais atuam no campo educacional, evidenciando a centralidade da educação na dinâmica da vida social, não na perspectiva de reduzi-la a um

instrumental do capital, mas da sua participação nas disputas ideológicas e políticas (Almeida, 2007).

É necessário, portanto, que o assistente social considere o reordenamento das políticas sociais na sociedade capitalista neoliberal, compreendendo a educação como direito do cidadão e dever do Estado, e que essa prerrogativa não deve furtar a criticidade sobre o processo de adequação no qual a educação está inserida na atualidade.

Assim, a atuação dos assistentes sociais na educação deve estar ancorada na perspectiva de uma educação que contribua para a emancipação humana, bem como para o desenvolvimento das habilidades culturais, científicas, da linguagem, tecnológicas, objetivando novas formas de produção, distribuição social da riqueza e sociabilidade (CFESS, 2012).

A inserção dos assistentes sociais na educação não se configura apenas como ampliação dos espaços sócio-ocupacionais, mas como estratégia de ação junto aos alunos, famílias, trabalhadores da educação e sociedade, para alcançar mudanças frente ao atual projeto societário, mesmo ciente das limitações que lhes são impostas, ou seja, forjar respostas no conjunto dos trabalhadores da educação, nos diversos níveis e modalidades da educação escolarizada, no enfrentamento das expressões da questão social e na garantia da educação como direito social.

Portanto, considerar a educação, seus processos políticos e ideológicos na história brasileira, com seus avanços e retrocessos, é um exercício que deve ser permeado também pela particularidade da realidade local.

A presente dissertação, ao abordar a inserção dos assistentes sociais no campo educacional, analisa essa atuação em uma realidade específica no município de Itaboraí/RJ, que reúne vários elementos históricos da política de educação e do serviço social, numa atuação que não é nova, mas que apresenta novas configurações e particularidades nesse município.

A inserção dos assistentes sociais na política de educação na cidade de Itaboraí/RJ se deu primeiramente na Secretaria de Educação, para atender as condicionalidades do Programa Bolsa Família. Com a crescente demanda de alunos com dificuldades de aprendizagem, a Secretaria de Educação e Cultura criou o Núcleo de Apoio Psicopedagógico de Ensino Municipal (Napem), em 2006, para trabalhar especificamente com alunos que, após estratégias nas escolas, ainda não tinham alcançado resultados satisfatórios.

Após o desenvolvimento do trabalho do Napem, os profissionais envolvidos identificaram a necessidade de outro profissional para compor a equipe multiprofissional, o assistente social, por perceberem demandas para além de questões peculiares do processo de ensino-aprendizagem. Desta forma, o serviço social se insere no Napem em 2008, atuando principalmente com as famílias dos alunos num processo articulado com os demais profissionais do polo.

Entretanto, a inserção do serviço social ainda está condicionada a contratos temporários, que dependem de relações políticas, comprometendo, assim, a continuidade do trabalho e aumentando a insegurança em relação à empregabilidade desse profissional.

As mudanças no mundo do trabalho incidem na vida desse trabalhador, como já aludido, através dos contratos de trabalho temporários, das exigências de acúmulo de tarefas a serem realizadas, etc. Além dos desafios ao trabalho do assistente social diante da pauperização das famílias, da dificuldade do trabalho intersetorial e da conjuntura social da cidade, conforme demonstrado.

As estratégias de atuação forjadas por esse profissionais nos Napem(s) fortalecem a organização das famílias para compreenderem as dificuldades dos alunos, na viabilização dos direitos violados e conquista de outros, na sensibilização para a consciência crítica das famílias sobre a realidade na qual estão inseridas e no fortalecimento da equipe multiprofissional para alcançar os objetivos esperados na resolução e/ou minimização das dificuldades de aprendizagem dos alunos.

O trabalho do assistente social também está condicionado a determinações políticas e ideológicas, em questões que envolvem a própria ação das escolas com as crianças e adolescentes que apresentam dificuldades de aprendizagem, a realidade das famílias dos alunos, onde suas demandas estão para além das dificuldades de aprendizagem. Portanto, a partir da sua relativa autonomia, consegue inserir no cotidiano do seu trabalho elementos para a construção de uma sociedade pautada na justiça social, na equidade e na garantia dos direitos sociais, políticos e civis, no conjunto da luta dos trabalhadores, sem, contudo, esquecer que suas atividades laborativas se dão no âmbito das relações contraditórias da sociedade capitalista.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, N. L. T. O Serviço Social na Educação. **Revista Inscrita**, n. 6. Conselho Federal de Serviço Social, Brasília, 2003.

_____. **Parecer sobre os projetos de lei que dispõem sobre a inserção do Serviço Social na Educação**, 2005. Disponível em <<http://www.assistentesocial.com.br>>. Acesso em 04 mai. 2014.

_____. **O Serviço Social na Educação: novas perspectivas sócio-ocupacionais**. Simpósio/2007. Disponível em <www.cressmg.org.br>. Acesso em 04 mai. 2014.

ALMEIDA, N. L. T.; ALENCAR, M. M. T. **Serviço Social, trabalho e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, R. A classe-que-vive-do-trabalho. In: **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, p.101-117, 2000.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2002.

_____. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: DRUCK, G.; FRANCO, T. (Orgs.). **A perda da razão social do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 13-22.

ANTUNES, R.; POCHMANN, M. A desconstrução do trabalho e a explosão do desemprego estrutural e da pobreza no Brasil. In: CATTANI, A. D.; CIMADAMORE, A. D. (Orgs.). **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. Porto Alegre: Tomo Editorial/Clacso, 2007.

ARCE, A. O Mobral e a educação de crianças menores de seis anos durante o regime militar: em defesa do trabalho voluntário. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 28, n. 76, p. 379-403, set./dez. 2008, p.379. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 21 abr. 2015.

BARBALET, J. M. Teoria da cidadania. In: **Política Social: fundamentos e história**. Lisboa: Estampa, 1989.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social**: fundamentos e história. 5ª Edição. São Paulo: Cortez, 2008 (Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 2).

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 10 de novembro de 1937. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em 18 set. 2014.

_____. **Decreto Lei nº 525, de 1º de julho de 1938.** Institui o Conselho Nacional de Serviço Social e fixa as bases da organização do serviço social em todo o país. Disponível em <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=100867>. Acesso em 21 abr. 2015.

_____. **Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967.** Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos. Disponível em <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=117865>. Acesso em 21 jan. 2015.

_____. **Decreto Lei 477 de 26 de fevereiro de 1969.** Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0477.htm. Acesso em 08 dez. 2014.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 08 dez. 2014.

_____. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 15 dez. 2014.

_____. **Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004.** Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm. Acesso em 16 abr. 2015.

_____. **Emenda Constitucional nº 53 de 19 de dezembro de 2006.** Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc53.htm. Acesso em 17 jan. 2015.

BRASIL. Lei nº 11.494 de 11 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei no 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111494.htm>. Acesso em 17 jan. 2015.

_____. **Decreto nº 6.253 de 13 de novembro de 2007.** Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, regulamenta a Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111494.htm>. Acesso em 17 jan. 2015.

_____. **Projeto de Lei nº 60 de 22 de agosto de 2007.** Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica. Disponível em <http://www.senado.gov.br/atividade/Materia/detalhes.asp?p_cod_mate=82215>. Acesso em 20 jan. 2015.

_____. **Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.** Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social; altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga dispositivos das Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.429, de 26 de dezembro de 1996, 9.732, de 11 de dezembro de 1998, 10.684, de 30 de maio de 2003, e da Medida Provisória no 2.187-13, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112101.htm>. Acesso em 25 jan. 2015.

_____. **Lei nº 12.677 de 25 de junho de 2012.** Dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, destinados às instituições federais de ensino; altera as Leis nos 8.168, de 16 de janeiro de 1991, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e 11.526, de 4 de outubro de 2007; revoga as Leis nos 5.490, de 3 de setembro de 1968, e 5.758, de 3 de dezembro de 1971, e os Decretos-Leis nos 245, de 28 de fevereiro de 1967, 419, de 10 de janeiro de 1969, e 530, de 15 de abril de 1969; e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112101.htm>. Acesso em 26 jan. 2015.

_____. **Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em 26 mai. 2015.

BRASIL. **Brasil, Pátria Educadora.** Disponível em <<http://blog.planalto.gov.br/segundo-mandato-tera-como-lema-principal-a-educacao-garante-dilma/>>. Acesso em 10 jun. 2015.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**, atualizada. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 5ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

CFESS. **Serviço Social na Educação**. Grupo de Estudo sobre Serviço Social na Educação. Brasília: CFESS, 2001.

_____. **Subsídios para a o Debate do Serviço social na Educação**. Brasília, 2011.

_____. Atribuições Privativas do Assistente Social. **Em Questão**. Brasília, 2012.

_____. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de Educação**. Grupo de Trabalho do Conjunto CFESS-CRESS, Serviço Social na Educação. Brasília, 2013.

CHESNAIS, F. **O Capital portador de juros**: Acumulação internacionalização, efeitos econômicos e políticos. São Paulo: Boitempo, 2005.

DAHMER, L. P.; ALMEIDA, N. L. T. (Orgs.). **Serviço Social e Educação**. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2012.

DAL ROSSO, S. O conceito de intensidade do trabalho. In: **Mais Trabalho**: a intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008. Parte I, cap. 1 (p.19-43).

_____. Crise socioeconômica e intensificação do trabalho. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013, p.43-54.

DRUCK, M. G. Terceirização: a chave da precarização do trabalho no Brasil. In: NAVARRO, V. L.; PADILHA, V. (Org.). **Retratos do Trabalho no Brasil**. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia - Edufu, 2009, v. 1, p. 225-254.

_____. A Precarização Social do Trabalho no Brasil. In: Ricardo Antunes. (Org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho II**. 1ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013, v. II, p. 55-73.

FERNANDES, A. S. **A visão de educação infantil dos responsáveis das crianças atendidas no Centro Franciscano Santa Luzia.** Trabalho de conclusão de curso de graduação em serviço social. Rio de Janeiro, Universidade do Grande Rio, 2011.

FILGUEIRAS, L. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, E. M.; ARCEO, E. (Orgs.). **Neoliberalismo y sectores dominantes.** Tendencias globales y experiencias nacionales. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2006.

FRANCO, T. Alienação do trabalho: despertencimento social e desrenraizamento em relação à natureza. **Caderno CRH**, v. 24, n. 1, Salvador, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, G. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Revista Brasileira de Educação** v. 16 n. 46 jan. abr. 2011.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais e educação.** São Paulo: Editora Cortez, 2012 (Coleção questões da nossa época).

HARVEY, D. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

_____. **O enigma do capital:** e as crises do capitalismo. Trad. João. Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

IAMAMOTO, M. V. **Trabalho e indivíduo social.** São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil.** São Paulo, SP: Cortez, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados.** Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=330190www.ibge.gov.br>>. Acesso em 20 mai. 2014.

LAMEGO, V. **A Farpa na lira:** Cecília Meireles na Revolução de 30. Rio de Janeiro: Record, 1996.

LESSA, S. E. C. A educação contemporânea, o combate à pobreza e as demandas para o trabalho do assistente social: contribuições para este debate. **Serv. Soc. Soc.** 2013, n.113, p. 106-130.

MEC/SEF. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: 1997.

MÉSZAROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo: 2005.

MIOTO, R. C. Orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias. In: CFESS. (Org.) **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 497-512.

MONNERAT, G. L.; SOUZA, R.; ALMEIDA, N. L. T. (Orgs). **A Intersetorialidade na agenda das Políticas Sociais**. Campinas/SP: Papel Social, 2014.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2011. (Coletânea biblioteca básica de Serviço Social; v. 5).

NEGRÃO, J. J. Consenso de Washington. In: **Para conhecer o neoliberalismo**. [S.l.]: Publisher Brasil, 1998. p. 41-43. Disponível em: <<http://www.cefetsp.br/edu/eso/globalizacao/consenso.html>>. Acesso em 30 nov. 2014.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social: Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, n. 50. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 6ª Edição. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Ditadura e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política**: Uma Introdução Crítica - Col. Biblioteca Básica de Serviço Social - v. 1. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Trabalho decente nas Américas: uma agenda hemisférica, 2006-2015**. 2006. Disponível em: <<http://www.oitamericas2006.org>>. Acesso em 22 fev. 2015.

PARDIM, C. S.; SOUZA, L. A. **O movimento da escola nova no Brasil da década de 1930**. Disponível em: <www.uems.br/eventos/semana2012/.../49_2012-09-28_15-35-43.pdf>. Acesso em 10 mar. 2015.

PEREIRA, P. A. P. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. A Intersetorialidade das Políticas Sociais na Perspectiva Dialética, In: MONNERAT, G. L.; ALMEIDA, N. L. T.; SOUZA, R. G. (Orgs.). **A intersectorialidade na agenda das políticas sociais**. Campinas, SP: Papel Social, 2014.

PORCARO, R. C. **A história da educação de jovens e adultos no Brasil**. Viçosa: Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa, 2007. Disponível em <www.dpe.ufv.br/nead/docs/ejaBrasil.doc>. Acesso em 10 fev. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ. **Lei 2077 de 2008**. Institui o Plano Municipal de Educação de Itaboraí. Disponível em: <<http://www.legislaitaborai.com.br/leis/2008/2077.pdf>>. Acesso em 27 nov. 2014.

_____. **Decreto nº 2 de 2 de janeiro de 2014**. Cria e denomina o Núcleo de Atendimento Psicopedagógico da Educação Municipal - Napem. Disponível em <http://www.legislaitaborai.com.br/decretos/2014/002_14.pdf>. Acesso em 10 abr. 2014.

RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Revista Serviço Social e Sociedade** n. 107. São Paulo, Cortez, julho/set. 2011.

REZNIK, L. **Patrimônio cultural no leste fluminense**: histórias e memória de Itaboraí, Rio Bonito Cachoeiras de Macacu, Guapimirim e Tanguá. Rio de Janeiro: Ederj; Petrobras, 2013.

ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil**: 1930-1973. 40 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SANTOS, I. S. F.; PRESTES, R. I.; VALE, A. M. BRASIL, 1930 - 1961: Escola Nova, LDB e disputa entre escola pública e escola privada. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 22, p.131-149, jun. 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22/art10_22.pdf>. Acesso em 10 mar. 2015.

SANTOS, J. S. **Questão social**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012 (Coletânea biblioteca básica de Serviço Social; v. 6).

SCHUTZ, F.; MIOTO, R. C. T. Intersetorialidade e política social: subsídios para o debate. **Sociedade em Debate**, Pelotas, 16(1): 59-75, jan.-jun./2010.

SECO, A. P.; AMARAL, T. C. I. **Marquês de Pombal e a Reforma Educacional Brasileira**. Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil" Faculdade de Educação – Unicamp, Campinas, SP, 2014. Disponível em <<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/>>. Acesso em 13 jan. 2015.

SOUSA, C. T. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. **Emancipação**, Ponta Grossa, 8(1): 119-132, 2008.

SOUZA, I. L. **Serviço Social na Educação: Saberes e competências necessárias no fazer profissional**. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte/Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2008.

TEIXEIRA, F. J. S. Neoliberalismo em Debate. In: TEIXEIRA, F. J. S.; OLIVEIRA, M. A. (Orgs.). **Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva: as Novas Determinações do Mundo do Trabalho**. São Paulo: Cortez, 1996.

VASCONCELOS, E. M. Educação Popular: de uma Prática Alternativa a uma Estratégia de Gestão Participativa das Políticas de Saúde **Physis: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 14(1), p.67-83, 2004.

WITIUK, I. L. **A trajetória socio-histórica do Serviço Social no espaço da escola**. Tese de doutorado. PUC/São Paulo: 2004.

YAZBEK, M. C. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serv. Soc. Soc.**, n.110, 2012, p. 288-322.

_____. Sistemas de proteção social, intersetorialidade e Integração de Políticas Sociais. In: MONNERAT, G. L.; ALMEIDA, N. L. T.; SOUZA, R. G. (Orgs.). **A intersetorialidade na agenda das políticas sociais**. Campinas, SP: Papel Social, 2014.

7 Anexos

7.1.

Anexo 1 – Carta de apresentação Secretaria de Educação e Cultura de Itaboraí

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Rio de Janeiro, 15 de outubro de 2014

De: Profª Inez Terezinha Stampa
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio
Rua Marquês de São Vicente, 225 – Gávea – Rio de Janeiro, RJ

Para: Dra. Susilaine Duarte Ribeiro Soares - Secretária de Educação e Cultura de Itaboraí
C/c: Dr. José Leão Menezes Filho – Chefe de Gabinete
Praça Marechal Floriano, Centro - Itaboraí, RJ

Prezada Dra. Susilaine Duarte Ribeiro Soares,

Apresento a mestrande Angele de Souza Fernandes, regularmente matriculada neste Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, com vistas à obtenção de autorização e informações para a realização da pesquisa de campo, objeto de sua dissertação de mestrado.

Esclareço que a estudante planeja conhecer e refletir sobre o trabalho dos assistentes sociais, no campo da educação no município de Itaboraí a partir das mudanças no mundo do trabalho e no município de Itaboraí. O estudo buscará compreender como a política de educação básica tem sido implementada no município de Itaboraí, bem como identificar como se estabelecem as relações de trabalho dos assistentes sociais que atuam na política de educação básica da cidade de Itaboraí, no NAPEM Nancilândia. Tais elementos se fazem necessários para refletir sobre a atuação dos assistentes sociais nos NAPEM e suas contribuições para o enfrentamento das dificuldades de aprendizagem das crianças e adolescentes da rede pública de ensino da educação básica.

Por oportuno, informo que o projeto de dissertação foi aprovado por banca examinadora constituída pelos Profs. Drs. Ney Luiz Teixeira de Almeida e Simone Eliza do Carmo Lessa (ambos da UERJ), que se reuniu em 09 de outubro p.p. e que a mestrande é orientada por mim.

Agradeço a atenção dispensada à solicitação e coloco-me à disposição para os esclarecimentos que julgar necessários, pelo e-mail inestampa@puc-rio.br ou pelo tel. (21) 3527-1290. A estudante pode ser contatada pelo e-mail angelefernandes@ig.com.br ou pelo tel. (21) 984015876.

Atenciosamente,

Profª Inez Terezinha Stampa
Coordenadora do Programa de
Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio
Matr. 019646



Departamento de Serviço Social
Rua Marques de São Vicente, 255 – Gávea – 22453-900
Vila dos Diretores – casa 209 – Rio de Janeiro – RJ
Tel (21) 3527-1290 / 3527-1291 Fax (21) 3527-1292



7.2.

Anexo 2 – Carta de apresentação Polo Napem Nancilândia

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Rio de Janeiro, 15 de outubro de 2014

De: Profª Inez Terezinha Stampa
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio
Rua Marquês de São Vicente, 225 – Gávea – Rio de Janeiro, RJ

Para: Dra. Clara Santos Pereira
Diretora do Polo Napem Nancilândia
Secretaria de Educação e Cultura de Itaboraí
Rua Raimundo Leone dos Santos, nº35, Nancilândia - Itaboraí, RJ

Prezada Dra. Clara Santos Pereira,

Apresento a mestrande Angele de Souza Fernandes, regularmente matriculada neste Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, com vistas à obtenção de autorização e informações para a realização da pesquisa de campo, objeto de sua dissertação de mestrado.

Esclareço que a estudante planeja conhecer e refletir sobre o trabalho dos assistentes sociais, no campo da educação no município de Itaboraí a partir das mudanças no mundo do trabalho e no município de Itaboraí. O estudo buscará compreender como a política de educação básica tem sido implementada no município de Itaboraí, bem como identificar como se estabelecem as relações de trabalho dos assistentes sociais que atuam na política de educação básica da cidade de Itaboraí, no NAPEM Nancilândia. Tais elementos se fazem necessários para refletir sobre a atuação dos assistentes sociais nos NAPEM e suas contribuições para o enfrentamento das dificuldades de aprendizagem das crianças e adolescentes da rede pública de ensino da educação básica.

Por oportuno, informo que o projeto de dissertação foi aprovado por banca examinadora constituída pelos Profs. Drs. Ney Luiz Teixeira de Almeida e Simone Eliza do Carmo Lessa (ambos da UERJ), que se reuniu em 09 de outubro p.p. e que a mestrande é orientada por mim.

Agradeço a atenção dispensada à solicitação e coloco-me à disposição para os esclarecimentos que julgar necessários, pelo e-mail inestampa@puc-rio.br ou pelo tel. (21) 3527-1290. A estudante pode ser contatada pelo e-mail angelefermandes@ig.com.br ou pelo tel. (21) 984015876.

Atenciosamente,

Profª Inez Terezinha Stampa
Coordenadora do Programa de
Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio
Matr. 019646



Departamento de Serviço Social
Rua Marques de São Vicente, 225 – Gávea – 22453-900
Vila dos Diretores – casa 209 - Rio de Janeiro – RJ
Tel (21) 3527-1290 / 3527-1291 Fax (21) 3527-1292



7.3.**Anexo 3 – Roteiro de entrevista**

1. Tempo de formado, tempo de trabalho.
2. Tempo de trabalho no Napem? Tipo de empregabilidade?
3. Quais as atividades privativas dos assistentes sociais no Napem?
4. Quais os principais desafios encontrados para o desenvolvimento do seu trabalho no Napem, frente às dificuldades de aprendizagem apresentadas pelas crianças e adolescentes?
5. Quais as principais possibilidades de atuação frente as dificuldade de aprendizagem das crianças e adolescentes para os profissionais do serviço social?
6. No seu cotidiano de trabalho, no Napem, você percebe mais exigências quanto ao ritmo, jornada e resultados? Se sim, como se dão?
7. Quais são as respostas para tais exigências apresentadas pelo “mundo do trabalho” no Napem?

7.4.

Anexo 4 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Departamento de Serviço Social

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

Pesquisa: **O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CAMPO EDUCACIONAL: incidências das mudanças do “mundo do trabalho” na atuação dos assistentes sociais do Núcleo de Apoio Psicopedagógico de Ensino Municipal de Itaboraí/RJ**

Pesquisadora: Angele da Silva Fernandes

Profª Orientadora: Inez Terezinha Stampa

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Angele da Silva Fernandes, estou desenvolvendo uma pesquisa para a minha dissertação em Serviço Social, sobre **O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CAMPO EDUCACIONAL: incidências das mudanças do “mundo do trabalho” na atuação dos assistentes sociais do Núcleo de Apoio Psicopedagógico de Ensino Municipal de Itaboraí/RJ**

A pesquisa tem como objetivo conhecer e refletir sobre o trabalho dos assistentes sociais, no campo da educação no município de Itaboraí a partir das mudanças no mundo do trabalho nesta cidade.

Para a realização da pesquisa serão feitas entrevistas semi-estruturadas com os assistentes sociais que trabalham nos **Núcleos de Apoio Psicopedagógico de Ensino Municipal** no município de Itaboraí, RJ.

Convido-o (a) a participar, mas você não é obrigado (a) a isso. Você tem o direito de não participar desta pesquisa. A sua recusa não mudará nada na sua vida pessoal e profissional e, caso consinta em participar, a qualquer momento poderá desistir e se retirar sem problemas. Sua participação é totalmente voluntária e envolve tão somente a concessão de entrevista semiestruturada, para a qual não haverá nenhum tipo de remuneração. Você também não terá custos de nenhum tipo com a realização da entrevista, que será marcada em dia e horário que melhor lhe convier e será realizada nas dependências da instituição onde o projeto é realizado. As perguntas da entrevista são relacionadas a questões do tema da pesquisa, tais como: o trabalho do assistente social no campo educacional, o serviço social e sua atuação no Napem, as dificuldades e possibilidades encontradas na atuação profissional neste campo.

Os dados contidos na entrevista serão utilizados unicamente para estudos na pesquisa acima indicada e apenas poderão ter acesso ao material coletado o pesquisador responsável e seus orientadores e para fins exclusivos desta pesquisa.

Caso aceite participar da pesquisa, a sua identificação será mantida em sigilo e as referências aos participantes serão feitas sem nenhuma indicação de nomes ou outros dados que possam identificá-lo (a). De nenhuma forma o seu nome será usado na análise dos dados para a dissertação e seus dados serão mantidos em sigilo.

Esta pesquisa não pretende oferecer riscos de qualquer natureza para você. Todos os cuidados éticos foram tomados para isso. Mas como benefício, poderá contribuir para a ampliação do conhecimento na área da atuação dos assistentes sociais no campo educacional.

Ao término do estudo comprometo-me a retornar à instituição com os resultados da pesquisa para fazer a sua divulgação, através da entrega de uma cópia impressa da dissertação a Secretaria Municipal de Educação de Itaboraí e uma para o Napem de Nancilândia.

Em qualquer etapa do estudo você poderá ter acesso à pesquisadora para esclarecimento de eventuais dúvidas. Como responsável pela coleta de dados, estarei disponível para esclarecer suas dúvidas sobre a pesquisa e sua participação, no telefone (21)993058231 e através do e-mail angelefernandes@ig.com.br. Se você preferir, também pode contatar minha orientadora, professora Inez Terezinha Stampa através do telefone (21) 3527-1290 ou pelo e-mail: inestampa@puc-rio.br.

Você receberá uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Após a leitura e explicação recebida, acredito ter sido suficientemente esclarecido (a) a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, a respeito do estudo: **O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CAMPO EDUCACIONAL: incidências das mudanças do “mundo do trabalho” na atuação dos assistentes sociais do Núcleo de Apoio Psicopedagógico de Ensino Municipal de Itaboraí/RJ.**

Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem penalidades ou prejuízo.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2015.

Assinatura do (a) participante:

Assinatura da pesquisadora: